

UNIVALE – UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE

NATÁLIA LOURDES DOS SANTOS

**CENAS DA NARRATIVA TERRITORIAL DA ILHA DOS
ARAÚJOS/GOVERNADOR VALADARES**

GOVERNADOR VALADARES

2022

Natália Lourdes dos Santos

CENAS DA NARRATIVA TERRITORIAL DA ILHA DOS ARAÚJOS/GV

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade do Vale do Rio Doce, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Área de Concentração: Estudos Territoriais
Linha de Pesquisa: Território, Migrações e Cultura
Área Temática: Formação histórica do território

Orientadora: Dra. Patrícia Falco Genovez
Coorientadora: Dra. Cristiane Mendes Netto

GOVERNADOR VALADARES

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

S237c Santos, Natália Lourdes dos
Cenas da narrativa territorial da Ilha dos Araújos/Governador
Valadares / Natália Lourdes dos Santos. – 2022.
102 f. ; il.

Orientação: Patrícia Falco Genovez.
Coorientação: Cristiane Mendes Netto.
Dissertação (mestrado em Gestão Integrada do Território) –
UNIVALE – Universidade do Vale do Rio Doce, 2022.

1. Ilha dos Araújos (Governador Valadares, MG) - História. 3.
Imaginário territorial. 4. Narrativa territorial. I. Genovez, Patrícia
Falco. II. Mendes Netto, Cristiane. III. Título.

CDD-981.51



UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

NATALIA LOURDES DOS SANTOS

“Cenas da narrativa territorial da Ilha dos
Araújos/Governador Valadares”

Dissertação aprovada em 15 de dezembro de
2022, pela banca examinadora com a seguinte
composição:

DocuSigned by:

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Patricia Falco Genovez".

719A1E3D4522461

Prof.ª Dr.ª Patricia Falco Genovez
Orientadora – GIT/UNIVALE

DocuSigned by:

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Cristiane Mendes Netto".

248E73E1788608...

Prof.ª Dr.ª Cristiane Mendes Netto
Coorientadora – GIT/UNIVALE

DocuSigned by:

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Cristiana Maria de Oliveira Guimarães".

48BBE7E3FAS479...

Prof.ª Dr.ª Cristiana Maria de Oliveira Guimarães
Examinadora – GIT/UNIVALE

DocuSigned by:

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Leonardo Gomes de Sousa".

02E11045178882

Prof. Dr. Leonardo Gomes de Sousa
Examinador – Solis Consultoria

À Deus que me conduziu até este momento.
Ao Thiago, amado esposo e maior incentivador.
Aos queridos filhos Laura, Paulo e aos que brilham no céu, tudo é por vocês!

AGRADECIMENTO

A cada experiência vivida um aprendizado. Mas a cada experiência duas certezas se confirmam: a presença da graça de Deus em minha vida e a de que sozinha eu nunca conseguiria concretizar meus sonhos. Aqueles que me conhecem sabem quantos desafios e perdas enfrentei até chegar neste momento. Mas como diz Paulo, na Segunda Carta aos Coríntios, “quando sou fraco, é que sou forte”. E carregando tudo isso em meu coração, agradeço a Deus por ter me sustentado em todos os momentos, principalmente naqueles em que eu pensei em desistir. Agradeço à minha família pelo apoio de sempre, e em especial ao meu esposo Thiago, que não mediu esforços para me apoiar em todas as circunstâncias, e à Laura, que se viu diversas vezes privada da minha companhia.

Agradeço à minha orientadora Patrícia, por ter depositado sua confiança em mim e ter me dado ânimo para perseverar. Agradeço à minha coorientadora Cristiane, que, da mesma forma, me apoiou nesta trajetória. Agradeço à Professora Fernanda, que juntamente com a Professora e orientadora Patrícia, me mostraram ser possível ter um novo olhar a respeito do território. Agradeço, ainda, a todos os Professores do mestrado, que também foram fundamentais nesse processo. A todos vocês, minha admiração e respeito!

Agradeço à minha amiga Lídia Mansur, cuja contribuição foi essencial para a presente pesquisa. Também agradeço à Jaqueline Fantucci pelo apoio de sempre. Agradeço, ainda, a todos os colegas do mestrado, que, mesmo em razão da distância provocada pela pandemia do Covid-19, se mostraram sempre presentes e companheiros; com certeza esta jornada se tornou mais leve com todos vocês! Agradeço aos membros da banca de qualificação, que, com sua valiosa contribuição, também me auxiliaram a direcionar esta pesquisa. Por fim, agradeço aos membros da banca, que gentilmente aceitaram o convite e se disponibilizaram a participar deste momento tão importante em minha vida!

“Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”.

Ítalo Calvino

RESUMO

Os processos de significação de uma ilha são estabelecidos a partir de incontáveis narrativas articuladas conforme cada observador e seus instrumentais. São, portanto, fenômenos culturais complexos que evocam um processo interpretativo e uma abordagem interdisciplinar. O objetivo de trabalho foi interpretar as narrativas territoriais referentes ao povoamento da Ilha dos Araújos contidas na Revista da Ilha, publicada em 2000 por Parajara dos Santos, a partir do instrumental analítico da pênade burkeana, composta de cinco elementos: ato (o que foi feito?), agente (quem o fez?), cena (quando e onde isso foi feito?), agência (como ou com que ele o fez), propósito (com que propósito o fez?). O Dramatismo Burkeano, a partir da pênade, revelou uma narrativa territorial performada em 3 cenários distintos: 1) a passagem que torna a ilha (enquanto natureza) uma fazenda; 2) quando a fazenda se torna um loteamento; e 3) quando o loteamento efetivamente se torna um bairro urbanizado, integrado à cidade. Tais cenários abarcam dimensões materiais e imateriais que constituíram um imaginário. A narrativa territorial, constituída a partir da Revista da Ilha, revela o território da Ilha como signo do empreendedorismo local que requer articulação entre cultura, paisagem, encantamento e intuição. O imaginário criado por esta narrativa, materializado na Revista da Ilha, tornou-se memória, reforçando o imaginário local e os elementos de significação territorial que mantém a Ilha enquanto natureza selvagem, rodeada pelo rio Doce e lugar de fincar raízes.

Palavras-chave: imaginário territorial, narrativa territorial, ilha, memória, pênade burkeana

ABSTRACT

The processes of signification of an island are established from countless narratives articulated according to each observer and their instruments. They are, therefore, complex cultural phenomena that evoke an interpretive process and an interdisciplinary approach. The objective of this work was to interpret the territorial narratives referring to the settlement of Ilha dos Araújos contained in Revista da Ilha, published in 2000 by Parajara dos Santos, based on the analytical tools of the Burkean pentad, composed of five elements: act (what was done ?), agent (who did it?), scene (when and where was it done?), agency (how or with what did he do it), purpose (for what purpose did he do it?). Burkean Dramatism, from the pentad, revealed a territorial narrative performed in 3 distinct scenarios: 1) the passage that turns the island (as nature) into a farm; 2) when the farm becomes a subdivision; and 3) when the subdivision effectively becomes an urbanized neighborhood, integrated into the city. Such scenarios encompass material and immaterial dimensions that constituted an imaginary. The territorial narrative, based on Revista da Ilha, reveals the island's territory as a sign of local entrepreneurship that requires articulation between culture, landscape, enchantment and intuition. The imaginary created by this narrative, materialized in Revista da Ilha, became memory, reinforcing the local imaginary and the elements of territorial significance that maintain the Island as a wild nature, surrounded by the Doce River and a place to put down roots.

Keywords: territorial imaginary, territorial narrative, island, memory, Burkean pentad

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista Panorâmica da Ilha dos Araújos.....	15
Figura 2: Apresentação da Revista da Ilha por Parajara dos Santos.....	31
Figura 3: Disposição dos elementos da pântade e suas ligações (Rationes).....	34
Figura 4: A ilha no início de sua fixação por Joaquim Alves Araújo.....	43
Figura 5: Retrato de Joaquim Alves Araújo.....	46
Figura 6: Governador de Minas Gerais Magalhães Pinto e Paulo Gontijo.....	58
Figura 7: A primeira ponte da Ilha.....	63
Figura 8: Capa da Revista da Ilha.....	64
Figura 9: Conclusão da construção da ponte da Ilha dos Araújos.....	65
Figura 10: A construção da ponte de concreto da Ilha.....	68
Figura 11: Casa da Família Pellucci.....	69
Figura 12: Planta do loteamento.....	71
Figura 13: Conjunto Habitacional Presidente Médice (BNH).....	73
Figura 14: Requerimento do registro do loteamento da Ilha.....	74
Figura 15: Planta parcial do loteamento da Ilha.....	75
Figura 16: A dinamitação da ponte da Ilha dos Araújos.....	82
Figura 17: Treliza instalada na parte dinamitada da ponte da Ilha dos Araújos.....	83
Figura 18: Lançamento do Projeto Ilha das Flores.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resultado da busca no Portal Scielo.....	21
Quadro 2: Resultado da busca no site Google Acadêmico.....	23
Quadro 3: Relação dos trabalhos encontrados na busca do site Google Acadêmico.....	23

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A ILHA DOS ARAÚJOS EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES COMO NARRATIVA.....	18
2. A NARRATIVA TERRITORIAL DA ILHA DOS ARAÚJOS	28
2.1 A NARRATIVA TERRITORIAL DE PARAJARA DOS SANTOS	28
2.2 O INSTRUMENTAL DE ANÁLISE: PÊNTADE BURKEANA.....	33
3. O PRIMEIRO CENÁRIO: A ILHA DOS ARAÚJOS SE TORNA UMA FAZENDA ..	38
3.1 INTERAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAL: DA NATUREZA SELVAGEM À NATUREZA DOMESTICADA	38
3.2 O IMAGINÁRIO E OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO TERRITORIAL	47
4. O SEGUNDO CENÁRIO: O LOTEAMENTO DA ILHA DOS ARAÚJOS.....	51
4.1 DA NATUREZA DOMESTICADA À CIDADE FABRICADA: QUANDO A ILHA-FAZENDA SE TORNA UM LOTEAMENTO	51
4.2 O IMAGINÁRIO, O TERRITÓRIO NORMADO E OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO TERRITORIAL.....	76
5. O TERCEIRO CENÁRIO: A ILHA DOS ARAÚJOS SE TORNA UM BAIRRO DA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES.....	79
5.1 DA ILHA LOTEADA À ILHA-BAIRRO: QUANDO A ILHA SE INTEGRA À CIDADE	79
5.2 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
ANEXOS.....	100

INTRODUÇÃO

Como bem pontua Francisco Ther Ríos (2012), o território não é estático, mas dinâmico, pois se trata do espaço construído no tempo e pelo tempo, de modo que se torna palco de um conjunto de relações, bem como da articulação dessas relações e dos vínculos que delas possam resultar. Nessa medida, o território pode ser visto como um texto que emerge da narrativa de um ou mais sujeitos, e, a partir daí, adquirir significação e simbolismo.

Levando-se em consideração a perspectiva conceitual referida, apresentada por Francisco Ther Ríos (2012), este trabalho tem por objeto as ilhas, especificamente o simbolismo e a significação que podem emergir de tal território. Quanto fascínio pode brotar no imaginário quando se diz uma palavra tão pequena: ilha. Um imaginário que pode nos remeter a várias emoções e sentimentos, seja de encantamento, romance, mistério, aventura, solidão, recomeço etc. Não afirmamos com um rigor científico, mas parece ser inevitável ao pensar em ilha e já não imaginar uma ilha deserta, por exemplo. Tornaram-se palavras quase siamesas: ilha e deserta, e podemos até ler ou escutar ilha, mas nosso imaginário processa a informação: ilha deserta.

Parafraseando o filósofo Gilles Deleuze, para que a ilha deixe de ser deserta, seria necessário a reorganização do próprio continente e do movimento das águas (DELEUZE, 2004). Nessa medida, uma ilha estaria sempre nessa condição de ser deserta, solitária, apartada da terra firme do continente, ou seja, “a essência da ilha deserta é imaginária e não real” (DELEUZE, 2004, p. 9).

Esse imaginário que tão profundamente toca os corações dos homens, que o seduz em direção a uma ilha, é capaz de exercer um verdadeiro fascínio, num desejo contínuo de tê-la, possuí-la, dominá-la, e nela criar, ou até mesmo, recriar seu pequeno mundo. Para Deleuze a ilha deserta seria um “modelo, um protótipo da alma coletiva” (DELEUZE, 2004, p. 10), justamente porque a partir dela haveria para o homem a chance de um recomeço,

“Primeiramente, é verdade que não se opera a própria criação a partir da ilha deserta, mas a re-criação, não o começo, mas o re-começo. Ela é a origem, mas origem segunda. A partir dela tudo recomeça. A ilha é o mínimo necessário para esse recomeço, o material sobrevivente da primeira origem, o núcleo ou o ovo irradiante que deve bastar para re-produzir tudo”. (DELEUZE, 2004, p. 10/11).

Do ponto de vista geográfico, as ilhas são consideradas de quatro tipos distintos: marítimas (costeiras e oceânicas), lacustres, fluviais e arquipélagos. Para Deleuze, por sua vez, as ilhas “são noções extremamente pobres ou frágeis do ponto de vista da geografia; elas têm apenas um fraco teor científico” (DELEUZE, 2004, p. 8). Na verdade, acreditamos que Deleuze apenas pretendeu ressaltar com essa afirmação, que as ilhas, numa dimensão imaterial, seriam um território de maior predileção à investigação dos homens, justamente por sua representatividade simbólica.

Com efeito, como já mencionamos, para além do aspecto físico-geográfico, as ilhas, em geral, sempre mexeram com o imaginário do homem. Elas são objeto de desejo de artistas e filósofos, que sabem explorar muito bem as suas características geomorfológicas para criar as mais diversas obras e reflexões.

A título de exemplo podemos citar o clássico romance de Daniel Defoe que imortalizou as aventuras de Robson Crusóe, que tem por palco principal uma ilha, na qual a personagem central reflete sobre o sentido da vida (DEFOE, 2018). Temos, ainda, entre tantos outros, “O Conto da Ilha Desconhecida” de José Saramago, que nos provoca uma reflexão no sentido de que mesmo as “ilhas conhecidas” são também desconhecidas, enquanto nelas não desembarcamos (SARAMAGO, 1998).

E quem não conhece a famosa ilha, na qual os sonhos são possíveis, em que se tem asas para voar e se vive muitas aventuras? Estamos falando da Terra do Nunca, a ilha mágica de Peter Pan (BARRIE, 2017). Já na pintura citamos o impressionista Claude Monet, que durante uma viagem de férias à Veneza, deslumbrado com a cidade-ilha, pintou trinta e sete quadros retratando a beleza de sua luminosidade (BORGES & ARAÚJO, s.d.).

Poderíamos citar outros exemplos, sejam eles de escritores, pintores, cineastas, enfim, de diversas obras que construíram sua trama, histórias e reflexões a partir da metáfora de uma ilha, tamanha riqueza da sua dimensão simbólica.

Se pensarmos em termos dos interesses contemporâneos de lazer, basta alguns cliques na Internet para descobrirmos o fascínio que as ilhas despertam no meio turístico. Nos anúncios ficam expressos os aspectos de exuberância e as características edênicas e paradisíacas. Seja para passar férias, morar ou explorar, tais características são elementos relevantes para turistas do mundo todo e chegou a movimentar, segundo dados da Organização Mundial do Turismo, cerca de 41 milhões de pessoas em 2014 (CARVALHO et al., 2016, p. 174).

Não devemos esquecer, que exatamente pelas suas características, as ilhas podem ser também lugar de prisão, isolamento e mesmo de morte. Assim temos, como exemplos, a Ilha de Alcatraz na costa do Pacífico, nos Estados Unidos, ou ainda a Ilha de Elba nas costas da Toscana, onde Napoleão foi exilado depois da campanha da Rússia. O próprio Napoleão veio a morrer na Ilha de Santa Helena, em pleno Atlântico. Assim, ao longo da história e pelo mundo afora, as ilhas serviram também como lugar de castigo.

Cada uma das perspectivas brevemente explanadas aqui se ancora em diferentes narrativas que uma ilha pode suscitar. Isto posto, o estudo de uma ilha implica acessar um fenômeno cultural e complexo que abarca diversas espaçotemporalidades lidas e interpretadas de várias formas, conforme seu observador e seus instrumentais. Assim, as narrativas sobre uma dada ilha podem ser incontáveis visto que cada uma delas pode expressar informações e experiências que nem sempre estão vinculadas à sua concretude, mas também podem nos falar de uma ilha significada, repleta de signos, performando um texto. Mas, neste ponto, cabe ressaltar a diferença entre o “sentido”, aquilo que todos, em tese podem experimentar, e o “significado” que é o mesmo objeto traduzido em signos, fruto de um processo interpretativo.

Como já destacado inicialmente, o presente trabalho tem como objeto as ilhas, no entanto, essa temática de tamanha amplitude e riqueza narrativa sofrerá um recorte “dramático”, mas um tanto quanto necessário. Vamos nos deter, mais de perto, na Ilha dos Araújos, localizada no rio Doce, tomada e constituída como um bairro da cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais/Brasil (Figura 1). Considerada a maior ilha natural do rio Doce, sobre ela ancoram-se múltiplas narrativas do seu processo de constituição enquanto território urbano. O objeto central desta dissertação, por essência complexo e, portanto, interdisciplinar, será especificamente interpretar uma narrativa que desvela seu processo de formação territorial.

Figura 1 – Vista panorâmica da Ilha dos Araújo.



Fonte: Antonio Cândido/Prefeitura Municipal de Governador Valadares

Acessar essa narrativa evoca uma aproximação entre a Geografia, a História e a Antropologia. Em vista dessa complexidade propomos como recorte a análise da narrativa territorial elaborada a partir da *Revista da Ilha*, publicada no ano 2000, por iniciativa do senhor Parajara dos Santos, a partir da chave de leitura do Dramatismo Burkeano. Essa revista, considerada como referência para a interpretação proposta nessa dissertação, se constitui na única fonte escrita que traz, de modo razoavelmente organizado, o processo que envolveu a ilha até o período do surgimento do bairro Ilha dos Araújo e sua consolidação no limiar do século XXI (Santos, 2000). A riqueza de informações e a elaboração contida nas 44 páginas da revista nos permite tratá-la considerando uma narrativa permeada por três cenários distintos: 1) a passagem que torna a ilha (enquanto natureza) uma fazenda; 2) quando a fazenda se torna um loteamento; e 3) quando o loteamento efetivamente se torna um bairro urbanizado, integrado à cidade.

Assim, a partir da narrativa da revista, consideramos como questão norteadora como se configuraram os processos de significação da formação histórica e territorial da Ilha dos Araújo, em cada um dos referidos cenários. Para responder a essa

questão norteadora, a partir da narrativa da revista, privilegiamos as interações espaçotemporais que, consideradas em fluxo e em dinâmica com relações multidimensionais, fomentaram o processo de formação histórico-territorial da ilha em estudo.

Isto posto, a dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. O primeiro deles apresenta os dados obtidos na revisão bibliográfica com a finalidade de compreender como são abordadas as múltiplas dimensões que uma ilha pode abarcar nos trabalhos acadêmicos no Brasil. O segundo capítulo, por sua vez, aponta considerações sobre a multimensuralidade que envolve a Ilha dos Araújos e sobre a Revista da Ilha, enquanto fonte central dessa pesquisa, e, ainda, sobre o Dramatismo Burkeano como um instrumental de análise.

Dos capítulos terceiro ao quinto temos a descrição de cenários distintos a partir dos quais é narrada o processo de formação do espaço urbano da ilha. No capítulo terceiro temos uma narrativa que envolve um cenário de transformação da ilha enquanto natureza selvagem para ilha-fazenda, com reflexões acerca do imaginário e dos processos de significação territorial. No quarto capítulo o cenário analisado diz respeito ao empreendimento de loteamento da ilha-fazenda, trazendo entre tantas cenas, algumas que descrevem a construção da emblemática ponte ligando a ilha ao centro da cidade de Governador Valadares, bem como outras considerações acerca do imaginário e os processos de significação territorial, e, ainda, sobre o território normado. Já no quinto capítulo, temos uma narrativa que aborda o cenário no qual a ilha se torna um bairro integrado à cidade de Governador Valadares, com ênfase nas enchentes enfrentadas por seus moradores em decorrência das enchentes e uma reflexão envolvendo o desenvolvimento territorial. Em todos esses três capítulos, a análise das cenas que compõem cada cenário foi realizada a partir do instrumental de análise da pêntrade burkeana.

Nas considerações finais revisitamos, de forma breve, a narrativa contida em cada um dos três cenários referidos anteriormente, e reforçamos que a complexidade do território exige um estudo envolvendo diversas áreas do saber, num movimento interdisciplinar. Além disso, demonstramos como o conceito de território, sob a perspectiva da antropologia do território, é essencial para compreender como diversas dimensões, materiais ou imateriais, podem coexistir num mesmo espaço, cada uma com a sua especificidade e temporalidade próprias, orientando a produção do espaço

urbano e o seu desenvolvimento.

1. A ILHA DOS ARAÚJOS EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES COMO NARRATIVA

Como já indicamos na introdução, o presente estudo envolve a Ilha dos Araújos, especificamente, a interpretação de uma das múltiplas narrativas que envolvem o seu processo de formação territorial. Para tanto, foi utilizado o Dramatismo Burkeano como instrumental interpretativo da narrativa contida na Revista da Ilha (SANTOS, 2000), de modo a compreender as ações humanas envolvidas nesse processo. O referido instrumental de análise será melhor explicado posteriormente.

Neste primeiro momento, é necessário conhecer como a formação territorial urbana das ilhas fluviais são pesquisadas no meio acadêmico. Para tanto, elegemos a revisão sistemática como forma de identificar como se apresenta o conhecimento científico sobre o tema. A revisão sistemática constitui um dos tipos de revisão de literatura, e é através dela que

o pesquisador se familiariza com os textos, identifica os autores que vêm escrevendo sobre o problema pesquisado. Também é importante quando não se tem um problema de pesquisa ainda formulado. Segundo Echer (2001) a revisão da literatura serve para reconhecer a unidade e a diversidade interpretativa existente no eixo temático em que se insere o problema em estudo, para ampliar, ramificar a análise interpretativa, bem como para compor as abstrações e sínteses que qualquer pesquisa requer colaborando para a coerência nas argumentações do pesquisador. (FERENHOF & FERNANDES, 2016, p. 550).

Sendo assim, em 01/09/2020, com o fim de compreender como são abordadas as múltiplas dimensões que uma ilha pode abarcar nos trabalhos acadêmicos, iniciamos uma revisão bibliográfica em três portais de busca: Capes, Scielo e Google Acadêmico. Os critérios adotados na referida revisão, bem como os resultados encontrados serão detalhados a seguir, sendo que a busca foi atualizada em 2022, com o fim de mapear a atual produção científica sobre o tema proposto.

Tendo em vista que o Portal de Periódicos da Capes é uma biblioteca virtual, referência de “consórcio de bibliotecas” a nível mundial, e que cobre a produção científica no território nacional e em nível internacional, a nossa revisão bibliográfica sistemática, se concentrou, num primeiro momento, no acervo disponibilizado em tal portal, acessado via CAFE (Comunidade Acadêmica Federada).

O nosso objetivo foi o de proceder ao levantamento de trabalhos acadêmicos publicados em periódicos revisados por pares, produzidos na língua portuguesa, nos

últimos dez anos, e que tenham feito uma abordagem sobre ilhas fluviais, com o fim de averiguar qual o olhar acadêmico sobre tal objeto de pesquisa no Brasil.

Como critério de busca, utilizamos a expressão “ilhas fluviais”, com o auxílio do caractere curinga “*” (“ilha* fluvia*”), de modo a abranger tanto os trabalhos com o uso da expressão no singular quanto no plural.

Foram encontrados cento e noventa e quatro artigos publicados entre os anos de 1977 e 2022. Sobre esse resultado, foi aplicado um segundo filtro de pesquisa: temporal, recortando os artigos pertinentes ao período 2012 a 2022. A seleção de busca identificou cento e trinta e seis artigos. Foram aplicados, ainda, outros critérios de refinamento da busca levando-se em consideração as publicações em língua portuguesa e ocorridas em periódicos revisados por pares, chegando-se ao resultado de quatorze artigos.

A exposição dos resultados da pesquisa foi organizada em quatro partes, considerando a área central das disciplinas abordadas nos artigos, no sentido de destacar o enfoque trazido pelos estudos acadêmicos. A primeira delas, abrangendo o maior número de artigos, no total de sete, que envolvem as ciências biológicas. Na segunda parte, tem-se quatro artigos que se referem ao modo de vida nas comunidades ribeirinhas, aplicados à área da psicologia, transporte e uso de tecnologias por tais comunidades. Na terceira parte, um trabalho que aborda aspectos do ecoturismo. E, por fim, na quarta parte, dois trabalhos envolvendo aspectos jurídicos.

Seguindo a metodologia adotada na presente revisão bibliográfica, metade dos artigos, isto é, sete artigos, retratam as ilhas fluviais apenas como um recorte do espaço geográfico no qual projetam seus estudos sob o âmbito das ciências biológicas. Quatro desses artigos estudam a interação dos seres vivos com o ambiente, como por exemplo, o trabalho tendo por objeto a análise faunística das espécies de gafanhotos da área de influência direta da hidrelétrica Belo Monte (NUNES-GUTJAHR & BRAGA, 2015). Um outro artigo, por sua vez, dá enfoque à questão ambiental, pois aborda “a dinâmica entre as águas e as terras no rio Amazonas na re-criação das ilhas fluviais do Valha-me-Deus e Chaves – Juruti, PA, e os efeitos das mudanças climáticas sobre essas áreas de várzea para se compreender como se conserva a vida nesses ambientes” (SILVA & NODA, 2016, p. 378).

Além das pesquisas na área das ciências biológicas, dois trabalhos publicados tiveram como objetivo analisar a vida de famílias de idosos residentes nas regiões ribeirinhas da Amazônia, algumas delas residentes em ilhas fluviais, envolvendo as atividades por eles desempenhadas no novo ciclo de vida (NASCIMENTO, *et al*, 2019), bem como demonstrar o seu ambiente e cotidiano através de fotografias e elementos culturais (NASCIMENTO, *et al*, 2015), sendo que, em ambos os artigos, buscou-se um enfoque sob a perspectiva da psicologia. Outros dois artigos tiveram por objetivo o uso de tecnologias e o transporte de pessoas com deficiência, nas comunidades ribeirinhas.

Na terceira parte da análise, verificamos um artigo que teve como objeto o ecoturismo como um modelo de gestão do turismo na comunidade de Mem de Sá, localizada na ilha fluvial no litoral sul de Sergipe (RIBEIRO, ANDRADE, & BRAGHINI, 2014).

Na quarta parte, encontramos dois artigos tendo como abordagem principal o âmbito jurídico. Um deles, buscou comparar as legislações ambientais, mormente o atual e antigo Códigos Florestal (Leis nº 4.665/1965 e 12.651/2012), relativamente às Áreas de Preservação Permanente em faixa ciliar de rio, investigando a sua extensão e efetiva proteção na bacia hidrográfica de Arroio Grande, no distrito de Santa Maria no Rio Grande do Sul (CAMPAGNOLO, *et al*, 2017).

O outro artigo, por sua vez, trata da formação do território agrário ao longo dos rios na Amazônia. Nessa perspectiva, aborda a impossibilidade da concessão ao particular da propriedade de terrenos marginais e de ilhas localizados em rios na Amazônia, em razão da maioria deles constituírem bem público inalienável, seja pelo fato de serem de propriedade da União ou pelo fato de serem bem público estadual com risco de inundação (SCHWADE, 2019).

O referido artigo traz, ainda, outras especificidades, entre elas a própria dinâmica do território amazônico e as barreiras naturais, pois

Os movimentos derivados da dinâmica morfológica da várzea impõem desafios que as concessões de uso privado não são capazes de transpor. Além disso, essa lógica da concessão de imóveis deriva do conceito ocidental de propriedade privada da terra e impõe ao território um engessamento que dificulta a reprodução social das populações ribeirinhas, dificultando o reassentamento dos camponeses atingidos pelo fenômeno das terras caídas. (SCHWADE, 2019, p. 119)

Verificamos, portanto, uma ausência de trabalhos indexados no Portal de Periódicos da Capes envolvendo a temática de ilhas fluviais localizadas em perímetro urbano, numa abordagem sob a perspectiva dos Estudos Territoriais, bem como sobre as dimensões geográficas, históricas e antropológicas, propostas nessa dissertação.

Diante dessa ausência de trabalhos num portal tão respeitado, procedemos, em um segundo momento à busca em outros dois portais: Scielo e Google Acadêmico. No entanto, os resultados obtidos foram organizados nos quadros 1, 2 e 3, com a descrição sintetizada do enfoque dado aos trabalhos, principalmente porque alguns desses trabalhos já foram objeto de explanação na apresentação dos resultados da primeira busca e também pelo fato de que não foram identificados trabalhos dentro da linha de pesquisa que pretendemos explorar, como será explicado mais a diante.

Na biblioteca eletrônica Scielo, especificamente em 01/05/2021 e que foi atualizada em 06/08/2022, seguindo a utilização da mesma metodologia utilizada para a pesquisa no Portal Capes. Ao adotarmos as palavras chaves ilha e fluvial, associadas ao caractere coringa *, também com o objetivo de abranger as palavras no singular e no plural, foram encontrados trinta e dois resultados, no período compreendido entre 1977 a 2021. E, sendo aplicados os mesmos filtros da busca anterior, quais sejam, trabalhos em língua portuguesa e publicados nos últimos dez anos, foram encontrados oito resultados, organizados conforme quadro 1, entre os quais três deles também apareceram nos resultados da pesquisa no Portal Capes.

Quadro 1 – Resultado da busca no Portal Scielo

Autores	Área de Concentração	Título	Enfoque
Jefferson Luiz de Cerqueira Castro, e Ludgleydson Fernandes de Araújo	Psicologia	O conhecimento vem dos rios: as representações sociais do envelhecimento entre idosos ribeirinhos	Compreender as representações sociais do envelhecimento para idosos de uma ilha fluvial brasileira.
Rodolfo Gomes do Nascimento; Ronald de Oliveira Cardos; Zeneide Nazaré Lima dos Santos; Denise da Silva Pinto; e Celina Maria Colino Magalhães.	Psicologia	Rotinas de famílias de idosos ribeirinhos amazônicos e reestruturações de papéis na velhice	Analisar a percepção da rotina de famílias de idosos que vivem em comunidades ribeirinhas da Amazônia.
Kairo da Silva Santos; Fernando de Souza	Geografia	Os rios, a cidade e o mapa como objeto de análise	Identificar e comparar as mudanças ocorridas nos três principais rios

Antunes, e Manoel do Couto Fernandes		da dinâmica da paisagem	que cortam a área de gênese da cidade de Petrópolis.
Pedro Queiroz; Lidriana Pinheiro; Andrea Cavalcante; e Jorge Trindade.	Geografia	Formação e evolução morfológica de barras e ilhas em rios semiáridos: o contexto do baixo curso do Rio Jaguaribe, Ceará, Brasil	Tratar da formação e evolução morfológica de barras e ilhas fluviais no baixo curso do rio Jaguaribe, Ceará.
Karla Campagnolo; Geraldo Lopes da Silveira; Alessandro Carvalho Miola; e Regis Leandro Lopes da Silva.	Engenharia florestal	Área de preservação permanente de um rio e análise da legislação de proteção da vegetação nativa	Comparar a aplicação do novo Código Florestal em faixa ciliar de rio e em bacia tipicamente rural, frente ao antigo Código.
Sandra Helena Silva e Sandra Nascimento Noda	Ciências do ambiente	A Dinâmica entre as águas e terras na Amazônia e seus efeitos sobre as várzeas	Identificar a dinâmica entre as águas e as terras no rio Amazonas, a associação desses componentes para a re-criação de ilhas fluviais e os efeitos das mudanças climáticas sobre as várzeas.
Sury de Moura Monteiro; Maâmar El-Robrini; e Igor Charles Castor Alves	Geologia	Dinâmica sazonal de nutrientes em estuário amazônico.	Demonstrar a distribuição dos nutrientes no estuário do rio Paracauari, durante um ciclo hidrológico amazônico (2008), e no final do período de La Niña (abril de 2008).
Osvanda Silva de Moura; Anna Luiza Ilkiu-Borges; e Eliete da Silva Brito.	Ciências Biológicas	Brioflora (Bryophyta e Marchantiophyta) da Ilha do Combu, Belém, PA, Brasil.	Investigar a brioflora da Ilha do Combu, Belém, PA, através da riqueza e o número de ocorrência de musgos e hepáticas.

Fonte: Site Scielo

Formatação dos dados elaborada pela autora

Da mesma forma como a busca realizada no Portal de Periódico da Capes, a busca junto à biblioteca eletrônica Scielo, indica uma ausência de trabalhos que abordem as ilhas fluviais em áreas urbanas com enfoque nos Estudos Territoriais ou em suas dimensões históricas e antropológicas.

Nessa medida, foi procedida, ainda, em 28/06/2022, uma busca no site Google Acadêmico, envolvendo trabalhos publicados, cujos demais critérios adotados e os respectivos resultados encontram-se descritos no Quadro 2.

Quadro 2 – Resultado da busca no site Google Acadêmico

Critério de busca	“ilha fluvial”	“ilhas fluviais”
Trabalhos publicados	1.500	1.940
Trabalhos publicados nos últimos dez anos, em páginas em português, em artigos de revisão	3	4

Fonte: Site Google Acadêmico
Formatação dos dados elaborada pela autora

Os resultados obtidos por meio do site Google Acadêmico foram analisados e organizados, conforme o quadro 3, cujos trabalhos não apareceram nas buscas realizadas no Portal de Periódicos da Capes e na biblioteca eletrônica Scielo.

Quadro 3 – Relação dos trabalhos encontrados na busca do site Google Acadêmico

Autores	Área de Concentração	Título	Enfoque
Elias Maciel De Sousa Corrêa; Taynara Augusta Fernandes; e Marcus Vinícius Moreira Barbosa	Ciências Biológicas	Conservação e manejo de quelônios no Estado do Tocantins – Revisão Bibliográfica	Analisar produções científicas que abordam aspectos ecológicos e a importância da conservação de duas espécies de quelônios encontradas na bacia do rio Araguaia

Antônio José Roque	Geotecnia	Ambiente e Sustentabilidade: desafios e perspectivas para a geotecnia	Analisar os desafios e perspectivas da Geotecnia Ambiental e da Geotecnia Sustentável no desenvolvimento de soluções para proteção da saúde pública e do ambiente
Divânia Cássia da Costa Silva	Sociologia	Participação política, formas de atuação e trajetórias sociais: um estudo sobre o militância em causas educacionais em Paulo Afonso-BA	Investigar as trajetórias dos militantes dirigentes dos movimentos sociais voltados para a causa da educação no município de Paulo Afonso-BA
Maria de Lourdes Aguiar Bonadia Reichmann; Maria Cecília Goi Porto Alves; Marina Ruiz de Matos; e M. H. S. Dominguez	Medicina Veterinária	Avaliação dos estratos da população canina de municípios do interior do estado de São Paulo - breve avaliação da literatura	Estimar o número de cães existentes no interior do estado de São Paulo segundo estratos de restrição e dependência e conhecer aspectos relacionados à vacinação e dinâmica populacional.
Karla Campagnolo, e Masato Kobiyama	Engenharia Florestal	Detritos lenhosos em rios: uma revisão com enfoque nas pesquisas brasileiras	Realizar uma revisão bibliográfica e, a partir desta, identificar deficiências, tendências e prioridades para pesquisas sobre a ocorrência de detritos lenhosos no leito de um rio, bem como identificar as principais metodologias adotadas para obtenção dos resultados
Mafalda Sofia Centeno Marques de Souza Cardoso	Medicina	O impacto das pandemias na saúde mental: uma revisão histórica	Comparar a pandemia da Covid-19 com as pandemias do passado, de maneira a prever aquela poderá afetar a saúde mental a longo prazo e como irá

			se refletir nas principais doenças psiquiátricas
Roberta da Rocha Braga, e Eliana Reiko Matushima	Ciências Biológicas	Vale do Jaguaribe: um oásis em perigo no semiárido brasileiro—revisão sistemática sobre contaminação ambiental e potenciais danos à bacia e seus usuários	Revisar as publicações sobre a saúde do Rio Jaguaribe, na forma da saúde de seu leito, solo, fauna e usuários humanos, alertando para a necessidade de maior atenção para um dos mais importantes mananciais no nordeste brasileiro

Fonte: Site Google Acadêmico

Formatação dos dados elaborada pelas autoras

Dessa forma, a busca realizada site Google Acadêmico, reforça a percepção sobre a ausência de trabalhos envolvendo a temática de ilhas fluviais localizadas em perímetro urbano sob a perspectiva dos Estudos Territoriais, em suas dimensões históricas e antropológicas, o que demanda uma atenção e análise do pesquisador para a possibilidade de investigar tal temática e empreender estudos para aprofundar no conhecimento desse assunto.

Esclarecemos que ao mencionarmos os Estudos Territoriais no presente trabalho, pretendemos abordar o estudo do próprio território. Destacamos que, como todo conceito, o conceito de território, além de polissêmico, não é estático, carregando as impressões digitais de sua evolução histórica e das mais diversas disciplinas que o estudam (HAESBAERT, 2009). Nessa medida, o conceito de território pode ser abordado sob diferentes perspectivas, como por exemplo, a partir da Economia, da Sociologia, da Geografia etc., não pertencendo com exclusividade a nenhuma disciplina, podendo, ainda, ser compreendido a partir de diferentes escalas, que vão do local ao global (HAESBAERT, 2009). Pensar em território, portanto, exige uma contextualização no tempo e no espaço, pois o seu conceito pode variar a depender da teoria adotada e ser apresentado com diferentes nomenclaturas, o que demonstra a sua flexibilidade e, também, a sua complexidade (HAESBAERT, 2009).

Por outro lado, a abordagem proposta nessa dissertação não visa o conceito de território tendo como foco central apenas as relações de poder, seja no sentido tradicional da figura do Estado ou socioeconômica, seja na relação social, como proposto, por exemplo, por Haesbaert (2009). O foco da pesquisa abarca o estudo do

território segundo o conceito apresentado por Francisco Ther Ríos, especificamente pela antropologia do território, que o compreende enquanto produto de relações que abarcam tanto os processos cotidianos, experienciais e o imaginário territorial, como também sua dimensão política (RÍOS, 2012).

Para a antropologia do território, o território é tempo, é processo, de modo que o espaço é entendido enquanto um suporte biofísico para a vivência/atividade humana, construída no tempo e pelo tempo, possibilitando, assim, a investigação do território também com base nos tempos das memórias, dos imaginários territoriais, das relações de poder, dos conflitos, do vivido e do normado (RÍOS, 2012). A antropologia do território propõe “capturar” o território, ou seja, o seu estudo a partir da análise de diversas dimensões relacionais que se inter cruzam no espaço e no tempo, o que, por sua vez, revela a complexidade dos estudos territoriais (RÍOS, 2012).

Nessa medida, investigar a formação histórica de um determinado território, ainda que sob a perspectiva de narrativas/memórias territoriais específicas, nos permite conhecer parte do seu processo de apropriação, valorização e, até mesmo, de projeção para o futuro (RÍOS, 2011).

No caso das ilhas, como já tratado na introdução e será apresentado no decorrer deste trabalho, a sua característica natural, a sua paisagem, não podem ser ignoradas no processo de territorialização e nas narrativas territoriais que emergiram. Cumpre destacar, que ao abordarmos a paisagem, pretendemos evidenciá-la também de forma relacional, ou seja, na sua relação com o sujeito coletivo, que lhe imprime significado (BERQUE, 2004).

Tais especificidades, podem revelar uma dimensão simbólica, cultural, que integram o processo de formação do território, de forma que, “no processo de configuração socioterritorial, o passado e o presente cotidiano misturam-se para materializar-se na paisagem vernacular que, por ser materialmente constituída por uma diversidade de artefatos, é o repositório de história e de memória” (FLORIANI, RÍOS & FLORIANI, 2013, p. 34). Além disso, as memórias e imaginários territoriais podem desencadear uma patrimonialização e desenvolvimento territorial, que, por sua vez, se tratam de processos motivados/intencionais (RÍOS, 2011).

No que se refere ao âmbito jurídico, este pode ser inserido na dimensão do território normado, que também é abarcado pela antropologia do território (RÍOS, 2011). Por tal razão, buscamos autores que, além de tratar da regularização registral

de ilhas fluviais localizadas em área urbana, abordassem a evolução legislativa correlata num contexto histórico que coincidissem com a época em que se iniciou o processo de formação do território urbano da Ilha dos Araújos, de modo a evitar anacronismo. Levando-se tais questões em consideração, e a dificuldade em encontrar trabalhos com essa abordagem, adotamos como autores de referência Vitor Frederico Kumpel e Carla Modina Ferrari (2020), que além de discorrerem com profundidade sobre conteúdo jurídico, tratam sobre os aspectos históricos que envolvem a legislação registral imobiliária, o que é imprescindível para compreensão da dimensão do território normado dos cenários que serão apresentados no presente trabalho.

Ressaltamos, ainda quanto ao âmbito jurídico, que a regularização registral imobiliária é um aspecto relevante do território normado e que implica também num dado tipo de narrativa que constitui e é constituída ao longo do processo de formação territorial. Deve-se ter em vista que no Brasil, desde o Código Civil de 1916, a condição de proprietário de determinado bem imóvel é adquirida, perante a lei, com o respectivo registro perante o Cartório de Registro de Imóveis, ou seja, a propriedade passa a não existir sem o registro público (KÜMPEL & FERRARI, 2020).

Diante de tais esclarecimentos acerca da abordagem que pretendemos nesta pesquisa acerca dos Estudos Territoriais e das dimensões histórica e antropológica, percebemos uma lacuna nos trabalhos publicados sob tal perspectiva, cujos resultados da nossa busca foram apresentados anteriormente.

2. A NARRATIVA TERRITORIAL DA ILHA DOS ARAÚJOS

A territorialização do espaço urbano, considerada enquanto um processo dinâmico e complexo, palco das atividades humanas, o torna um lugar repleto de significações, histórias e imaginários (RÍOS, 2012), do qual podem emergir múltiplas narrativas, tendo em vista a diversidade dos seus atores. Neste sentido, podemos pensar no espaço urbano enquanto texto, envolve a inúmeras mensagens (GENOVEZ & CAZAROTTO, 2021). Portanto, neste segundo capítulo iremos discorrer sobre a narrativa territorial que envolve a Ilha dos Araújos, objeto do nosso estudo, bem como sobre o instrumental que será utilizado para análise desta narrativa.

2.1 A NARRATIVA TERRITORIAL DE PARAJARA DOS SANTOS

Pensar nas múltiplas dimensões da Ilha dos Araújos é também considerá-la em sua narrativa geomorfológica – ramo da Geologia que estuda as formações do relevo terrestre. Essa dimensão da ilha a coloca como uma ilha fluvial, localizada no leito de um rio e circundada por água doce (GUERRA, 1997). No âmbito jurídico, por sua vez, a narrativa dessa ilha é considerada bem público, salvo casos excepcionais, nos quais a propriedade será do particular, nos termos da legislação correlata. Mas, seus significados não se esgotam aqui, para uma acolhida mais ampla de elementos, contamos com o recurso linguístico da narrativa.

Tanto neste momento, como ao longo desta reflexão, a temática da “narrativa” perpassa todas as dimensões da ilha. Neste sentido, concordamos com Rapport e Overing (2000) quando afirmam que

Convergindo de modo variado através da língua, imagem e gestos, as narrativas são ubíquas. Elas podem se encontradas em mitos, lendas, fábulas, histórias, novelas, epopéias, tragédias, dramas, comédias, imitações, pinturas, filmes, jornais e conversas (...). Podemos sintetizar com Roland Barthes quando esse afirma que o ser humano é um “animal narrativo”, uma vez que ela está presente em todas as épocas, em todos os lugares e em todas as sociedades (RAPPORT; OVERING, 2000, p. 283).

Os estudos acadêmicos sobre esse fenômeno linguístico são consistentes. Em termos do que nos interessa aqui, definimos “narrativa como um ‘contar’ – através de qualquer que seja o meio – de uma série temporal de eventos de tal modo a demonstrar uma sequência significativa” (RAPPORT; OVERING, 2000, p. 283). Ou

como sustenta Abott (2008, p. 15): a narrativa é a “representação de um evento ou de uma série de eventos” ao longo da linha do tempo ou de uma proposta de significação.

No aspecto memorial/histórico, a Ilha dos Araújos começou a ganhar uma narrativa diferente, a partir do registro de sua margem no *Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural* elaborado pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares, em 2020, na categoria “Conjunto Paisagístico” (PMGV, 2021). Essa narrativa a coloca como elemento de relevância cultural para a cidade. Essa proteção possui *status* constitucional, reconhecido e garante o direito à memória coletiva e a preservação da identidade do povo brasileiro (BRASIL, 1988). O inventário, por sua vez, constitui um dos instrumentos dos quais dispõe o Poder Público para adoção de práticas de acatamento e preservação de manifestações e bens de interesse cultural (material ou imaterial), como valor integrante da cultura e que deve ser resguardado de degradações e de utilização que desnature a sua finalidade (MIRANDA, 2008).

Não há como desconsiderar, também, uma outra narrativa: o fato da Ilha dos Araújos constituir um bairro. Numa expressão social, o bairro poderia ser considerado um pequeno mundo dentro da cidade, no qual as pessoas que ali vivem manifestam os seus sentimentos de pertencimento e de identidade (BARROS, 2004). Ao relacionar a escala do bairro à noção de lugar enquanto espaço vivido, Barros (2004, p. 68) destaca que

[...] a escala de bairro é a escala imediata da percepção, da percepção dos sentidos, adequada e compatível com as dimensões do corpo humano, passível de ser percorrida a pé. É a escala na qual o microcosmos é o do pedestre, e a percepção é mais aguçada pelos cinco sentidos humanos. O lugar é conhecido/reconhecido para aqueles que o freqüentam porque é trilhado diariamente, dá-se a conhecer pelo ‘uso’.

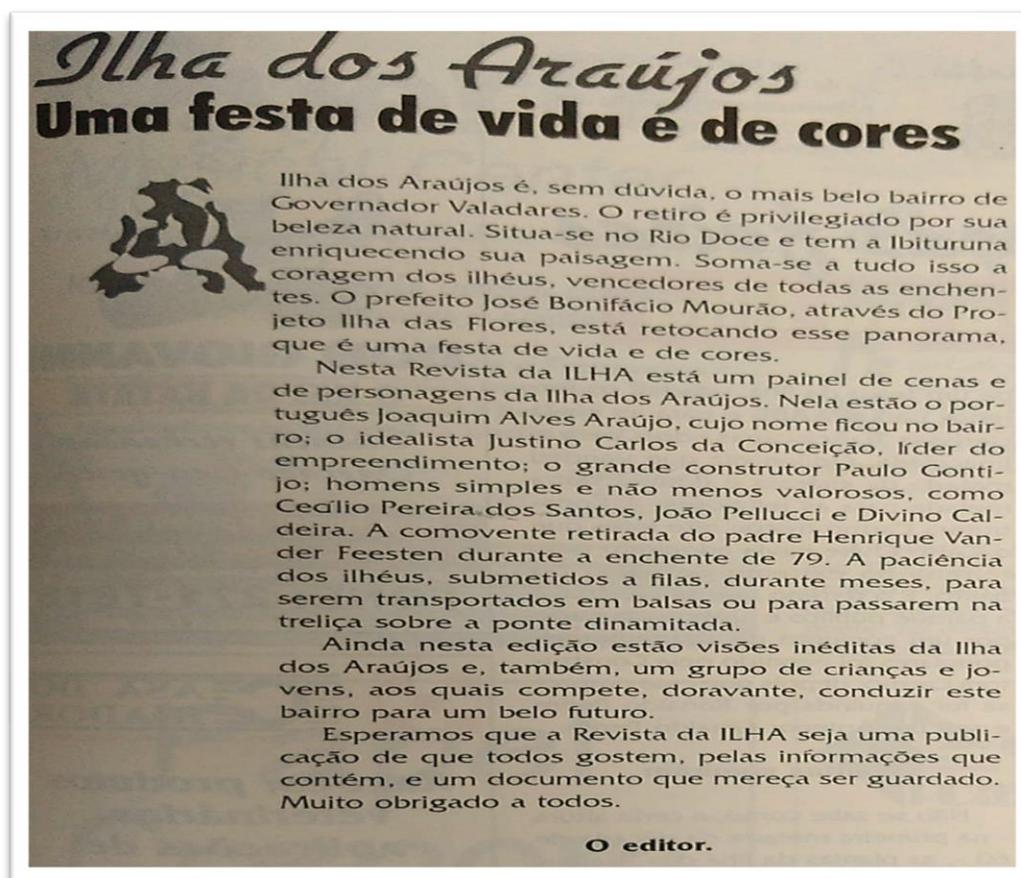
Sua narrativa enquanto bairro já traz algumas indicações do quanto a ilha possui diversas significações para a população valadarense. A denominação original do bairro foi Cidade-Jardim Senhora do Carmo (SANTOS, 2000, p. 9). Esse conceito de cidade-jardim foi proposto por Ebenezer Howard em 1898. Em seu livro *Garden-cities of To-morrow*, Howard buscou equacionar as consequências decorrentes da migração do campo para a cidade num período marcado pela expansão urbana e crescimento econômico em fins do século XIX (HOWARD, 1996). “Ele apostava nesse casamento cidade-campo como forma de assegurar uma combinação perfeita com todas as vantagens de uma vida urbana cheia de oportunidades e entretenimento juntamente com a beleza e os prazeres do campo.” (ANDRADE, 2003, online). A

perspectiva utópica de Howard sofreu algumas adaptações, especialmente na Inglaterra, pós Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, nos Estados Unidos a partir dos subúrbios jardins que privilegiavam o sentido de comunidade de vizinhança (ANDRADE, 2003). A ilha-bairro, portanto, buscava uma fusão também utópica: residir em uma ilha, sem deixar de estar próximo ao centro da cidade, agregando a beleza natural e o aspecto ainda rural que possuía.

Enfim, seja como bairro, como lugar de memória e espaço geográfico e geomorfo específico, a Ilha dos Araújos emerge como foco central da narrativa de Parajara dos Santos publicada na *Revista da Ilha* e distribuída a partir de março do ano 2000. Traz uma combinação de textos e imagens que buscam mesclar a memória da transformação da ilha em bairro com anúncios de comerciantes que se estabeleceram e tornaram o bairro atrativo (SANTOS, 2000).

No caso de uma pesquisa de cunho documental como essa, há alguns procedimentos necessários que auxiliam na compreensão da fonte enquanto um instrumento de comunicação, elaborada com um dado propósito, com uma finalidade e destinada a alguém. Por isso, é fundamental considerá-la criticamente, questionando sua autoria e seu contexto de elaboração (KRIPKA et al., 2015; CELLARD, 2008). A fonte escolhida é autêntica e sua origem encontra-se expressa na sessão “Expediente”, onde foram nomeados os colaboradores e as fontes de informações, conforme veremos em detalhes a seguir (SANTOS, 2000, p. 16). Constitui-se como uma fonte única e, portanto, não pode ser considerada em relação a um conjunto de outras fontes correlatas, mas em virtude de sua representatividade, dado que não foi encontrada até o momento outra fonte com informações sobre o processo de ocupação da Ilha dos Araújos de modo organizado e intencional, conforme se verifica nas próprias palavras de seu autor e editor, o jornalista Parajara dos Santos (Figura 2). Na coluna intitulada “Ilha dos Araújos: Uma festa de vida e de cores”, o editor expressa sua intenção de apresentar “[...] um painel de cenas e de personagens [...]” e a consciência de estar produzindo um documento com informações preciosas. (SANTOS, 2000, p. 32).

Figura 2 – Apresentação da Revista da Ilha. Parajara dos Santos, editor da Revista da Ilha, publicada em março de 2000, discorre sobre os principais assuntos apresentados na Revista e manifesta o seu desejo de que esta se torne um documento a ser preservado.



Fonte: SANTOS, 2000, p. 33.

Essa crítica da fonte exige, numa análise preliminar, considerar o contexto em que foi produzida, o autor, a confiabilidade quanto ao que traz de informação, a natureza do texto e a própria lógica da escrita. (CELLARD, 2008). Isto posto, o contexto de produção da *Revista da Ilha* nos remete à virada do milênio e nos leva a perceber que tal momento sucitou em Governador Valadares um movimento por parte de alguns setores, em especial por parte da Associação Comercial e Empresarial (ACE) local. A ACE promoveu um projeto (*Eu faço Valadares melhor*) no intuito de gerar não só a conscientização e o envolvimento dos cidadãos com a cidade, mas buscou resgatar o espírito empreendedor local, vivenciado em outros tempos, nas décadas de 1940 a 1960, época em que o loteamento da Ilha dos Araújos foi proposto e se concretizou. O projeto, citado por Santos (2000), recebeu uma homenagem da Câmara Municipal no início do ano 2000 (DRD, 2000). Esse resgate empreendedor

subjaz, portanto, à narrativa de Santos (2000) sobre a ilha. Nesse sentido, não há como deixar de observar que o autor/editor foi instigado a produzir a revista envolvido por esse “espírito empreendedor”. Jornalista ativo do jornal *Diário do Rio Doce* e cofundador dos jornais *Jornal da Cidade* e *Diário Valadarense*, ele exalta esse sentido empreendedor que tanto abarcou sua própria vivência profissional como também marcou sua percepção do contexto local e da perspectiva de futuro que se queria para Valadares na virada do milênio (DA, 2008). Entretanto, Santos convida antigos moradores que lhes concede seus testemunhos, no intuito de dar ao texto maior confiabilidade e também fluidez, a partir das várias cenas que mergem de sua narrativa. Com estilo leve e com tom jornalístico, o texto apresenta uma natureza histórica, buscando, a princípio, uma lógica pautada ora na cronologia, ora nos personagens que buscava dar relevo.

Todos os elementos acima dispostos nos fornecem uma narrativa que não será tomada como “verdade histórica” ou como uma narrativa absoluta, mas como uma fonte rica, multifacetada, por onde perpassam alguns documentos, circulam várias vozes testemunhais e aparecem personagens que significaram, de alguma forma, o processo de ocupação da ilha. Nesse aspecto, estaremos entendendo a narrativa de Santos (2000) como uma narrativa territorial, visto que emerge dela não só a percepção dele – enquanto morador antigo da cidade e da própria Ilha dos Araújo – de como o bairro foi territorializado, mas a partir de sua narrativa transpiram inúmeras outras percepções e são expostos conteúdos de documentos obtidos por ele. Isso se deve ao fato dele ter indicado na coluna “Expediente”, conforme indicamos acima, que a revista foi constituída a partir de 17 testemunhos de antigos moradores, além de alguns documentos que implicam em narrativas consideradas oficiais como: o Cadastro Geral da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, o Livro de Tombo da Paróquia da Ilha; além do uso de periódicos, dentre eles: o *Jornal da Cidade*, o *Diário Valadarense*, o *Jornal de Domingo*, a *Gazeta de Valadares* e o *Diário do Rio Doce*. Ressalta-se, que apenas esse último ainda circula na cidade, de modo digital.¹

¹ Os entrevistados considerados pelo autor foram: *Cecílio Pereira dos Santos* (falecido em fevereiro do ano de 2000), aposentado, 87 anos; *Odilon de Magalhães Barbalho*, produtor rural, 83 anos; *Paulo Macedo Gontijo*, aposentado, 92 anos; *José Fernandes de Mattos*, aposentado, 98 anos; *Negna A. Camargo*, viúva de Justino Carlos da Conceição; *Emídio Perim*, aposentado, 83 anos; *Heliana Márcia Pelluci de Oliveira*, filha de João Pelluci; *Maria Izabel de Almeida*; *Macedônio Amâncio Pereira*, aposentado, 70 anos; *Divino Pastor Caldeira*, aposentado 69 anos; reverendo *Vólmer Portugal*; *Manuel Messias dos Santos*, aposentado, 73 anos; *Sebastião Coelho Leão*, aposentado; *Ceil Augusto Ribeiro*, dona de casa, 71 anos e *Raimundo Martins da Silva*, aposentado, 80 anos. As outras fontes, utilizadas

Como resultado, a narrativa expressa na *Revista da Ilha*, embora editada por Santos, sintetiza vários processos de significações de um torvelinho de ações que levou à territorialização da Ilha dos Araújo. Em meio a esse torvelinho, o editor tanto expressa suas próprias percepções do processo de formação territorial do bairro quanto apresenta a perspectiva dos testemunhos dos antigos moradores, criando uma amálgama a partir da qual, em alguns pontos, se torna impossível distinguir o que foi vivido e experienciado por ele e o que lhe foi contado, a partir da experiência de outros. Estabelece-se, assim, uma interação consubstancial entre a memória individual e a coletiva (Ricoeur, 2007). A *Revista* é o resultado dessa interação: sua organização, impressão e distribuição se deu com o intuito de comunicar o espírito empreendedor de um grupo de pessoas cujas ações passaram a ser significadas.

2.2 O INSTRUMENTAL DE ANÁLISE: PÊNTADE BURKEANA

A interpretação dessa narrativa foi feita, como já indicamos anteriormente, a partir da proposta analítica do linguista e crítico literário Kenneth Burke (1969). Seu dramatismo se mantém na atualidade nas discussões da Kenneth Burke Society e nas publicações veiculadas pelo KB Journal. Esse modelo de dramatismo reconhece que a comunicação humana se ancora em códigos, e estes interagem imersos num sistema permeado por signos e símbolos, tornando Burke precursor de Geertz, Habermas, Goffman, Garfinkel, Kuhn, Foucault e Lévi-Strauss. É a partir de um dado sistema linguístico que comunicamos aos outros pensamentos, sentimentos, opiniões, conhecimentos, etc. (GUSFIELD, 1989).

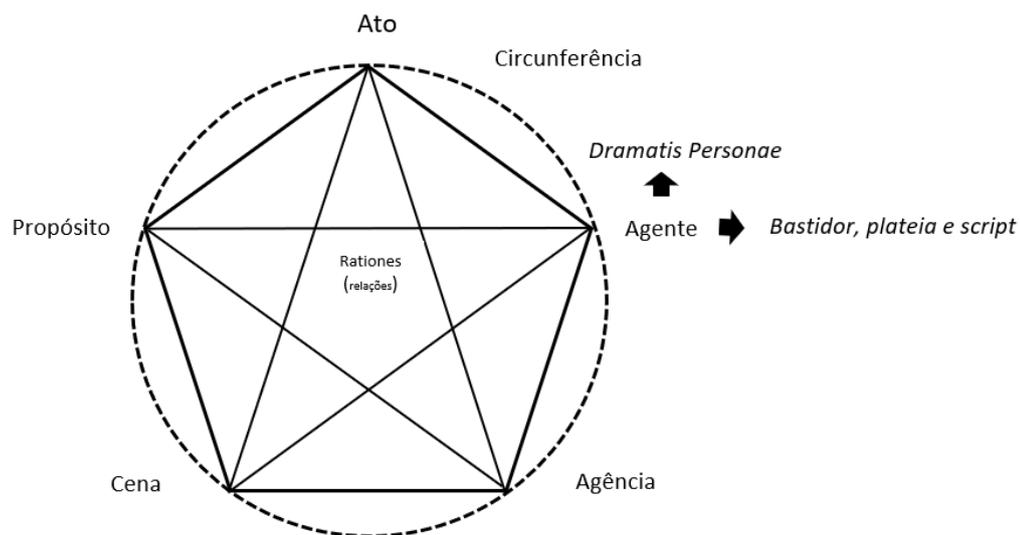
Com o intuito de compreender os elementos que compõem a comunicação humana, Burke retomou um antigo esquema heurístico que pode ser encontrado desde Aristóteles e que permaneceu pertinente na Idade Média até a contemporaneidade, com a Estrutura da Ação Social em Parson: a *Pêntade*. A partir dela, Burke interpreta a comunicação humana de modo processual e dinâmico, tal qual uma cena que se desvela num palco teatral. A partir da cena desenrola-se um drama onde a cada ato percebe-se o envolvimento e, por conseguinte, a ação dos

como referência por SANTOS são: Cadastro Geral da Prefeitura Municipal de Governador Valadares; Livro de Tombo da Paróquia da Ilha; Jornal da Cidade; Diário Valadarense; Jornal de Domingo; Gazeta de Valadares e Diário do Rio Doce. São fontes, que em sua maioria, não podem mais ser acessadas. Os jornais não estão disponibilizados em arquivos públicos e muitos dos entrevistados já faleceram.

atores (agentes) envolvidos; sem perder de vista sua relação interativa tanto com a plateia quanto com o bastidor (repertório e aparelhamento). Será, portanto, a partir da Pêntade burkeana que poderemos correlacionar de modo processual e dinâmico a narrativa territorial que envolve ao mesmo tempo a transmutação de um espaço geográfico em território num intenso processo de significações e constituição de imaginários.

A Pêntade possui cinco termos (Figura 3): ato, agente, cena, agência, propósito. “Para que exista um ato, deve haver um agente. Similarmente, [...] uma cena/cenário na qual os agentes agem. Para agir numa cena, o agente emprega alguns meios, ou agências. E não pode haver ato, no seu pleno sentido do termo, a não ser que haja um propósito.” (BURKE, 1968, p. XXX).

Figura 3. Disposição dos elementos da pêntade e suas ligações (Rationes)



Fonte: Figura elaborada a partir de ENGWprojectRemix

<https://sites.google.com/site/engwprojectremix/home/everyday-discourse-as-rhetoric-the-rhetorical-situation>

Esses termos são apresentados a partir de perguntas: “o que foi feito? (ato), quando e onde isso foi feito? (cena/cenário numa dinâmica espaço-temporal), quem o fez? (agente), como ou com que ele o fez? (agência) e com que propósito o fez? (propósito)” (Genovez; Cazarotto, no prelo, p. 22). Assim, a partir da Pêntade, cabe considerar o que aconteceu baseado na percepção das testemunhas, em qual contexto (as interações territoriais e circunstanciais imersas num fluxo espaço-

temporal), quem realizou o ato (quais são as suas dimensões em relação ao bastidor, a plateia e o *script* a ser seguido), considerando a *dramatis personae* (personagens da narrativa) em seus elementos: quem fala e quem silencia, o tempo de fala e as presenças/ausências. Posteriormente, como foi feito e por quê.

Esses elementos da Pêntade permitiram uma compreensão mais ampla da narrativa territorial que envolve a formação histórico-territorial da Ilha dos Araújos, visto que, ao se pensar em território, pensa-se em ação (ato significado) e relação (de poder, imersa numa teia sociocultural). A ação pode ser trabalhada pelo Dramatismo Burkeano que permite desvelar o território em seu movimento processual. Esse instrumental Burkeano nos permitiu compreender a narrativa expressa na *Revista da Ilha* em seu fluxo, considerando a dinâmica das relações (multidimensionais) e o (re)dimensionamento de suas significações. Por isso, foi apreciado não propriamente o território e as territorialidades, mas a narrativa territorial que emerge da memória de inúmeros testemunhos; ou seja, as ações significadas que definem um território e plasman um processo identitário que dialeticamente figuram uma dada territorialidade.

O Dramatismo Burkeano ao propor uma interpretação a partir da dinâmica do teatro nos leva a considerar que o cenário que marca o primeiro momento de formação e instauração de uma nova ordem territorial na ilha é composto de cinco cenas, interpretadas a partir de uma dada hierarquia expressa na própria narrativa de Santos (2000). Essa hierarquia, de acordo com Burke é estabelecida na narrativa por uma ideia central que acaba por aglutinar e interferir na interrelação entre os demais termos da Pêntade (Figura 3). Essa interferência foi denominada por Burke como termo-mestre (fio condutor) que, no caso da narrativa analisada, se consubstancia na noção de espírito empreendedor.

Esse termo-mestre hierarquiza a Pêntade a partir do termo Propósito. Na Pêntade burkeana cada um dos termos encontra-se vinculado a uma escola filosófica, no caso do Propósito, Burke o relaciona ao Misticismo remetendo-o a um tipo de experiência intuitiva, fato muitas vezes pela ciência por falta de instrumental analítico ou por puro preconceito. No tocante aos demais termos encontramos as seguintes relações com escolas filosóficas: cena (materialismo), agente (idealismo), agência (pragmatismo), ato (realismo), sendo o nominalismo e o racionalismo elementos característicos que podem se correlacionar com as escolas citadas. Cada uma dessas

escolas nos convida a compreender o mundo a nossa volta a partir de um princípio: matéria, ideia, prática, ação e intuição (Burke, 1969).

Essa perspectiva mística retoma as experiências relacionadas ao sagrado com forte traço significativo, capazes de estabelecer um ponto de inflexão criador de uma nova identidade ou uma nova temporalidade (Mavrodes, 1995). William James sustenta que certas experiências místicas possuem uma dimensão noética, levando ao conhecimento aquilo que, trivialmente, não somos capazes de alcançar. Apesar do tom preconceituoso em relação ao misticismo, não se pode desconsiderar que “[...] as intuições assumem muitas e variadas formas tanto na ciência como na matemática, ainda que todas possam ter como características a origem súbita, a totalidade da concepção do que apresentam e a essência de uma pré-meditação consciente.” (Bersanelli; Gargantini, 2003, p. 141-143). Assim, quando Burke coloca o “propósito” como um dos termos da Pêntade, ele tem em vista, em parte, exatamente o fato de que todo ato é intencional, mas também que todo o ato-cena traz em si uma dimensão intuitiva que talvez se revele somente depois que toda a cena estiver realizada ou somente depois que as cortinas de fecharem.

A hierarquia pentádica a partir do Propósito nos coloca, portanto, algumas questões indiciárias, sem desconsiderar os demais termos: qual é, afinal, o significado de editar uma revista contando sobre a ocupação de uma ilha no meio do rio Doce? Qual efeito essa ocupação trouxe para a vila e depois para a cidade de Valadares? Qual seria a finalidade dessa ocupação? A narrativa de Santos (2000) nos convida a compreender de que forma o ato de ocupação de uma ilha implica em um espírito empreendedor. É esse espírito disposto a uma tarefa difícil e exigente que se torna uma ação permeada de intencionalidade capaz de transformar o mundo em função de um objetivo.

Definido o termo-mestre, seria possível estabelecer 22 *rationes* (relações) diferentes a partir da Pêntade. Descrever todas essas *rationes* seria inviável em um único trabalho, por isso, para esse exercício e recorte de narrativa, definimos um percurso pelos termos da Pêntade, com foco mais específico na *ratio*: Propósito-Agente-Cena, que foi expressa a partir de uma síntese em cada uma das cenas a serem descritas nos próximos capítulos, organizados de acordo com os três cenários objetos do presente trabalho, quais sejam: 1) a passagem que torna a ilha (enquanto natureza) uma fazenda; 2) quando a fazenda se torna um loteamento; e 3) quando o

loteamento efetivamente se torna um bairro urbanizado, integrado à cidade. Nesse sentido, estaremos correlacionando hierarquicamente a partir do misticismo, essa intencionalidade com o subjetivismo e o materialismo. Em outras palavras, a *ratio* pretendida nos forneceu uma interpretação a partir da imbricação que envolve um espírito transformador e intencionado com atores idealista na transformação de uma matéria.

3. O PRIMEIRO CENÁRIO: A ILHA DOS ARAÚJOS SE TORNA UMA FAZENDA

Neste capítulo damos início à análise da narrativa territorial de Parajara dos Santos (2000), para abarcar o primeiro cenário, no qual a ilha, de natureza selvagem, passa por um processo de transformação para uma natureza domesticada. Tal narrativa encontra-se dividida em cinco cenas, que no contexto da Revista da Ilha (SANTOS, 2000), retratam bem esse primeiro cenário.

A primeira cena traz a epígrafe da Revista da Ilha. Já a segunda cena descreve o início da ocupação da Ilha dos Araújos por Joaquim Alves Araújo. Na terceira cena temos uma descrição mais detalhada acerca da trajetória de Joaquim Alves Araújo, até sua fixação na Ilha dos Araújos. Na quarta cena, por sua vez, a Ilha já passa a ser efetivamente transformada em uma fazenda. E, por fim, temos a quinta cena que apresenta o trabalho de Joaquim Alves Araújo na fazenda até o seu falecimento. Após a descrição de todas estas cenas, que compõem este primeiro cenário, fazemos uma reflexão acerca do imaginário e os processos de significação territorial.

3.1 INTERAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAL: DA NATUREZA SELVAGEM À NATUREZA DOMESTICADA

Conforme mencionamos, este primeiro cenário encontra-se dividido em cinco cenas, que serão descritas a seguir, e que representam bem o processo de transformação da ilha-natureza em ilha-fazenda.

CENA 1 – A epígrafe

Ratio Pentádica: Propósito (divino)/Agente (Senhor (Deus)-homens de estranha coragem)/Cena (terra bonita, feliz e selvagem)

Um dia o Senhor apontou o farol das estrelas para uma terra bonita, feliz e selvagem, onde homens de estranha coragem entoavam seus cantos de guerra, onde a noite dormia nos rios e o silêncio morava na terra. (Santos, 2000, p. 3).

É bem significativo que Parajara dos Santos tenha iniciado sua narrativa com essa epígrafe. Sem citar o autor da frase poética, com traços do romantismo brasileiro,

Santos faz menção a uma intencionalidade divina que torna essa terra (Valadares) um ponto iluminado, possibilitando vislumbrar sua beleza (natural), a coragem de seus habitantes (autóctones) e sua possível prosperidade. Apesar de silenciada e adormecida no rio Doce, remete a um tempo imemorial a partir do qual se evoca um propósito grandioso. Para que esse propósito se concretize é necessário um espírito capaz de romper o silêncio da terra e despertá-la. O espaço-tempo em fluxo encontra-se suspenso e visto como algo paradisíaco. Tendo em mente os elementos do misticismo, sintetizados acima, devemos considerar que nesta experiência, a temporalidade e a espacialidade não são sentidas como as do cotidiano. O tempo é visto como um “momentum”, isto é, uma espécie de adensamento de seu fluxo de tal modo que não pode simplesmente ser confundido com o tempo cronológico ou do calendário. Muitos relatos destas experiências dão conta de que o tempo parece não passar e que mesmo a espacialidade assume uma “fisionomia” diversa do normal.

CENA 2 – Ibituruna... Rio Doce... Um panorama deslumbrante

Ratio Pentádica: Propósito (Encantamento de Joaquim Araújo)/Agente (Cecílio Pereira dos Santos, Joaquim Alves Araújo)/Cena (fixação de Joaquim Alves Araújo)

Há vários descendentes de Joaquim Alves Araújo – muitos em lugares ignorados –, mas só um deles, seu neto Cecílio Pereira dos Santos, o conheceu de perto, conviveu com ele e dele guardava lembrança bem viva e bem saudosa.

- Meu avô era um homem bonito – exclamava.

Cecílio viveu até o dia 16 de fevereiro de 2000. Embora nas vésperas de completar 87 anos, possuía admirável lucidez e notável memória, e narrou, dias antes do seu desaparecimento, em minúcias, a história da Ilha dos Araújo, desde quando lhe chegou o entendimento. Cecílio nasceu na ilha e passou praticamente toda a sua vida sem dela sair.

Joaquim Alves Araújo era um cidadão português, ainda jovem, que, andando a esmo, um dia chegou a este lugar, por volta de 1890. Encantado com o panorama deslumbrante que seus olhos contemplavam, exclamou, lusitanamente, para seus botões:

- É por aqui que vou ficar, pá!

E ficou. (Santos, 2000, p. 3).

Logo após a epígrafe, Santos (2000) inicia a descrição da ocupação da ilha

apresentando Cecílio, neto de Joaquim Alves Araújo. É o bastidor de Cecílio, que sempre viveu na ilha e tinha uma memória viva do avô, que poderia instrumentalizar a narrativa mais confiável sobre a ocupação do local. É importante realçar aqui o conceito de bastidor que no fundo remete a todos os recursos dos quais podemos lançar mão para “cumprir” adequadamente o nosso papel no palco. Assim como vimos com a narrativa acima, os “conteúdos” dos bastidores são quase infinitos. No relato de lembranças, além evidentemente da fala, temos movimentos, lágrimas, sentimentos e tudo o que possa cooperar com a narrativa.

Na conversa de Cecílio há uma fusão de narrativas, visto que Santos não distingue o testemunho de Cecílio da sua própria. A chegada de Joaquim não é precisa nem espacial e nem temporalmente. Ainda não é possível identificar com clareza os interesses de Joaquim, apenas sabe-se, nesta cena, que o jovem português chegou na vila e sua permanência foi definida pelo “encantamento”. Sem um espaço-tempo para ancorá-lo, Joaquim emerge da memória do neto como um vagante que descobre a oportunidade e o lugar perfeito para se estabelecer. Define-se, assim, um momento marcante que localiza Joaquim, fixando-o e o envolvendo-o a um determinado lugar. Deslumbrado pela ilha decide por fim a uma vida errante. Tem início, portanto, a partir do encantamento, o processo de transformação/ocupação da ilha. Neste caso, dada a natureza da experiência, é compreensível que a data de calendário seja secundária e mesmo que os aspectos ditos objetivos sejam de menor importância. O que importa mesmo é uma experiência mística que adensa o tempo e o coloca no chamado tempo mítico dos “começos” e que transforma a paisagem num “campo de sonhos”. Esse encantamento faz com que aspectos objetivos que estão aí diante de todos, assumam uma dimensão quase que fantasmagórica onde o real se confunde com o sonhado ou onírico. Como foi assinalado acima, esta experiência transforma e mesmo muda a pessoa que a vivencia: Joaquim de viandante torna-se um habitante envolvido num lugar, como será detalhado adiante.

CENA 3 – A trajetória de um português andante

Ratio Pentádica: Propósito (Legitimação de Joaquim Alves Araújo)/Agente (Antônio Máximo de Oliveira, José de Serra Lima de Oliveira, João Coelho e Joaquim Alves Araújo,)/Cena (a trajetória da ilha e de Joaquim Alves Araújo)

O primeiro posseiro da ilha existente no meio do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, foi o cabo da Polícia Militar Antônio Máximo de Oliveira, que se ocupava da segurança e da catequese de índios na região. O cabo Máximo foi pai de José de Serra Lima de Oliveira. Há registros que indicam que, em 1872, o cabo Máximo cedeu sua posse da ilha ao tenente João Coelho – tronco da família Coelho –, que lutara como soldado na Guerra do Paraguai [1864-1870], recém-chegado a Figueira do Rio Doce ou Porto das Canoas ou Porto de Dom Manuel, todas denominações populares. Mais tarde, o tenente João Coelho nomeou membros da família Araújo e Pereira, relacionados por casamento, como encarregados da propriedade rural. Desinteressando-se adiante da posse, a liderança da pequena fazenda acabou nas mãos de Joaquim Alves Araújo.

A provável trajetória de Joaquim Alves Araújo, desde Portugal, pode ser levantada por suas conversas. Ele se referia muito a Pernambuco e Alagoas. Seu desembarque teria se dado no Recife. Joaquim, depois, seguiria de navio até Caravelas (Bahia) e de lá atingiu Teófilo Otoni. Falou também de Medina e Ladainha, por onde teria andado. Subiu o Jequitinhonha, atingindo Diamantina. Conheceu Congonhas, Sabará, Santa Bárbara, Ouro Preto e Mariana, cidades históricas mineiras mencionadas em suas conversas.

Seu meio de vida era vender remédios. Tratava também com plantas. Seu transporte, o cavalo. Certo dia, descendo pelo Rio Suaçuí Grande, atingiu o Rio Doce pouco abaixo da Freguesia de Figueira ou Vila de Santo Antônio de Figueira. Chegando ao povoado, o jovem português instalou-se na casa de número 549 da rua Prudente de Moraes (endereço atual), em frente a Primeira Igreja Presbiteriana. Levantando-se cedo, indo ao quintal para ver a aurora, ficou deslumbrado com o painel pintado pela natureza: o sol se erguendo, a montanha negra – Ibituruna – coberta de matas, o largo Rio Doce e uma grande ilha. Joaquim deslumbrou-se e concluiu que era chegada a hora de deixar aquela vida perigosa e cansativa de andarilho. Chegara o momento de fincar raízes e criar família. (Santos, 2000, p. 5).

Na Cena 3 a narrativa retoma o processo de posse da ilha, desvelando outros três personagens que, em certa medida, antecedem Joaquim Alves Araújo. Em termos da *Dramatis Personae*, eles aparecem na narrativa apenas para cumprirem um papel diminuto, não possuem falas diretas, mas fornecem um lastro de legitimação à posse da ilha que teve início com o cabo Máximo. Personagem importante e respeitado localmente, o cabo possui em seu bastidor as referências iniciais da ocupação do lugar visto que a bacia do rio Doce foi dividida em sete circunscrições militares, denominadas Divisões Militares do Rio Doce.

A Quinta Divisão, na qual o cabo servia, ficou conhecida como Porto de Dom Manuel e foi estabelecida em 1808. Gradativamente, essa Divisão Militar deu origem a alguns povoados, dentre os quais Peçanha, da qual a Freguesia e depois Distrito de Figueira, atual Governador Valadares, fez parte (Espindola, 2005). O cabo Máximo foi o pai de José de Serra Lima (que nomeia uma das praças centrais de Valadares), personagem muito conhecido na história da cidade por ter sido o responsável pela aplicação do traçado urbano de autoria do topógrafo Olympio de Freitas (Genovez, 2019). Muitas décadas se passam desde o estabelecimento do conhecido Quartel de Dom Manuel, até que o cabo transfira sua posse para o tenente João Coelho, recém chegado a Figueira após atuar na Guerra do Paraguai, em 1872.

Entretanto, não há qualquer indicação na narrativa de como essas posses teriam sido legitimadas, se é que efetivamente o foram, já que juridicamente essas terras eram devolutas, pertencentes ao Estado. Esse tipo de informação não consta no *script* de Santos (2000), bastando indicar a posse e relacioná-la a personagens inquestionáveis da história local. É a própria existência deles nessa história que constitui o lastro necessário para a propriedade de Joaquim, personagem bastante nebuloso na Cena 2 e que ganha maior profundidade com a descrição de sua trajetória, um tanto quanto audaciosa para um jovem que aportou em Recife e passou por inúmeros lugares, vendendo remédios montado num cavalo, até chegar a Figueira. É de seu olhar juvenil que emerge o que Santos denomina como uma pintura da natureza que enquadra o sol, a montanha negra, as matas, o rio largo e a grande ilha.

A Cena 3 é encerrada reafirmando a cena anterior, dando contornos mais nítidos ao encantamento de Joaquim e sua decisão de se estabelecer territorialmente. O desbravador Joaquim constitui um olhar para ilha que destoa dos posseiros anteriores, que talvez a vissem apenas como um espaço estratégico e de defesa no meio do rio. Joaquim a vislumbra como lugar de morada, espaço no qual ele possa fincar raízes e, enfim, tornar-se localizado num dado espaço-tempo (Figura 4).

Figura 4 – A ilha no início de sua fixação por Joaquim Alves Araújo. Nesta figura temos a Ilha dos Araújoos completamente despovoada, à época em que iniciou a sua transformação em fazenda.



Fonte: SANTOS, 2000, p. 5

CENA 4 – Muito trabalho para a formação da fazenda

Ratio Pentádica: Propósito (formação da fazenda)/Agente (Joaquim Alves Araújo, Maria Moreira Dias, Rosa, Teodorico, José Pereira dos Santos)/Cena (o casamento, a descendência e a ilha como moradia)

Algum tempo depois, Joaquim tornava-se um dos encarregados da ilha. Daí para a frente, foi uma vida de trabalho diuturno para a formação da pequena fazenda. Passado algum tempo, sentindo-se só, Joaquim dirigiu-se à região de Santa Maria do Suaçuí, onde casou-se com Maria Moreira Dias, moça de descendência indígena. O casal teve 12 filhos. De toda a sua descendência, permaneceram na ilha apenas seus filhos Rosa e Teodorico.

A propriedade, assim, ficou dividida em três glebas, de 7,5 alqueires cada uma. Joaquim ficou com a parte de baixo da ilha, situando-se a divisa onde hoje se encontra a Av. Parnaíba. Sua sede era onde mora o advogado César Batista Coelho (Rua 16, 58), e seus currais, onde mora o advogado Pedro Coimbra de Almeida (Rua 16, 135). As duas outras glebas, na parte de cima, tiveram sua divisa, subindo, entre as atuais Rua 10 e Av. Piracicaba. A gleba de Rosa era a do lado do povoado e sua sede se localizava onde está hoje a casa de Milton Ribeiro (Rua 16, 634). A gleba de Teodorico era do lado da Ibituruna, com sede onde se encontra o prédio nº 2481 da Av. Rio Doce.

Rosa casou-se com José Pereira dos Santos, descendente de um tipo de índio forte e trabalhador, diferente dos botocudos, que eram baixos e barrigudos. José Pereira falava a língua dos índios.

As micropropriedades da ilha eram constituídas de pastagens, lagoas, dois morros baixos e matas (peroba do campo, jacarandá, pitomba, bicuíba, etc). trabalhava-se muito. Havia cerca de 60 cabeças de gado. Criavam-se porcos, galinhas e cabritos. Plantavam-se milho, arroz, feijão, cana, batata, mandioca, frutas. Fabricavam-se tijolos e telhas. A ilha só comprava sal, tecidos e querosene na Vila de Figueira.

O Rio Doce tinha grande volume de água e era fundo. Subia-se de canoa pelos córregos Figueirinha e Onça. As águas eram limpas e transparentes, a ponto de se verem peixes nadando. Os peixes mais comuns eram piau (até quatro quilos), piabanha (até 40 quilos), e havia também peixes miúdos. (Santos, 2000, p. 6).

Na Cena 4 a *Dramatis Personae* ganha novos personagens com o casamento de Joaquim, o nascimento dos 12 filhos, a permanência de dois deles na ilha e a chegada de um genro. São personagens que compõem a cena, mas não possuem ação definida na narrativa. O personagem central, capaz de empreender por meio do seu trabalho, é Joaquim. Seus descendentes crescem e dois deles se estabelecem nas proximidades da casa paterna. A fazenda passa ser dividida em três glebas e torna-se promissora, produzindo inúmeros produtos, tornando-se quase independente da Vila de Figueira. A visão empreendedora e juvenil de Joaquim se concretiza e a trama espaço-temporal busca enfatizar a dinâmica de um processo de ocupação que inclui uma miscigenação, primeiro com a própria esposa de Joaquim, Maria e, depois, com o genro, José. Nesse ponto, a narrativa evoca uma inflexão histórica frente a todo o esforço de extermínio indígena ocorrido na região, iniciado com a Guerra Ofensiva aos Botocudos, ainda no século XIX. (Espindola, 2005). A ilha permite plasmar uma experiência cultural híbrida, considerando-se os agentes envolvidos. O português busca uma indígena para se casar e reparte a ilha dos sonhos com o genro, também indígena. Por fim, a narrativa contempla o rio Doce: límpido, profundo, piscoso num contraponto ao rio existente nos anos 2000, já alterado pelas estações secas e pela poluição.

CENA 5 – Araújo morre de tétano mas seu nome permanece

Ratio Pentádica: Propósito (o legado de Joaquim)/Agente (Joaquim Alves Araújo, Cecílio, Luisinho)/Cena (habilidades de Joaquim, as enchentes e a morte)

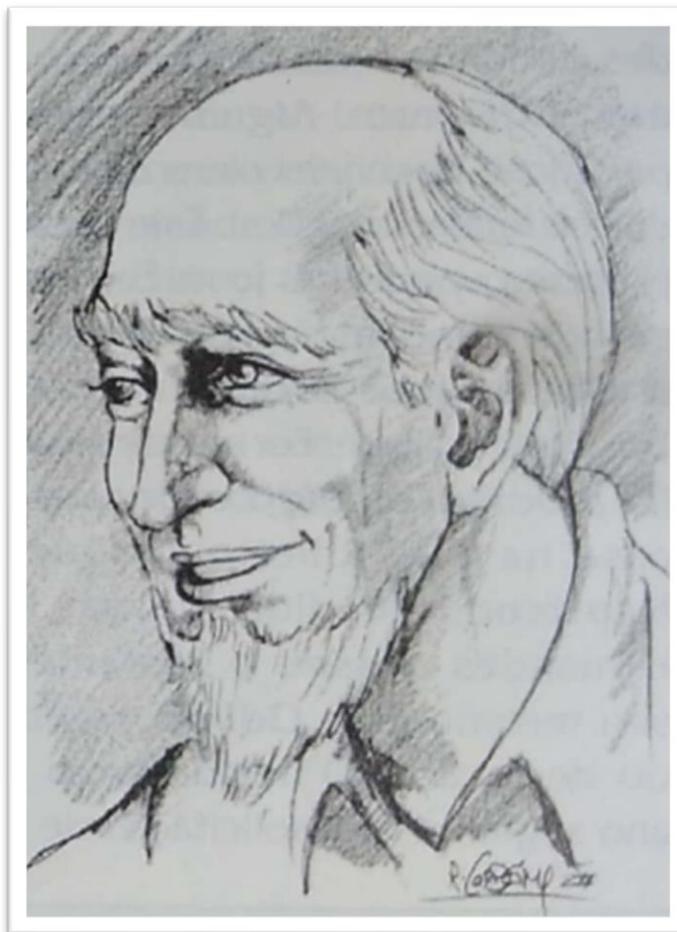
Joaquim era descrito por seu neto Cecílio como “um homem bonito, inteligente, alegre, que gostava muito de conversar”. Ele contava histórias lindas. Talvez se correspondesse com Portugal, porque escrevia com frequência. Era culto, tinha caligrafia cheia e bonita. Não era dado a pescarias, nem a caçadas. Previa o tempo. No trabalho gostava mesmo era de tirar leite e cuidar de bezerras. Cultivava melancia, mandioca e banana e plantas medicinais para seus remédios. As demais culturas ele apenas orientava. A fazendinha fabricava cachaça, rapadura, pé-de-moleque, doce de mamão, queijo e requeijão.

Passando toda sua vida na ilha, Cecílio dizia que a maior enchente do Rio Doce que ele testemunhou foi a de 1979. Antes dela, a maior foi a de 1941, quando o gado teve de se refugiar nas partes mais altas, ficando as partes baixas totalmente inundadas.

Não há documentação de qualquer espécie que dê segurança à cronologia dos fatos. A chegada de Joaquim a Vila de Santo Antônio de Figueira é estimada em 1890 porque em 1895 teria lhe nascido a primeira filha e sua quarta filha tornou-se mãe de Cecílio em 1913. A morte de Joaquim, provavelmente aos 50 anos de idade, teria ocorrido em 1925, vítima de tétano. A “batata” de uma de suas pernas foi ferida por uma farpa. Recolhido ao leito, banhou o ferimento com Santa Maria e outras ervas, mas seu estado de saúde se agravou. Levado para Figueira, o português foi examinado pelo farmacêutico Luisinho, pai de Mário Rocha, que fez o diagnóstico de tétano. Seguir para Vitória seria o caminho. Mas a perna de Joaquim estava muito inchada, ele se apresentava febril e sofria convulsões. Foi levado de volta para a ilha e no dia seguinte morreu. (Santos, 2000, p. 7).

A Cena que fecha esse primeiro cenário retoma, mais uma vez, a caracterização do personagem central, Joaquim. Nesse ponto da narrativa, a descrição de seu neto nos permite vislumbrar a beleza, a inteligência, a simpatia e os saberes dele (Figura 5). Suas características o tornavam singular em relação aos homens da localidade. Trabalhador, ele tornou a ilha um espaço-tempo de empreendimentos cultivando melancia, produzindo cachaça, rapadura, queijo, doce, requeijão.

Figura 5: Retrato de Joaquim Alves Araújo. Trata-se de um retrato-falado, que foi elaborado por R. Cordeiro, a partir da descrição de seu neto Cecílio.



Fonte: SANTOS, 2000, p. 5.

Sem documentos que comprovem os fatos e indiquem datas precisas, a trama de Joaquim permanece envolta num espécie de bruma, entretanto, ela possibilita uma compreensão mais densa das demais cenas. As datas elencadas nos levam a considerar que Joaquim teria nascido em Portugal por volta de 1875 e falecido na Vila de Figueira em 1925, aos 50 anos aproximadamente. Esse fato nos faz retomar as Cenas 2 e 3, em especial nos pontos em que a chegada de Joaquim ocorre. Quem se encanta com a visão da ilha e vislumbra enfim um lugar para fincar raízes e constituir família é um jovem de 15 anos, que logo em seguida busca uma esposa indígena e tem a primeira filha aos 20 anos. Sua dedicação e trabalho ao longo de mais de três décadas, transformou a ilha. Sua morte, ocorrida na ilha, em virtude do tétano, não pode ser evitada pelos remédios que produzia e nem pelo farmacêutico local, Luisinho. De certa forma, ela denuncia a precariedade da Vila que só viria a ter algum tipo de

assistência médica mais consistente na década de 1940, com o estabelecimento do Serviço Especial de Saúde Pública (VILARINO, 2020). A vida sob constante risco e a violência que a narrativa de Santos desconsidera na ocupação da ilha e, em certa medida, de toda a região, aparecem numa passagem que a princípio parece um tanto quanto deslocada na cena: as enchentes narradas por Cecílio, isto é, aquela ocorrida em 1941 e outra em 1979. São elas que lembram ao leitor a força do rio que deixa de ser paisagem e se torna natureza. A ilha, já feita território, pode ter sido domada e transformada em fazenda, mas permanece imersa na natureza.

3.2 O IMAGINÁRIO E OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO TERRITORIAL

Os elementos levantados a partir do Dramatismo Burkeano nos coloca diante de um processo de formação territorial que abarca, num continuum, tanto a dimensão imaterial quanto a material (Haesbaert, 2004, 2005, 2007). A partir do relato de Santos (2000), os propósitos de Joaquim, que emergem de sua subjetividade juvenil, condensam uma narrativa inaugural capaz de plasmar no espaço-tempo em fluxo vivenciado na ilha um denso processo de transformação que envolve imaginação e criação, ancorado em práticas culturais cotidianas. Esses elementos que significam o processo de territorialização implicam numa antropologia do território e no papel do imaginário territorial constituído ao longo da ocupação e territorialização da ilha. Para Ríos (2012), uma antropologia do território permite recriar o espaço e a sua conexão com o tempo, recorrendo à memória territorial e ao imaginário para investigar os sentidos e significados que o território assume na sua formação, e como essa apreensão do território pode orientar a sua preservação ou transformação, como expresso no movimento recente de inventariar a orla da Ilha dos Araújos como um conjunto paisagístico.

Nesse âmbito, o território da Ilha passa a ser tratado na narrativa de Santos como um signo do empreendedorismo local que requer uma articulação entre cultura, paisagem, encantamento e intuição que indica um horizonte promissor, embora não materializado, no momento exato em que Joaquim o vislumbra. O imaginário criado por essa narrativa não se encerra nela mesma, mas é disseminado, visto que a *Revista da Ilha* foi impressa e distribuída para os moradores do bairro e da cidade. Em virtude dessa disseminação, a própria narrativa tornou-se memória, postulada pelo próprio neto de Joaquim, fazendo

emergir um passado que, embora pouco preciso, possui os elementos de significação que ainda povoam e reforçam o imaginário local. Essa narrativa mantém a ilha ao mesmo tempo como natureza selvagem, rodeada pelo rio Doce e por suas correntezas e lugar de fincar raízes, viver tranquilamente e praticar esportes em meio a paisagem contornada pelo Pico da Ibituruna (PMGV, 2015).

Nesse movimento intrínseco de articulação espaço-temporal, a memória coletiva ganha papel de destaque, permitindo uma melhor compreensão de como o território é percebido, imaginado e vivido, mesmo porque, “tempo e lugar são componentes básicos do mundo vivido” (Tuan, 2013, p. 11). Aliás,

o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, [...]. A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado. (Abreu, 2018, p. 21).

Essas palavras de Abreu (2018) nos coloca a essência de um lugar, enquanto empilhamento de vivências e memórias, como no caso da Ilha do Araújos. São nesses lugares onde vivências cotidianas foram compartilhadas, que se projeta a “lugaridade”, enquanto qualidade expressa dos mesmos. A partir dela se dá “[...] essa relação dialógica dos seres em movimento com lugares e caminhos que, como pausa, como convivência íntima, arrumam e delimitam os espaços” (Holzer, 2013, p. 24). É essa lugaridade que emerge quando Joaquim, encantado com o cenário pintado pela natureza, vislumbra a ilha como lugar de fincar raízes. É nesta pausa de delimitação, a partir de Holzer (2013), que emerge o território impregnado pela memória de Joaquim e, posteriormente, de seu neto Cecílio. Foi num olhar juvenil que a ilha se tornou território. Mas, é preciso dizer, essa delimitação deve ser entendida a partir da perspectiva heideggeriana de limite, compreendida como o início da essência territorial. A partir dessa perspectiva,

[...] se determinado grupo de pessoas compartilha mundos comuns, tornados lugares, esses são demarcados para outros grupos, que compartilham outros mundos, como territórios. Os territórios se apresentam como a afirmação da identidade, do comum-pertencer de determinado grupo [...]. (Holzer, 2013, p. 25).

Isso nos leva a considerar que a Ilha dos Araújos como um território, que emerge de uma delimitação que a redimensiona considerando-se os três cenários

identificados, dos quais, interpretamos o primeiro a partir do Dramatismo Burkeano. Ali, foram sendo compartilhadas vivências cotidianas por todos os envolvidos na *Dramatis Personae* que trouxe vida e movimento à narrativa. Foram esses personagens que constituíram sua expressão de lugaridade, num intenso movimento entre lugares e caminhos capitaneados por Joaquim, seu grande protagonista que, uma vez em pausa, estabeleceu o início do “território ilha”, permeado por um imaginário, palmilhado por uma visão de futuro que não estava materializada naquele espaço-tempo, mas presente misticamente nas ações significadas de Joaquim.

Por isso, a perspectiva antropológica do território assume relevância uma vez que o imaginário territorial, que emerge da paisagem natural e da memória coletiva, encontra-se articulado ao processo posterior de urbanização da ilha (e, possivelmente de tantas outras ilhas fluviais), tornando imprescindível acessar a sua formação histórica, bem como os reflexos do âmbito jurídico nesse processo.

O imaginário, muitas vezes atrelado ao fictício, é um conceito que pode ser acessado a partir da psicanálise, da religião, da hermenêutica, da antropologia, dentre outras áreas. Foi, por isso, tema de pesquisa de inúmeros pesquisadores, dentre eles: Ricouer, Bachelard, Freud, Durand e outros, ao longo do século XX. Este último, fundador do Centro de Pesquisa do Imaginário de Grenoble, foi quem sistematizou uma ciência sobre o imaginário, a partir da perspectiva de Bachelard. Ao definir imaginário, Durand o considera enquanto o “[...] conjunto das imagens e das relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens [...]”. (Durand, 2002, p. 18). Seria esse capital uma atividade capaz de transformar o mundo, enquanto imaginação criadora, como uma espécie de “bacia semântica, local onde as imagens podem se multiplicar.” (Anaz *et al.*, 2014). Esse repositório semântico, permeado pelo simbólico, vai além de uma coletânea de imagens, dadas tanto pela cultura como pela percepção psicológica, ao considerar a subjetividade sem deixar de lado aspectos coletivos e superando a fragmentação (Abella; Raffaelli, 2012).

Por isso, o espírito empreendedor que conduz a narrativa de Santos (2000) torna-se uma espécie de amálgama do imaginário que permeia a narrativa territorial da Ilha dos Araújos. A partir dessa perspectiva, o território deve ser “entendido como el espacio cargado de actividades humanas, de historia e imaginarios, significa un punto de encuentro para distintos intereses” (Ríos, 2006, p. 106). Visto pelo ângulo

antropológico, o território pode ser considerado como uma delimitação de áreas culturais em contínuo processo, ou seja, esse movimento o transforma

[...] em espaço construído pelo tempo e no tempo, de maneira que qualquer segmento de um território (uma Província, uma comunidade ou uma localidade) é resultado/processo do tempo da natureza e do tempo dos seres humanos e dos povos que tenham habitado e habitam nele. (Ríos, 2006, p. 108. Tradução livre).

Complementando a noção de imaginário que permeia a narrativa territorial da ilha, recorreremos a noção de território em sua dimensão “cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção da imagem e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado [...]” (Souza, 2018, p. 115). Nessa direção, o território deve ser abordado como um “[...] espaço relacional que se constrói no tempo como produto de um processo de sedimentação cultural; um processo que tem o seu motor próprio na relação identitária que se instaura entre uma comunidade e o espaço da qual esta se apropria [...]”. (Pollice, 2010, p. 8).

A captura do imaginário territorial, de acordo com Ríos (2012, p. 14), permite “de modo mais ou menos concreto, apreender/conhecer/capturar tanto as formas que se organizam de modos distintos de viver e habitar no território, como os imaginários territoriais. Ambos os focos de pesquisa acabam por plasmar analiticamente o **fazer/dizer social.**” Esse fazer/dizer social, expresso na narrativa de Santos (2000) nos permite reconstituir ao menos uma (dentre outras possíveis) forma cultural territorializável que permeou seu imaginário territorial em profunda imbricação com sua formação histórica da Ilha dos Araújos, em primeiro cenário de transformação da ilha natureza exuberante em fazenda.

4. O SEGUNDO CENÁRIO: O LOTEAMENTO DA ILHA DOS ARAÚJOS

Neste quarto capítulo, temos um outro cenário a partir da narrativa de Parajara dos Santos (2000), no qual inicia-se o novo processo de transformação da Ilha dos Araújos. A ilha-fazenda passa a ganhar novos contornos, mas agora com aspectos de uma cidade fabricada, planejada, tendo em vista a implementação do seu loteamento.

Este segundo cenário é composto por cinco cenas. Na primeira delas, temos os novos proprietários da Ilha após a morte de Joaquim Alves de Araújo. Na segunda cena, temos o início do empreendimento do loteamento da ilha com a efetiva venda dos primeiros lotes. A terceira cena abarca a construção da ponte ligando a ilha à cidade. Já a quarta cena relata os problemas enfrentados pelos primeiros moradores da ilha-loteada. A quinta cena, finalizando este segundo cenário, narra as modificações realizadas no projeto original de loteamento, com o fim de ofertar mais lotes à venda.

Por fim, a partir das cenas referidas, trazemos neste quarto capítulo considerações envolvendo os estudos territoriais, especificamente no que se refere ao imaginário, ao território normado e aos processos de significação territorial.

4.1 DA NATUREZA DOMESTICADA À CIDADE FABRICADA: QUANDO A ILHA-FAZENDA SE TORNA UM LOTEAMENTO

À medida em que a narrativa de Parajara dos Santos avança (2000), desvela-se um novo cenário no horizonte, no qual os seus personagens anseiam pela transformação da ilha-fazenda em uma ilha integrada à cidade de Governador Valdares. Nas cinco cenas que serão analisadas a seguir temos o início dessa transformação territorial que envolve o processo de regularização imobiliária e loteamento da Ilha dos Araújos.

CENA 1 – A Ilha passa a ter novos proprietários

Ratio Pentádica: Propósito (transformar a ilha em cidade)/Agente (Justino Carlos da Conceição Júnior)/Cena (transações imobiliárias e articulações políticas)

Após a morte de Joaquim Alves Araújo, as três propriedades da ilha,

terrenos ainda rurais, já não contavam com seu líder. A viúva, Maria, em 1938, teve sua gleba levada a leilão, arrematada por José Serra Lima de Oliveira². Serra Lima em 1950 vendeu sua parte a Justino Carlos da Conceição Júnior, que tinha a fantasia de transformar a ilha em cidade. Justino pagou Cr\$ 50 mil à vista e ficou devendo R\$ 100 mil. Avalistas: Odilon de Magalhães Barbalho e Gil Pacheco de Magalhães. Ainda em [19]50, Teodoro vendeu sua parte a José Fernandes de Mattos (do SAAE), com seis meses de prazo. Algum tempo depois, José Fernandes ofereceu metade do seu terreno a Odilon. Este aceitou a proposta, pagou a José Fernandes pelo terreno e pagou também a dívida de José Fernandes junto a Teodorico. José Fernandes pagaria a Odilon quando vendesse sua casa na Rua Ribeiro Junqueira. Não tendo vendido a casa, José Fernandes passou o restante do seu terreno a Odilon, recebendo deste Cr\$ 30 mil de lucro. No ano seguinte, por solicitação de Justino, Odilon intermediou a venda da gleba de José Pereira para a Construtora Carmo.

Estavam quase que criadas condições para que a fantasia de Justino se tornasse realidade. Só faltava construir uma ponte. A Construtora Carmo (com Justino) convidou Odilon para o negócio. Este não quis. Mas houve acordo: Odilon deu metade de sua gleba – 311 lotes – como pagamento da construção da ponte e da urbanização do restante de sua área.

A política partidária, porém, retardaria o negócio. A Prefeitura estava nas mãos de Raimundo Albergaria, e o governador era Juscelino Kubitschek (JK) [1951-1955]. Ambos pertenciam ao PSD. Justino, Paulo Gontijo e Odilon eram da UDN. A legitimação da ilha, condição “sine qua non” para o projeto, esta “amarrada”. PSD e UDN eram inimigos de morte.

Outra questão teria influência decisiva nos acontecimentos. Justino era diretor da Cia. Força e Luz Figueira do Rio Doce. JK estava interessado em construir a Usina de Tronqueiras, para cumprir seu compromisso de dotar a próspera Governador Valadares de energia elétrica. O Governo queria encampar a companhia de eletricidade local. Júlio Soares, cunhado de Juscelino, procurou Justino. Conversaram. Entenderam-se. Os direitos dos sócios seriam respeitados e não haveria política no negócio. Justino aproveitou e incluiu a legitimação da ilha no “pacote”.

- Sinal verde para a ilha, doutor Justino – anunciou Júlio Sores.” (Santos, 2000, p. 8).

Nesse ponto da narrativa, Parajara dos Santos, deixa bem delineado o marco para o início do processo de urbanização: quando a ilha perde o seu líder (Santos, 2000). Assim como um barco à deriva ou um exército sem comandante, a ilha-fazenda, necessitava de um novo rumo e guia para seguir adiante. E aqui aparece a

² José Serra Lima de Oliveira, nasceu em 1874 em Figueira (antiga denominação da cidade de Governador Valadares antes de sua emancipação), era filho do cabo Antônio Máximo de Oliveira; foi carpinteiro e autouo como fiscal no serviço de topografia relativo à planta geral da Figueira, com o objetivo de garantir um traçado planejado e moderno ao então distrito de Peçanha, sendo conhecido popularmente como o responsável pelo traçado urbano da cidade de Governador Valadares (ESPINDOLA, 1998).

figura de Justino Carlos da Conceição Júnior, que pretendia seguir rumo ao progresso, à urbanização, aos tempos modernos. O propósito é transformar em realidade a fantasia da ilha-cidade (Santos, 2000).

A ilha que inicialmente mostrou-se divina e depois encantadora para Joaquim transformara-se em fantasia para Justino. A palavra fantasia utilizada por Santos remete a uma ideia de fantasma ou fantasmagórico, ou seja, algo imaterial que se expressa com um espírito próprio. Não se trata de algo racional, mas de uma projeção que o permitia vislumbrar sobre a ilha-fazenda uma espécie de tela na qual fervilhava uma cidade. A ilha-cidade de Justino nasce, assim como a ilha-fazenda, sem um tempo espaço material/cronológico e, novamente, o onírico se confunde com o real. Justino, tal qual Joaquim, tem uma visão que, no caso, também se manifesta de modo místico. A fantasia expressa uma experiência em que a realidade concreta passa a ser revestida por sentimentos.

O enlace de Justino e seu vislumbramento de uma ilha-cidade começa a tornar-se minimamente palpável mediante a possibilidade da compra da propriedade adquirida por Serra Lima, em 1950. Demarcada no tempo e delimitada no espaço, inclusive, dimensionada em termos monetários, a ilha passa a existir enquanto objeto venal. Para concretizar um propósito grandioso Santos (2000) nos informa das inúmeras transações de compra e venda do terreno e das articulações de cunho político, ou melhor, da falta delas. Era como se ouvíssemos o metrônomo marcando cada compasso de uma música, e se o tempo da música fosse perdido, Justino não teria o sinal verde para prosseguir na sua fantasia, dado ao descompasso político em relação à prefeitura local e ao governo do estado, ancorados em partidos opostos ao seu.

Nesta cena também aparece a figura da ponte. A ponte para prender a ilha às terras do continente, para criar uma conexão, uma extensão da cidade àquele pequeno mundo cercado pelas correntezas do rio Doce. Com efeito, a ponte é muito emblemática no processo de formação do território da Ilha dos Araújos, como será melhor descrito na análise de outras cenas no decorrer deste trabalho. Ela é a condição necessária entre a cidade existente e a ilha-cidade fantasmagórica, ainda em projeção. Nessa cena, a ponte também se torna uma projeção, mas que ao longo do processo vai ganhando corpo físico. Por enquanto, nem a ilha-cidade e nem a ponte possuem a objetividade necessárias.

Mais uma vez, Parajara dos Santos (2000) consegue construir uma narrativa poética para descrever uma cena típica do mercado imobiliário e de arranjos políticos, com as várias troca de favores. Seria esse processo fundamental para dar início à urbanização e ao empreendimento de loteamento que possibilitaria a transformação da ilha-fazenda em ilha-cidade. A fonte não disponibiliza informações precisas quanto aos aspectos legais de tais transações e trocas, mas cabe considerarmos a necessidade de uma aproximação política compatível para que Justino conseguisse regularizar toda a situação.

E, de fato, pela análise de toda legislação brasileira, aplicável às ilhas fluviais, e que será detalhada mais adiante, verificamos que a regularização da propriedade era imprescindível para início do processo de loteamento e urbanização da ilha dos Araújo, tendo em vista que, do ponto de vista legal, os “donos” das terras da ilha eram tidos como simples possuidores e não titulares legítimos da sua propriedade.

Para compreender melhor esse contexto da regularização da propriedade da ilha dos Araújo, narrada por Parajara dos Santos, precisamos esclarecer sobre alguns conceitos do âmbito jurídico e, também, regressar um pouco mais no tempo para analisar a evolução legislativa aplicável em tal contexto histórico.

Com relação aos conceitos, precisamos destacar, num primeiro momento, que posse e propriedade são institutos jurídicos distintos. A propriedade é prevista como um direito fundamental do homem, que confere ao seu titular os poderes de usar, fruir e dispor de uma determinada coisa, bem como de reavê-la de quem injustamente a possui (KÜMPEL & FERRARI, 2020). A posse, por sua vez, está ligada a uma situação fática, ou seja, o possuidor se comporta como se dono fosse em relação ao bem, aparentando ser o seu proprietário, bastando que, para tanto, exerça um dos poderes inerentes da propriedade e não todos conjuntamente (KÜMPEL & FERRARI, 2020).

Era justamente o comportamento de Joaquim Alves Araújo, conforme narra Parajara dos Santos (2000), já que aquele era visto como o líder da ilha-fazenda (Santos, 2000). Essa distinção é importante porque a proteção jurídica decorrente da posse e da propriedade são distintas. Para implementar um loteamento, por exemplo, e obter a aprovação do Poder Público, só a condição de possuidor, ou seja, a aparência de dono, não basta, mesmo porque, os lotes possuem maior valor de mercado quando estão devidamente legalizados, com a propriedade documentada no

registro público e, é bem possível que tanto Justino quanto a Construtora Carmo, provavelmente levaram isso em consideração.

Parajara dos Santos (2000) deixa claro na narrativa da cena ora analisada que, sem a legitimação da ilha, o projeto de loteamento não se tornaria uma realidade. Os possuidores da Ilha dos Araújos à época que antecedeu o seu loteamento já eram conhecidos: Justino Carlos da Conceição Júnior, Odilon de Magalhães Barbalho e a Construtora Carmo (Santos, 2000). Mas quem era, afinal, o verdadeiro proprietário da Ilha dos Araújos, isto é, aquele que perante a lei era considerado o seu legítimo dono? Parajara do Santos (2000) narra a necessidade de arranjos políticos com o governo estadual da época, sinalizando que o proprietário seria o Estado de Minas Gerais.

De acordo com Kümpel & Ferrari (2020), o surgimento do sistema de domínio das terras brasileiras coincide com a chegada dos portugueses, na medida em que a Coroa portuguesa se tornou a possuidora de toda a extensão das terras, as quais foram, aos poucos, passando ao domínio privado por meio das cartas de sesmarias.

O referido sistema de sesmarias, por sua vez, perdurou até 1822, com a proclamação da independência do Brasil, e, a partir daí, até a Lei de Terras de 1850, não verificamos um sistema de domínio que conferisse o título de propriedade, pelo que a ocupação do solo ocorria pela simples posse sem qualquer registro das terras (KÜMPEL & FERRARI, 2020).

Com a Lei de Terras, em 1850 (Lei nº 601, de 18/09/1850), foi determinado aos possuidores das terras que procedessem ao respectivo registro nos livros paroquiais, conhecido como o “registro do vigário”, exercendo a igreja católica, portanto, importante função registral, principalmente porque estava presente em grande parte do território brasileiro (KÜMPEL & FERRARI, 2020). Tratava-se de uma forma de buscar a legitimação da posse, tendo em vista que a situação fática das ocupações desordenadas do território brasileiro, até por conta do contexto histórico de colonização, necessitava de mecanismos jurídicos que garantissem a sua legalização (KÜMPEL & FERRARI, 2020).

No caso da Ilha dos Araújos, para melhor compreender a situação jurídica das suas terras no contexto histórico narrado por Parajara dos Santos (2000), foi realizada uma pesquisa em dois Cartórios de Registro de Imóveis da Cidade de Governador Valadares, tendo sido localizados três registros constantes do Livro de Transcrições nº 3 – G, sob os números de ordem 8.005, 8.041 e 8.138 (Anexos I, II e III), todos

envolvendo a transmissão da propriedade do Estado de Minas Gerais para os particulares José Pereira dos Santos, Odilon de Magalhães Barbalho e Justino Carlos da Conceição Júnior, ocorrida no ano de 1953. Segundo as certidões emitidas em 4 de junho de 2020 pelo Primeiro Ofício do Registro de Imóveis de Governador Valadares, todas as transações referidas, ocorreram com base em títulos de compra e venda de terras devolutas, que estavam submetidos às condições determinadas pelos artigos 79 e 90 da Lei nº 550, de 20 de dezembro de 1949, e aos parágrafos 1º e 4º do artigo 29 da Lei nº 27, de 25 de junho de 1892, sendo que o nome da Construtora Carmo somente aparece nos registros algum tempo depois (GOVERNADOR VALADARES, 2020).

Ressaltamos que tanto as fontes documentais legais quanto as fontes documentais cartoriais complementam e fornecem maior profundidade e solidez à fonte-narrativa de Santos. A documentação legal remete a uma situação contextual brasileira que implica na dificuldade de regularizar as terras no Brasil e o esforço governamental de legislar a respeito do fato. Os registros cartoriais mencionados acima constituem as ações legais promovidas pelos interessados em regularizar a propriedade de terrenos localizados na ilha. Esse fato demonstra que, até esse momento, os demais envolvidos na ocupação da Ilha dos Araújos eram simples posseiros.

À época da legalização da propriedade, ocorrida em 1953 (GOVERNADOR VALADARES, 2020), encontrava-se em vigor a Constituição Federal de 1946, que, por sua vez, disciplinava em seu artigo 34, que somente eram considerados bens da União as ilhas fluviais localizadas nas zonas limítrofes com outros países e as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, às fortificações, construções militares e estradas de ferro, com relação às demais ilhas fluviais, o referido diploma legal era omissivo.

Sendo assim, diante de tal omissão, incidia, nesse ponto, as normas da Lei de Terras de 1850, que, segundo o seu artigo 3º, considerava terra devoluta aquelas terras cuja posse não fosse legitimada, como é o caso da Ilha dos Araújos, cuja propriedade particular das terras somente foi regularizada em 1953 (GOVERNADOR VALADARES, 2020).

Considerando que a Ilha dos Araújos não se enquadrava nos requisitos mencionados do art. 34 da Constituição de 1946 para ser tida como bem da União, a sua propriedade era considerada do Estado, por força da interpretação do artigo 119

da Constituição Mineira de 1947 (MINAS GERAIS, 1947), o qual também determinava ao Estado que estabelecesse o aproveitamento das terras públicas, seja através da sua cessão ou alienação, o que podemos verificar no caso da Ilha dos Araújos (GOVERNADOR VALADARES, 2020).

Esse elemento da regularização torna-se um ponto importante porque seria por meio dela que a ilha se transfiguraria num loteamento e, posteriormente, num bairro. Isto é, a fantasia de transformar a ilha em cidade (Santos 2000), de fato, necessitava de toda uma orquestração política que pudesse despertar a vontade do Governador do Estado de Minas Gerais em permitir que a Ilha dos Araújos pudesse então passar para as mãos de particulares de modo definitivo e devidamente legalizado.

Cumpramos, ainda, que pela lógica em que comumente opera o mercado imobiliário, buscando o lucro, podemos supor, que não seria “interessante” simplesmente implementar o loteamento, sem a prévia regularização das terras da ilha, e proceder à venda dos lotes com base em documentos sem garantia legal de propriedade, para que depois, os compradores buscassem resguardar seus direitos de possuidores, pois isso implicaria na desvalorização do empreendimento. Mesmo porque, numa hipótese como esta, e no contexto histórico em que se iniciou o loteamento da ilha (década de 1950), os compradores dificilmente encontrariam mecanismos jurídicos que resguardassem, isoladamente, seus direitos. Uma alternativa poderia ser a usucapião, que se configura como uma forma de aquisição originária da propriedade através da posse exercida por um determinado período de tempo, sem qualquer oposição pelo verdadeiro proprietário (FARIAS & ROSENVALD, 2017, p. 393). Bastaria, para tanto, a comprovação dos requisitos legais para que o sujeito que exerça a posse sobre determinado bem, sem ter em mãos um título de proprietário, tenha assegurado o direito subjetivo ao reconhecimento do direito à propriedade, não podendo o Estado, por razões de conveniência e oportunidade, negar o acesso a tal direito. Isto é, possuindo o bem pelo período previsto na lei, sem oposição de outras pessoas e se comportando como se dono fosse, o direito à propriedade da terra não pode ser negado ao seu possuidor.

No entanto, na década de 1950, sob a égide da Constituição de 1946, encontrava-se prevista em seu artigo 156 a usucapião para a fixação do homem no campo, que tornasse a terra produtiva por seu trabalho ou de sua família, o que era inviável no caso em estudo, tendo em vista que a Ilha dos Araújos abarcava um projeto de loteamento para fins urbanos (Santos, 2000). Posteriormente, o Supremo Tribunal

Federal, em sessão plenária em 13 de dezembro de 1963, editou a súmula nº 340, segundo a qual fixou o entendimento, prevalente até os dias atuais, no sentido de que os bens públicos, desde a vigência do Código Civil de 1916, não podem ser adquiridos por usucapião.

Sendo assim, a transformação da ilha em cidade (Santos, 2000), através de um empreendimento legalmente e comercialmente viável, necessitava, de fato, de um grande esforço e empenho político para sair do papel (Figura 6).

Figura 6: Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e Paulo Gontijo. Nesta figura, temos o encontro no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, entre Paulo Gontijo e o Governador do Estado de Minas Gerais, para tratar da regularização da propriedade da Ilha dos Araújos, que à época era de propriedade do Estado.



Fonte: SANTOS, 2000, p. 9.

CENA 2 – Sucesso: 100 lotes são vendidos em poucas horas

Ratio Pentádica: Propósito (verificar a viabilidade do loteamento)/Agente (Paulo Gontijo e Construtora Carmo)/Cena (planejamento do loteamento e venda de lotes)

A associação de Justino a Paulo Gontijo aconteceu porque o primeiro não possuía recursos financeiros para tocar o empreendimento. Paulo Gontijo era, na época – final da década de 40 e início dos anos 50 -, um dos mais importantes construtores da jovem e progressista Belo Horizonte. Líder da Construtora Mendes-Gontijo, Paulo Gontijo foi fundador do hoje tradicional e glorioso Minas Tênis Clube e presidente por quatro mandatos da prestigiosa Associação Comercial de Minas. Pertencia ao grupo político do próspero banqueiro José de Magalhães Pinto, que 10 anos mais tarde se elegeria governador de Minas Gerais. Em duas palavras: Paulo Gontijo era homem da maior influência nos meios econômicos e políticos mineiros.

Foi instituída a Construtora Carmo S.A., cuja diretoria ficou assim formada: presidente – Paulo Gontijo; diretor – Justino Carlos da Conceição Júnior. Participava da empresa também Eleutério Mendes Campos, sócio de Paulo Gontijo em outros empreendimentos. A equipe técnica da Construtora Mendes-Campos encarregou-se do projeto da ponte e da planta do loteamento.

A primeira etapa do futuro bairro valadarense resultou vitoriosa. A Construtora Carmo lançou 100 lotes para verificar a viabilidade do projeto denominado Cidade-Jardim Senhora do Carmo, que o povo simplificou para Ilha dos Araújos. Esgotaram-se em poucas horas. Estava aberto o caminho para a construção da ponte e para a urbanização do terreno. (Santos, 2000, p. 9).

Na Cena 2 Parajara dos Santos (2000) inicia sua narrativa dando ênfase à grandiosidade do novo personagem: Paulo Gontijo. Aqui é ressaltada mais uma vez a importância dos elementos cruciais no planejamento e concretização do loteamento: poder econômico e poder político. Aliás, por trás dessa narrativa de homens grandiosos, visionários e sonhadores, já não percebemos uma ilha exuberante e o rio límpido, na verdade, temos a indicação mais explícita do interesse que, de fato, moveu a implementação do idealizado e futuro bairro valadarense: o mercado imobiliário. A ilha sai de sua condição divina, encantadora e revestida por fantasia. Torna-se algo concreto, objeto venal, espaço esquadrinhado e destinado à ocupação, mas que ainda figurava no limite da possibilidade. A venda imediata dos lotes indicou a virada definitiva. A ilha, finalmente, fora domada e deixaria sua existência meramente etérea e onírica para tornar-se uma realidade urbana.

Com efeito, a aquisição do direito de propriedade da Ilha dos Araújos, descrito na cena anterior, e que ocorreu em 1953, como pudemos verificar perante o Cartório

do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis de Governador Valadares (Anexos I, II e III), mais do que uma vitória para a idealização de um sonho, trouxe a possibilidade de os novos proprietários iniciarem o parcelamento do solo, até então considerado sob o manto da lei como uma unidade. A modificação do território, com a sua divisão em inúmeras unidades de propriedade (lotes), cuja narrativa inicia-se na cena 2, exigia um planejamento adequado, respeitadas as exigências e limitações porventura previstas em lei (KÜMPEL & FERRARI, 2020). É preciso esclarecer que as certidões obtidas perante o Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis de Governador Valadares (Anexos I, II e III), se tratam de documentos que apenas comprovam a transmissão da propriedade da Ilha dos Araújos, cumprindo à legislação regulamentar o uso e a ocupação do solo, como iremos discorrer mais à frente.

Principalmente após as transformações sócioeconômicas decorrentes da Revolução Industrial e da Primeira Guerra Mundial, teve início um grande movimento de êxodo rural em todas as partes do mundo, com a crescente necessidade por habitação (KÜMPEL & FERRARI, 2020). Esse movimento fez surgir o loteamento de grandes áreas, movidos pela especulação imobiliária, maior obtenção de lucro e, em contrapartida, a ocupação do solo passou a ocorrer de forma desordenada, com graves problemas de infraestrutura (KÜMPEL & FERRARI, 2020).

A partir daí, com a constante crise de habitação, houve a necessidade de passar a priorizar o interesse social como um instrumento de planejamento e desenvolvimento urbano, com a criação de mecanismos legais que garantissem, além do direito do proprietário de promover o loteamento do seu imóvel e vendê-lo, que garantissem o direito social de condições de habitabilidade (KÜMPEL & FERRARI, 2020).

Nesse sentido, em 10 de dezembro de 1937 passou a vigorar no Brasil o Decreto-Lei nº 58, sendo a primeira legislação brasileira a disciplinar o loteamento urbano, como forma de coibir abusos nas transações imobiliárias por parte dos loteadores e garantir maior segurança jurídica ao empreendimento e, por consequência, aos contratos de compra e venda (KÜMPEL & FERRARI, 2020). Infelizmente, antes da vigência de tal Decreto-Lei, era recorrente nas operações de loteamento, a venda indiscriminada de lotes, alguns que sequer existiam, outros que era vendidos para mais de um comprador ao mesmo tempo, e, em algumas situações, a rescisão dos contratos de compra e venda por parte dos loteadores, que se arrependiam do negócio inicial, em razão da valorização do empreendimento, e

pretendiam formalizar novos contratos com maior margem de lucro (KÜMPEL & FERRARI, 2020).

Nessa medida, o Decreto-Lei nº 58/1937, trouxe significativa mudança, pois trouxe mecanismos envolvendo o registro prévio e aprovação dos projetos de loteamento, tornou irretratável a venda realizada para o promitente vendedor e buscou evitar as múltiplas alienações simultâneas de um mesmo lote (KÜMPEL & FERRARI, 2020). Posteriormente, em 15 de setembro de 1938, foi promulgado o Decreto nº 3.079, que regulamentava o Decreto-Lei nº 58/1937.

Não obstante a narrativa de Parajara dos Santos não tenha indicado quando, precisamente, teve início o loteamento, em razão das pesquisas realizadas perante o Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis de Governador Valadares, pudemos constatar que, em 24 de outubro de 1966 foi dado início ao procedimento de registro do loteamento denominado Cidade Jardim Senhora do Carmo, situado na Ilha dos Araújo, em requerimento formulado pela Construtora Carmo S.A., representada por seu Diretor Presidente Ronaldo Perim e Diretor Comercial Antenor Geraldo Perim. Sendo, assim, o procedimento de regularização registral do loteamento teve início sob a égide do Decreto-Lei nº 58/1937 e Decreto 3.079/1938.

Antes, porém, de esclarecermos acerca dos dois diplomas legais referidos, observamos que, na fase registral do loteamento da ilha, o nome de Justino Carlos da Conceição Junior já não é mencionado por Parajara dos Santos (2000) como integrante da diretoria da Construtora Carmo S.A. Por outro lado, em nenhuma passagem da Revista da Ilha é descrita a trajetória de Justino dentro da Construtora ou o motivo que o teria levado a não mais ocupar o cargo de diretor. Na verdade, há apenas um relato no sentido de que destacar seus projetos no âmbito da vida pública, sua disponibilidade em ajudar o próximo e seu desapego pelos bens materiais, pois, segundo Santos (2000), apesar de Justino ter nas mãos um empreendimento de grande porte, como o loteamento do Ilha, ele não acumulou bens materiais em vida (SANTOS, 2000, p. 36). A Revista da Ilha (SANTOS, 2000) também não traz nenhuma informação detalhada ou até mesmo uma imagem, dessa primeira etapa do empreendimento de loteamento constituída pela venda dos cem primeiros lotes.

Retomando a análise do âmbito jurídico, de acordo com o artigo 1º do Decreto 3.079/1938, antes mesmo de anunciarem a venda, os proprietários de terras urbanas, com a pretensão de realizarem oferta pública dos terrenos divididos em lotes, estavam obrigados a dar início ao procedimento de registro do loteamento perante o Cartório

de Registro de Imóveis, mediante o protocolo de um memorial descritivo do imóvel, acompanhado do plano de loteamento, entre outros documentos.

Por outro lado, pela análise da narrativa de Parajara dos Santos (2000), somente após a venda dos cem primeiros lotes, foi dado início à construção da ponte ligando a ilha ao centro da cidade. Com efeito, a ponte teve a construção iniciada em 1954 (Santos, 2000), o que nos leva a concluir, que a venda dos primeiros lotes ocorreu na vigência do Decreto-Lei nº 58/1937. Com o empreendimento já em curso, a inovação legislativa de 1937 não deixou alternativa aos loteadores, a não ser proceder à regularização do loteamento, com o respectivo registro imobiliário, garantindo, assim, a continuidade do projeto inicial, sem que ocorresse a desvalorização imobiliária.

CENA 3 – A ponte é construída para ligar o loteamento à cidade

Ratio Pentádica: Propósito (construir a ponte que ligaria a ilha ao continente)/Agente (Paulo Gontijo e João Pelluci)/Cena (planejamento e construção da ponte)

Paulo Gontijo mandou para Governador Valadares um dos seus melhores mestres-de-obras – João Pellucci (36 anos). Ele chegou de trem com a família, instalando-se na ilha, nunca casa de fazenda, onde hoje se acha a Atual Veículos. Salário combinado: Cr\$ 8 mil, muito bom para época. Pelluci mais tarde reclamou que baixaram seu salário. Mesmo assim resolveu ficar. Fazer o quê? Já havia mudado! Já trouxera a família!

Pellucci mergulhou no projeto com a cara e com a coragem. Nenhum engenheiro assistia a obra. Na época, o DER-MG construía uma ponte de 90 metros sobre o Rio Suaçuí Grande. Os engenheiros do DER-MG se admiraram ao constatarem que um simples mestre-de-obras comandava a construção de uma ponte de 223 metros!

Há constrovéncias quanto ao tempo de construção da ponte. Uns falam em 13 meses, outros em 18. Mas Justino, dono da palavra oficial, dizia que a obra começou em abril de 1954 e terminou em maio de 1956. Cerca de 50 homens foram contratados para a obra. Não houve um só acidente.

Além de Pellucci, destacaram-se entre os trabalhadores da ponte José Júlio Caldeira e seus filhos Divino, Miguel, João, Agostinho, Vandelino, José e Geraldo. (Santos, 2000, p. 13).

Na Cena 3 Parajara dos Santos (2000) dá um destaque especial à ponte da ilha. Aqui temos a ponte protagonista (Figura 7). Aliás, a ponte, muito mais do que uma estrutura de concreto, aço, vigas, pilares, enfim, que um objeto, carrega as

marcas e ações do tempo, significa o elo que permite a continuidade, as trocas, traça novos caminhos, novas histórias, novos territórios.

Figura 7: A primeira ponte da Ilha dos Araújos. Nesta figura temos a primeira ponte que ligou a Ilha à cidade, e que era destinada apenas para pedestres.



Fonte: SANTOS, 2000, p. 13.

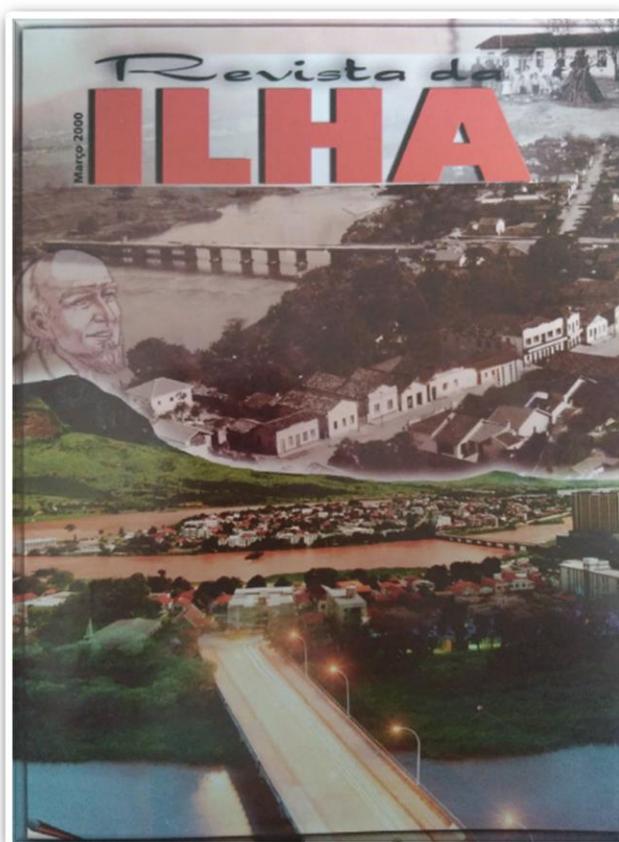
Com a narrativa de Parajara dos Santos (2000), a ponte da ilha nos conta uma história que precisou da cara e coragem de um homem, João Pelluci, habilidoso mestre-de-obras, sem formação na área da engenharia, mas que soube conduzir com maestria uma construção ousada de 223 metros, sob um rio denso e de águas profundas.

Assim como nas demais cenas analisadas, Parajara dos Santos (2000), dá um tom romanceado à construção da ponte da Ilha. Mais uma vez, destaca a figura de homens ousados, corajosos, verdadeiros heróis, desbravadores de novos territórios. Talvez, por ter a consciência do que a ponte representava e representa na vida de todos aqueles que dela dependem, para além dos interesses do mercado imobiliário, inerente ao projeto de loteamento, mas do seguimento e condução da vida cotidiana. Muito além de permitir o transitar da ilha para o continente, ou vice-versa, a ponte tornaria possível o sonho de transformar a ilha em cidade! A ponte passa a ser, portanto, símbolo de muitas coisas ao mesmo tempo: de chegadas e partidas, de ruptura com o tempo antigo da ilha-selvagem, da modernidade, da mudança e,

também, da permanência. Uma só ponte, com história própria, essencial na vida daqueles que de alguma forma acessam a ilha.

A construção da ponte mudou a paisagem, e com essa mudança se tornou um símbolo importante para a cidade de Governador Valadares, tanto que é destaque na capa da Revista da Ilha, que a retrata em três momentos históricos distintos, resistindo ao tempo e testemunhando a vida da cidade e das pessoas que nela habitam e transitam. Curioso, é que na capa da revista que vem contar a história da Ilha dos Araújos, seu narrador não consegue retratá-la em imagens, sem dissociá-la da ponte, e, de uma certa maneira, a ponte rouba à cena (Figura 8).

Figura 8: Capa da Revista da Ilha. A capa retrata a ponte em dois momentos temporais distintos. Na parte superior, o tempo antigo com a Ilha dos Araújos ainda pouco habitada; e na parte inferior, o tempo moderno, com a Ilha repleta de construções.



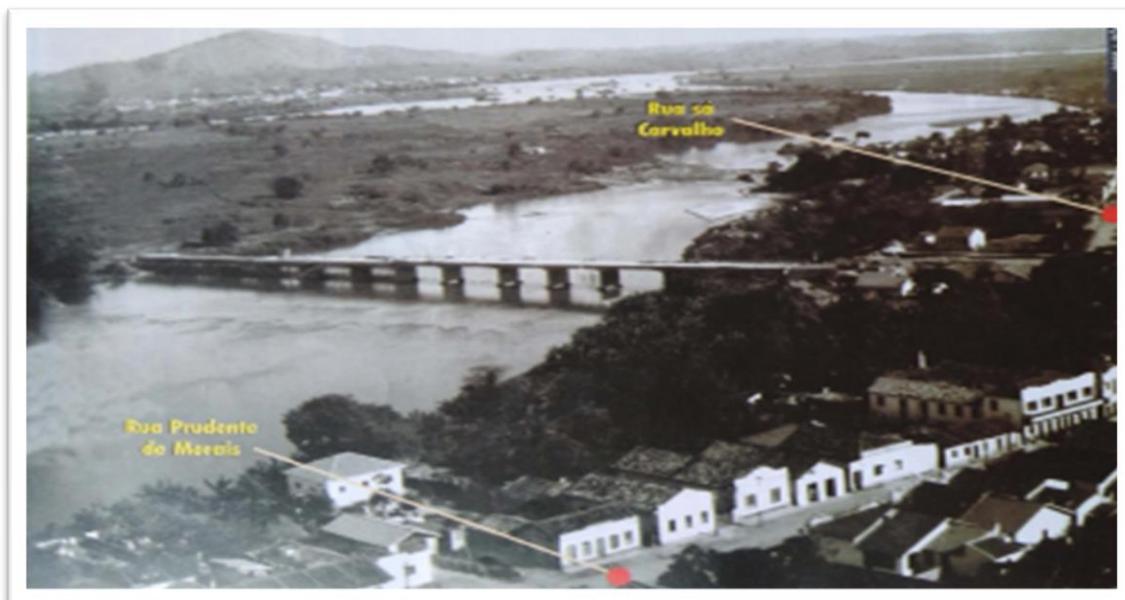
Fonte: SANTOS, 2000, capa.

A Ilha dos Araújos, a ilha-cidade de Justino que se torna uma ilha-bairro com o loteamento, para ser territorializada, em termos urbanísticos, necessitava de uma veia condutora do oxigênio urbano, capaz de permitir, ao mesmo tempo, uma ruptura com

a paisagem da ilha-natureza/fazenda e o surgimento da ilha-urbanizada. O que percebemos por trás de algo que parece simples, como a construção de uma ponte, permite que processos de significação territorial sejam associados a símbolos, no caso, uma ponte, para criar conexões que impactam consideravelmente na vida das pessoas em um determinado território. Como já mencionamos, sem a ponte, a ilha-bairro talvez não se tornasse uma realidade em Governador Valadares, motivo pelo qual sua importância transcende ao material e abarca uma dimensão imaterial, com valor inestimável para a vida das pessoas e da cidade.

Esta cena 3 não nos remete tanto ao âmbito jurídico, como ocorre com procedimentos envolvendo loteamentos, regularização registral de propriedade, que aparecem em outras cenas narradas por Parajara dos Santos (2000). Aqui, associada às demais ilustrações da Revista da Ilha (Figura 9), principalmente a sua capa, a ponte nos convida a pensar no seu simbolismo territorial e em como as conexões com a Ilha dos Araújo poderiam ter tomado rumo diferente, caso a ponte tivesse sido construída em outro local, ou, se não tivesse sequer sido construída.

Figura 9: Conclusão da construção da ponte da Ilha dos Araújo. Nesta figura observamos que a ponte foi construída em direção ao centro da cidade de Governador Valadares, com acesso mais próximo à Rua Sá Carvalho.



Fonte: SANTOS, 2000, p. 11.

Mais do que facilitar caminhos, a ponte, enquanto símbolo associado à Ilha dos Araújo, não se revela como um objeto estático. Interpretá-la depende do olhar

daquele que a acessa. Nesse contexto, podemos pensar no papel assumido pela ponte na narrativa territorial que evoca um processo de formação do território sob uma perspectiva humanista, na qual os símbolos podem constituir importantes elementos na consolidação do elo entre espaço, tempo e sujeito(s).

Na década de 1970 a Geografia deu início ao processo de transição para uma nova fase, denominada Humanista, na qual buscava-se a compreensão da forma como um espaço geográfico é percebido e representado pela sociedade. A partir daí, outros conceitos passaram a ser trabalhados, e “o lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido” (CORREIA, 2006, p. 30).

Em relação ao conceito de lugar, passa-se a ter em voga um sentido cultural-simbólico,

“(...) e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção da imagem e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado (...)” (SOUZA, 2018, p. 115).

Com efeito, na perspectiva humanista, o espaço somente se torna lugar quando é conhecido, isto é, quando é compreendido numa “perspectiva experiencial”, e dotado de valor (TUAN, 2013). Em diversas passagens da Revista, Parajara dos Santos (2000) nos revela a ponte como sendo dotada de significado cultural em sua narrativa territorial, justamente por constituir um elemento essencial para ressignificar a ilha-natureza, a ilha-fazenda, perfazendo o caminho entre espaço, tempo e sujeitos, na formação e consolidação de um território urbanizado, palco de vivências e pertencimentos.

É preciso levar em consideração que o território urbano não é resultado apenas de uma dimensão material, mas sim de uma gama de relações complexas que inter cruzam processos individuais e coletivos, de modo em que a dimensão simbólica não deve ser desprezada na compreensão desse território (MARANDOLA Jr *et al*, 2012). Levando isso em consideração, temos a ponte, que passou a integrar a paisagem e a imagem da Ilha dos Araújos, adquirindo uma dimensão simbólica de extrema importância no seu processo de urbanização e integração à cidade, no qual a história da sua construção não é vista dissociada da própria história da ilha-bairro, ou até mesmo da memória a respeito de todo esse processo, revelada a partir da narrativa de Parajara dos Santos (2000).

CENA 4 – Primeiros moradores têm muitos problemas

Ratio Pentádica: Propósito (demonstrar que morar na Ilha dos Araújos era viável)/Agente (Construtora Carmo, João Pelluci e Manoel Carolono)/Cena (a experiência dos primeiros moradores no novo bairro)

Quando a ponte deu passagem, ainda sobre pranchões no último lance, os proprietários de lotes invadiram o novo bairro. Só que a realidade era bem diferente da “realidade” que se via de longe. A Ilha dos Araújos possuía de tudo: pastagens, capoeiras, morros, lagoas, brejos, areais etc. e só podia ser penetrada por estreitos caminhos. Havia também muitos bichos, como antas, veados, jacarés, tatus, cotias, capivaras e cobras, muitas cobras. A passarada fazia a festa. Era um ambiente ainda bastante selvagem.

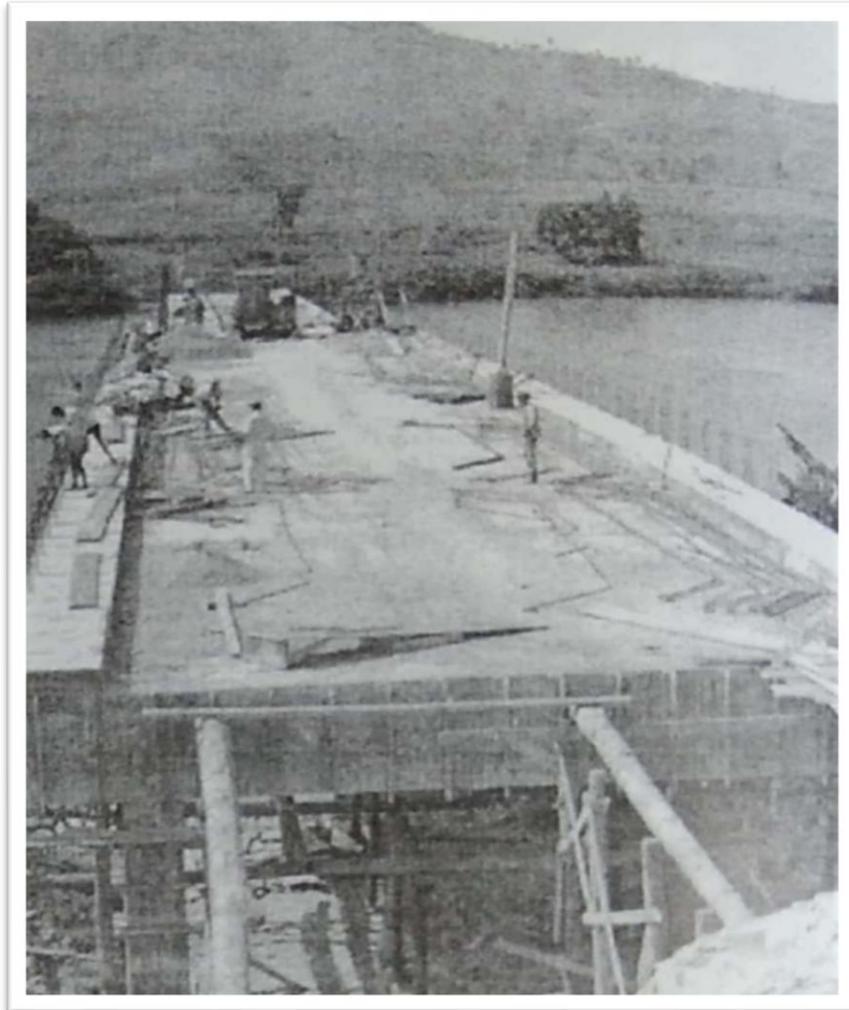
A construtora Carmo instalou uma cancela na chegada ilha, que ficava a cargo de um certo José Alves, “um maqueba”, segundo alguns. Todos os que quisessem passar tinham que se identificar ou como proprietário de lote ou como trabalhador. Era proibido o trânsito de carroças sobre a ponte para não estragá-la. João Pellucci, a essa altura, já trabalhava como demarcador de quarteirões e lotes. Entre seus ajudantes estava Cecílio.

Um dos mais assíduos frequentadores do novo bairro era Manuel Carolono, um nortista, corretor de imóveis, sem dúvida, o homem que mais vendeu lotes na ilha. Ele tinha de mostrar a “excelência” da Ilha dos Araújos, o mais promissor loteamento da cidade.

Os primeiros moradores da ilha tiveram de viver de “orelha em pé” por causa das cobras que apareciam dentro de casa, e com os noturnos caçadores de rãs e ladrões de cabritos. Não havia luz, por definição, cercada de água por todos os lados, por ironia, a água era o maior problema de todos. (Santos, 2000, p. 14).

Nesta cena, o carro abre-alas é a ponte (Figura 10)! Parajara dos Santos (2000), mais uma vez, ressalta, a projeção da ponte como um símbolo que permitiu a apropriação da Ilha dos Araújos enquanto um território urbano. Por outro lado, sua narrativa aqui se apresenta de uma forma que nos sugere uma representação mais fiel da realidade, na medida em que descreve a Ilha, mesmo após a construção da ponte, como um ambiente ainda selvagem (Santos, 2000).

Figura 10: A construção da ponte de concreto da Ilha. Nesta figura temos a ponte ainda em fase de construção, com diversos trabalhadores no local, e, ao fundo, a Ilha ainda sem os novos moradores do loteamento.



Fonte: SANTOS, 2000, p. 14.

Contextualizando a cena 4 no tempo, diante da informação de que a construção da ponte estaria praticamente no fim, bem como das demais narrativas da Revista (Santos, 2000), os primeiros moradores da ilha-bairro, possivelmente, chegaram por volta de 1956 (Figura 11). Tais moradores encontraram um ambiente com péssimas condições de moradia e sem infraestrutura adequada (Santos, 2000).

Figura 11: Casa da Família Pellucci. Nesta figura temos a família Pellucci à frente da casa que residiram à época da construção da ponte. A referida residência tratava-se da antiga casa da fazenda, localizada onde hoje se encontra a Concessionária Atual Veículos.



Fonte: SANTOS, 2000, p. 14

Nesta cena, Parajara dos Santos (2000), mesmo que sem esta pretensão, nos faz refletir sobre questões envolvendo o direito à moradia digna. Quando os primeiros moradores se instalaram na Ilha dos Araújo, enquanto um loteamento urbano, encontrava-se em vigor no Brasil a Constituição de 1946, a qual não trazia nenhuma previsão envolvendo o direito à moradia, mas apenas previsão acerca do direito de propriedade, este assegurado como um direito individual. O direito à moradia, só veio a adquirir proteção constitucional no Brasil através da Constituição Federal de 1988, especificamente, pela Emenda Constitucional nº 26 de 14 de fevereiro de 2000.

No contexto histórico da década de 1950, quando o loteamento da Ilha dos Araújo já se encontrava em fase de execução e implementação, a propriedade possuía um caráter mais individualista, inviolável, no sentido de buscar resguardar ao proprietário o direito de usar o seu bem de forma mais ampla, sem se preocupar com a sua função social (PAGANI, 2009). Nessa medida, lotear, vender e tomar posse do imóvel adquirido, era a única preocupação que se tinha. Tanto foi assim, que foi

instalada uma cancela no acesso à Ilha dos Araújo, como forma de permitir o acesso apenas dos proprietários e trabalhadores (SANTOS, 2000), como forma de proteger o direito absoluto de propriedade. Esta compreensão à época acerca do direito de propriedade, infelizmente, amparava a conduta da Construtora Carmo e, até mesmo do Poder Público, ao permitir que os primeiros moradores se mudassem para a Ilha dos Araújo sem condições básicas de moradia digna.

Além disso, para além do âmbito jurídico do direito de propriedade, a cancela instalada pode ser também compreendida como uma forma de demarcar o “novo território” e conferir uma certa exclusividade ao acesso da Ilha, apenas para aqueles que adquirissem os lotes. Parajara dos Santos (2000) narra que um dos objetivos na comercialização dos lotes por Manuel Carolono, corretor de imóveis, era demonstrar a excelência do loteamento, ou seja, podemos pensar que mais do que a simples venda de um lote, buscava-se vender um estilo de vida, num bairro de acesso exclusivo, que permitisse aos seus moradores usufruir das belezas naturais, e até mesmo da vida selvagem, num espaço também considerado urbano.

Outra questão que merece destaque, é o próprio traçado do loteamento (Figura 12). Nesta cena Parajara dos Santos (2000) apenas faz referência ao trabalho de João Pellucci, o então competente mestre-de-obras contratado para construção da ponte, que passou a atuar como demarcador de quarteirões e lotes. Não há nenhuma passagem na Revista da Ilha que especifica como se deu o planejamento do loteamento, como por exemplo, tamanho dos lotes, disposições das ruas, demarcação de áreas públicas etc. No entanto, a partir da planta obtida junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis de Governador Valadares (Figura 12), verificamos que o aspecto estético, com lotes em linha reta e traçados harmônicos, foi uma preocupação dos loteadores, a exemplo do que ocorreu no traçado urbano do centro de Governador Valadares, que, por sua vez, foi planejado como o traçado urbano moderno de Belo Horizonte (ESPINDOLA, 1998).

Figura 12: Planta do loteamento. Nesta figura podemos observar a planta do memorial descritivo que instruiu o requerimento do registro do loteamento perante o Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Governador Valadares.



Fonte: Acervo do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Governador Valadares.

Retornando ao âmbito jurídico, como mencionado na análise da cena que envolve a venda dos cem primeiros lotes, à época da implementação do loteamento da Ilha dos Araújo, estava em vigor o Decreto-Lei 58/37, o qual previa mecanismos que trouxeram mais segurança jurídica às transações imobiliárias envolvendo

loteamentos, mas não disciplinava sobre questões urbanísticas, e até mesmo afetas ao direito ambiental, o que somente veio a ocorrer com a Lei nº 6.766/79 (FARIAS, 2019).

O conceito moderno, que não era o adotado à época do empreendimento em análise, trata o direito de propriedade como algo “que atribui ao seu titular as faculdades de usar, fruir, dispor e reavê-lo de quem injustamente o possua ou o detenha, em conformidade com o atendimento da função social e demais limitações impostas pela lei” (PAGANI, 2009, p.55). Ou seja, se o loteamento da Ilha dos Araújos estivesse sendo implementado e executado em 2022, não bastaria simplesmente demarcar os lotes e vendê-los, seria preciso que o loteamento atendesse a uma função social, com planejamento, desenvolvimento ordenado, instalação de equipamentos públicos, oferta de serviços básicos de infraestrutura, respeito às áreas ambientais sensíveis sujeitas à proteção especial e alagamentos, enfim, atendendo a uma série de limitações que permitam condições dignas de moradia.

Estas discussões envolvendo o direito de propriedade e sua função social, não obstante não sejam o foco central do nosso estudo, também nos revela a complexidade que envolve os estudos territoriais, especificamente no caso, demonstra a complexidade do processo de territorialização do espaço urbano, que diz respeito a diversos âmbitos, sejam eles culturais, geográficos, urbanísticos, jurídicos etc.

CENA 5 – Terreno para parque recebe apartamentos

Ratio Pentádica: Propósito (oferta de mais lotes ao mercado imobiliário)/Agente (Antenor Geraldo Perim e Ronaldo Perim)/Cena (aquisição de lotes por novos empresários e alteração do projeto original de loteamento)

Por volta de 1965, o empresário Antenor Geraldo Perim e seu filho Ronaldo Perim adquiriram o estoque de lotes da Construtora Carmo – 360 – e de Odilon de Magalhães Barbalho – 40. Ao todo, 400 lotes.

No ano seguinte, a Construtora Carmo, já sob o controle dos Perim, encaminhou para registro na Prefeitura Municipal um novo memorial descritivo do loteamento acompanhado de nova planta.

O terreno ao longo do Rio Doce, entre a ponte e o Garfo Clube, que se destinava a um parque municipal, foi descaracterizado para receber um projeto de apartamentos populares. Um grande conjunto de casas populares também foi implantado na parte de cima da Ilha dos Araújos. Ambos os projetos foram realizados através da cooperativa habitacional administrada por Gabriel Oliveira Silva

(Santos, 2000, p. 17).

Dando continuidade ao tom da narrativa da cena anterior, Parajara dos Santos (2000), abandona o discurso poético que permeava as demais cenas, e passa a descrever, na cena 5, a transação imobiliária envolvendo a Construtora Carmo, Antenor Geraldo Perim e Ronaldo Perim, de modo mais objetivo e sem utilizar tantos recursos linguísticos.

Nesta cena, fica mais evidente que a busca pelo lucro ditou as regras do jogo na ocupação do espaço urbano. No intuito de ofertar mais lotes à venda e, por consequência, obter mais lucro, o projeto original do loteamento foi alterado. O lugar destinado a um parque municipal, segundo a narrativa da Revista, teria acolhido o projeto para edificação de apartamentos populares (Figura 13).

Figura 13: Conjunto Habitacional Presidente Médice (BNH). Nesta figura temos o conjunto habitacional conhecido como BNH da Ilha, localizado próximo à ponte que dá acesso ao bairro e fora do perímetro da Avenida Rio Doce.



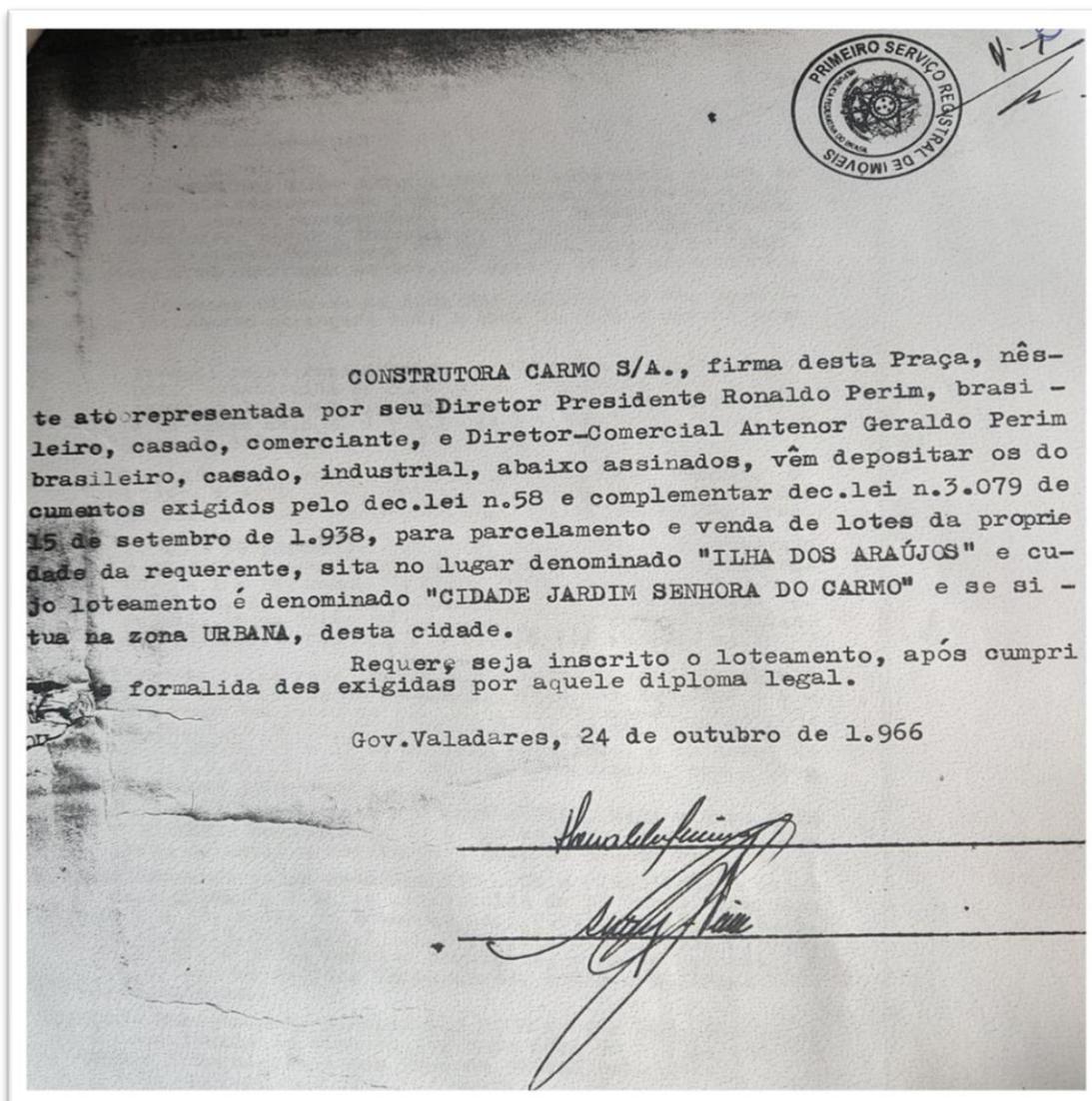
Fonte: SANTOS, 2000, p. 17.

Em outro ponto da Revista, Parajara dos Santos (2000), relata que a planta original do loteamento da Ilha, que não continha lotes fora do perímetro da Avenida Rio Doce, teria desaparecido, inexplicavelmente, em meados da década de sessenta, dos arquivos da Prefeitura Municipal (SANTOS, 2000). No entanto, em pesquisa

realizada perante o Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Governador Valadares, foram obtidos os documentos que corroboram em parte a narrativa de Parajara dos Santos, como detalharemos a seguir.

O requerimento de registro do loteamento denominado “Cidade Jardim Senhora do Carmo” (Figura 14), visando atender uma exigência do Decreto-Lei 58/1937, somente foi realizado perante o referido Cartório, em 24 de outubro de 1966, pela Construtora Carmo S/A, representada no ato por seu Diretor Presidente Ronaldo Perim e pelo Diretor Comercial Antenor Geraldo Perim.

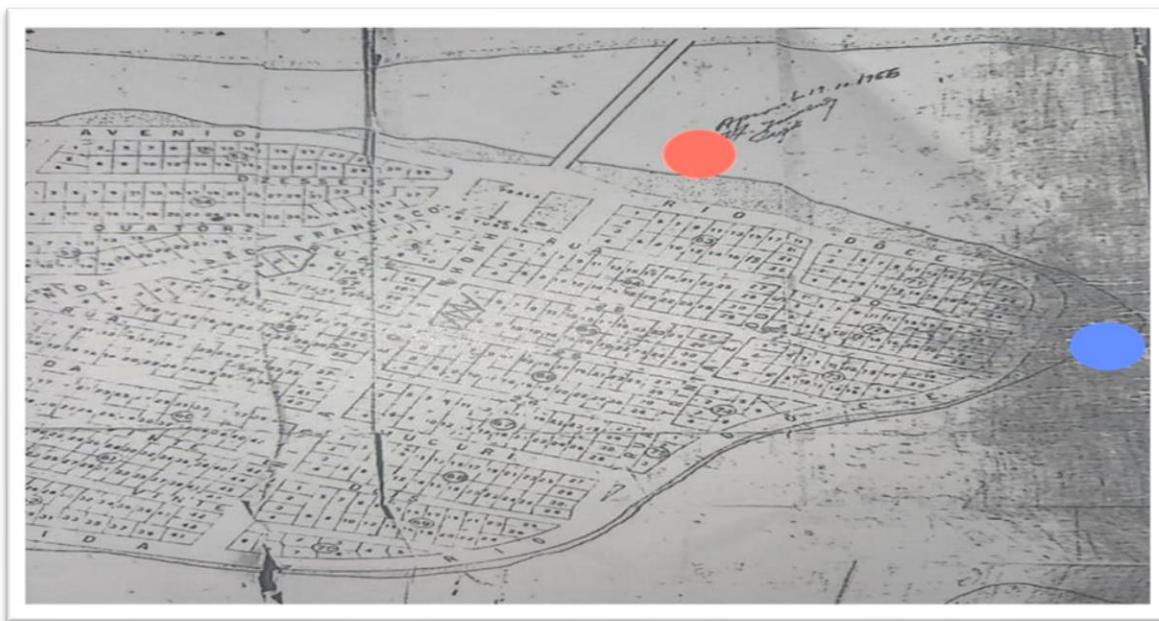
Figura 14: Requerimento do registro do loteamento da Ilha. Nesta figura temos o requerimento formulado pela Construtora Carmo S/A perante o Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Governador Valadares, com o objetivo de registrar o loteamento, atendendo às exigências legais da época.



Fonte: Acervo do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Governador Valadares.

A planta do loteamento que acompanhou o requerimento de registro do loteamento em 1966, obtida do acervo do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Governador Valadares, não continha lotes fora do perímetro da Avenida Rio Doce, bem como a descrição dos lotes que porventura seriam destinados ao conjunto habitacional e ao Garfo Clube (Figura 15). Por outro lado, também não havia descrição de que a área por estes hoje ocupada, seria destinada a abrigar um parque municipal. Aliás, não localizamos nenhum registro de outra planta/memorial descritivo que contenha a descrição de um parque municipal, como narrado na Revista da Ilha (SANTOS, 2000).

Figura 15: Planta parcial do loteamento da Ilha. Nesta figura temos parte da planta do memorial descritivo que instruiu o requerimento de registro do loteamento da Ilha, demonstrando a inexistência de lotes fora do perímetro da Avenida Rio Doce. ■ Local aproximado em que atualmente encontra-se localizado o Conjunto Habitacional (BNH). ■ Local aproximado em que atualmente encontra-se localizado o Garfo Clube.



Fonte: Acervo do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Governador Valadares.

Com relação ao conjunto habitacional, Parajara dos Santos (2000) não traz nenhuma outra referência sobre o momento da sua construção e os responsáveis pelo empreendimento. Contudo, considerando que somente em 27/08/1964, com a promulgação da Lei nº 4.380, foi instituído o Banco Nacional de Habitação (BNH), e a partir de então, muitos conjuntos habitacionais foram construídos pelo país,

possivelmente, o conjunto habitacional da Ilha tenha sido idealizado e planejado, após a referida data.

De todo modo, os documentos arquivados no acervo do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Governador Valadares, nos ajudam a analisar a narrativa de Parajara dos Santos (2000), e demonstram a importância do âmbito jurídico na territorialização do espaço urbano, principalmente no que diz respeito à regularização do loteamento nos registros públicos, e por consequência, no status de segurança jurídica adquirido pelo empreendimento, o que, por sua vez, reforça a sua valorização no mercado imobiliário.

4.2 O IMAGINÁRIO, O TERRITÓRIO NORMADO E OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO TERRITORIAL

A análise das cenas deste capítulo, segundo os elementos do Dramatismo Burkeano, reforça a relevância da perspectiva antropológica do território, já destacada nos capítulos anteriores, tendo em vista que o processo de formação territorial se mostra cada vez mais um fenômeno complexo, que abarca dimensões materiais e imateriais. Além disso, cada tempo da Ilha, reclama uma necessidade, revela uma motivação, por isso é tão importante acessar toda a sua trajetória sob a análise dos elementos do Dramatismo Burkeano, para compreender os cenários narrados na Revista da Ilha (SANTOS, 2000) e a dinâmica do processo de territorialização.

De acordo com a antropologia territorial proposta por Francisco Ther Ríos (2012), o estudo do território, enquanto produto de um conjunto de relações, torna-se impregnado da ação humana, de história e imaginários, de modo que passa a interessar múltiplas dimensões, sejam elas de ordem política, econômica, cultural, jurídica, etc. Aliás, como já pontuamos no início no presente trabalho, o fato do território aqui estudado tratar-se de uma ilha, já implica um tratamento imaginativo, despertando múltiplos interesses.

Neste segundo cenário, dividido em cinco cenas, percebemos na narrativa de Parajara dos Santos (2000), um maior destaque à dimensão política do território, que, por sua vez, também é abarcada pela antropologia do território, na medida em que o território vivido, e os imaginários territoriais, fazem frente ao território normado

(RÍOS, 2012).

Os envolvidos na *Dramatis Personae*, com maior destaque para Justino Carlos da Conceição Junior e a Construtora Carmo, mantendo o espírito de empreendedorismo do primeiro cenário, atuam no propósito de planejar e implantar o loteamento, com o fim de trazer a vida urbana à ilha cercada de belezas naturais e encantamentos. As intencionalidades de tais agentes se depararam com a necessidade de regularização do território para adequar a ocupação do espaço às exigências legais da época, como já detalhado na análise das cenas, e, por consequência, fomentar o mercado imobiliário e alavancar o loteamento por eles planejado e executado. O procedimento de loteamento e sua regularização, redimensionou a ilha-natureza do primeiro cenário, tornando-a acessível aos demais habitantes da cidade.

Apesar da narrativa deste segundo cenário, se revelar, inicialmente, como uma continuidade do primeiro, isto em relação à romantização do percurso histórico no processo de loteamento da Ilha dos Araújos, do empreendedorismo local, e ao que permeou o imaginário desse caminho contado por Parajara dos Santos (2000), não podemos negar que o propósito patrimonial envolvia o loteamento da ilha. Contudo, tal propósito patrimonial aparece timidamente na Revista da Ilha (SANTOS, 2000), e não foi o foco central da sua narrativa, que evidenciou empreendedorismo de agentes como Justino Carlos da Conceição Junior e todos aqueles que figuraram na direção da Construtora Carmo (Paulo Gontijo, Antenor Geraldo Perim e Ronaldo Perim), bem como a atuação de agentes como João Pellucci e Manuel Carolono, que, por sua vez, contribuíram com a viabilização do loteamento. Foram todos esses personagens que com suas habilidades e comprometimento trouxeram vida a uma nova etapa no processo de territorialização da Ilha, que, aos poucos, deixava de ser a ilha-fazenda, para se tornar a ilha-bairro, integrada à cidade de Governador Valadares.

A visão de futuro, que era uma presença mística nas ações de Joaquim Alves de Araújo, descrita no primeiro cenário, permaneceu, de alguma maneira, latente no imaginário de encantamento que emergia da Ilha, de modo que Justino Carlos da Conceição Júnior também possuía a sua visão de futuro, que era transformar a ilha em cidade (SANTOS, 2000), era o desejo de transformar a Ilha em um pequeno mundo para os seus habitantes. Essa narrativa nos indica como fortes relações afetivas com determinado território, sua apropriação sociocultural, imaginários

territoriais, podem transcender a questões exclusivamente econômicas, e motivar o desenvolvimento territorial, bem como projetar a ocupação do espaço em determinada direção (RÍOS, 2011).

Cada atividade desenvolvida pelos mais diversos agentes que atuaram neste segundo cenário, cada um em seu tempo, movidos por intencionalidades próprias, mas alicerçados no mesmo espaço-ilha, contribuíram no processo de territorialização da Ilha dos Araújos. Uma só Ilha contendo vários territórios, seja o território imaginado por Justino Carlos da Conceição Júnior, o território normado na regularização da propriedade, ou o território vivido pelos novos moradores da ilha-bairro. O que identificamos neste cenário, principalmente levando-se em consideração a ótica do tempo, das memórias e dos imaginários narrados por Parajara dos Santos (2000), é a captura de um território como ponto de encontro entre territórios vividos, do cotidiano, e territórios normados, sendo cada território com os seus próprios conflitos e temporalidades, o que, mais uma vez reforça a complexidade territorial (RÍOS, 2012).

5. O TERCEIRO CENÁRIO: A ILHA DOS ARAÚJOS SE TORNA UM BAIRRO DA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES

Nesse capítulo finalizamos nossa trajetória pelas narrativas de Parajara dos Santos (2000), para abarcar o último cenário, no qual a ilha se integra à cidade, e passa a contar uma nova história, agora como um bairro de Governador Valadares, nesse processo complexo que envolve a territorialização do espaço urbano.

Tal narrativa encontra-se dividida em três cenas, que no contexto da Revista da Ilha (Santos, 2000), retratam bem esse cenário, tendo em vista que, após estas cenas, a Revista dá maior ênfase à publicidade e propaganda do comércio e prestadores de serviço locais. A primeira cena descreve as principais enchentes ocorridas na Ilha dos Araújos. A segunda cena narra a dinamitação da ponte da Ilha. Já a terceira cena, descreve o projeto “Ilha das Flores” que tinha por objetivo transformar a Ilha dos Araújos num complexo turístico.

5.1 DA ILHA LOTEADA À ILHA-BAIRRO: QUANDO A ILHA SE INTEGRA À CIDADE

Neste último cenário nos deparamos com narrativas que envolvem diferentes experiências dos moradores da ilha-bairro, das quais emergem diferentes reflexões sobre o território numa perspectiva antropológica.

CENA 1 – Enchente de 79 foi a maior da história

Ratio Pentádica: Propósito (descrever o Rio Doce a partir da memória das enchentes)/Agente (Cecílio Pereira dos Santos)/Cena (as principais enchentes ocorridas na Ilha dos Araújos)

O homem que testemunhou as maiores enchentes do Rio Doce foi Cecílio Pereira dos Santos, que morreu em fevereiro último. Cecílio nasceu na Ilha e nela viveu seus quase 87 anos. A maior enchente da história moderna foi a de 1979, que teve início a 2 de fevereiro. O nível da água subiu quatro metros e permaneceu alto durante 10 dias. Cecílio dizia que a outra grande enchente de que ele se lembrava foi a de 1941, quando o gado teve de refugiar-se nas partes mais altas. Outras grandes enchentes, com a ilha habitada, foram as de 85 e a de 97 (Santos, 2000, p. 18).

O agente desta cena é Cecílio Pereira dos Santos, neto de Joaquim Alves Araújo, que pelo fato de ter nascido na Ilha e nela permanecido por 87 anos, conhecia bem a realidade das enchentes ocorridas até a data do seu falecimento, em fevereiro de 2000 (SANTOS, 2000). Nos deparamos, portanto, com o grave problema enfrentado pelos moradores da Ilha dos Araújo, que permanece até os dias atuais: o aumento do nível do Rio Doce em estações com maior incidência de chuva. Deixando de lado, uma narrativa poética e de empreendedorismo, Parajara dos Santos (2000) retrata um cenário caótico causado pelas enchentes na Ilha dos Araújo, que se repete em vários anos e assola os seus moradores.

Nos relatos de Cecílio fica evidente que as enchentes de 1941, 1979, 1985 e 1997, o marcaram consideravelmente, principalmente a de 1979, considerada a maior delas, quando o nível do Rio Doce permaneceu alto por quase dez dias (SANTOS, 2000). Com efeito, em 1979, a Ilha dos Araújo já era densamente povoada, o que possivelmente contribuiu para que a enchente desta época, vivenciada por um maior número de pessoas, fosse significativamente marcada na memória coletiva. Tal percepção também é encontrada em um estudo de caso que envolveu a relação das enchentes com a história da formação territorial da Ilha dos Araújo, segundo o qual a enchente de 1979 foi a primeira ocorrida com a Ilha já urbanizada, pelo que os moradores foram surpreendidos pelo grande volume de água e não estavam preparados para suportar os impactos e graves danos dela decorrentes (GENOVEZ, 2020).

Com efeito, a enchente de 1979 foi, literalmente, um divisor de águas para a Ilha dos Araújo, com uma mudança significativa no bairro. Somente após tal ocorrência, o Poder Público, através da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, passou a mapear as áreas inundáveis e, portanto, identificando as áreas de risco e a condição de vulnerabilidade de seus moradores, passando as enchentes a integrar o cotidiano dos moradores (GENOVEZ, 2020).

O cenário idílico e o imaginário territorial, que serviu de chamariz para o desejo de se viver e morar numa ilha, cercada de belezas naturais e encantamentos, deu lugar à preocupação de se viver num local sobre as constantes ameaças das águas do Rio Doce. O rio, antes vivenciado como uma bela paisagem, passou a ser também vivenciado enquanto natureza, a partir dos riscos das enchentes (GENOVEZ, 2020). Mesmo após a edição da Revista da Ilha em 2000, as enchentes continuaram a ser

uma constante na vida dos moradores da Ilha dos Araújos, sendo que a enchente ocorrida em janeiro de 2022 é considerada a terceira maior, desde 1979 (DRD, 2022).

CENA 2 – Ponte dinamitada

Ratio Pentádica: Propósito (reconstruir a ponte e demonstrar que ainda era viável morar na Ilha dos Araújos)/Agente (Ronaldo Perim, Alberto Oscar Cuattrin e Usemac)/Cena (a dinamitação de parte da ponte, sua reconstrução e a dificuldade dos moradores)

Embora o maior nível das águas tenha ocorrido em 1979, a enchente de 1985 foi a mais traumatizante. O prefeito Ronaldo Perim dinamitou 33 metros da ponte, cujos pilares estavam cedendo. O técnico de maior importância naquele momento, por sua competência e coragem, foi o engenheiro Alberto Oscar Cuattrin, que decidiu pela dinamitação. É que, com o recalque, a ponte, construída sobre duas vigas contínuas, se perderia fatalmente.

Pelo sim e pelo não

O mestre-de-obras João Pellucci conversou com os engenheiros que estavam de prontidão e viu que a situação estava difícil. A água levaria a ponte toda. Ela deveria ser cortada na parte central, para diminuir a pressão da água. Ela já havia cedido 80 centímetros. Foi aí que tiveram de dinamitá-la e deu certo. Justino Carlos discordou do procedimento, dizendo que deveriam ter quebrado o concreto com marretas e ponteiros. Odilon de Magalhães Barbalho diz que a dinamitação da ponte foi “um crime”.

O povo sofre

Depois que a ponte foi explodida, os moradores da Ilha dos Araújos tiveram de transitar para a cidade em uma grande balsa instalada pela Prefeitura. Foi conseguida uma treliça de aço de estrada de ferro para lançar sobre o vão da ponte. Mais uma vez, o engenheiro Cuattrin teve destaque: mandou alargar a treliça para que houvesse trânsito de veículos nos dois sentidos. A participação da Usimec no processo foi fundamental. Quem pôde mudar-se da ilha mudou. Quem não pôde, teve de se submeter à balsa, durante meses, com paciência franciscana. Em seguida, o trânsito de automóveis foi liberado pela treliça, enquanto o vão da ponte dinamitado era refeito. Foi um período de grande sofrimento para os moradores da ilha. (Santos, 2000, p. 18).

Parajara dos Santos (2000) teve como foco central nesta cena descrever o dano traumático em se perder o único elo entre a ilha e o continente, quando da enchente de 1985, e o propósito de reestabelecer esta ligação, de modo a permitir a continuidade da vida na ilha-bairro. A ponte funcionava como uma espécie de cordão

umbilical e sem ela os moradores da ilha interromperam a sua conexão mais direta com a cidade.

A ponte, tão emblemática, teve que ser dinamitada. Dinamitar uma ponte, de fato, não deve ter sido uma decisão fácil, ainda mais uma ponte cercada de tanto simbolismo (Figura 16). Ronaldo Perin e Alberto Oscar Cuatrin são os agentes centrais desta cena, que mantiveram o foco em questões de ordem técnica, para dar espaço à mudança e ao propósito de reconstruir a ponte (SANTOS, 2000).

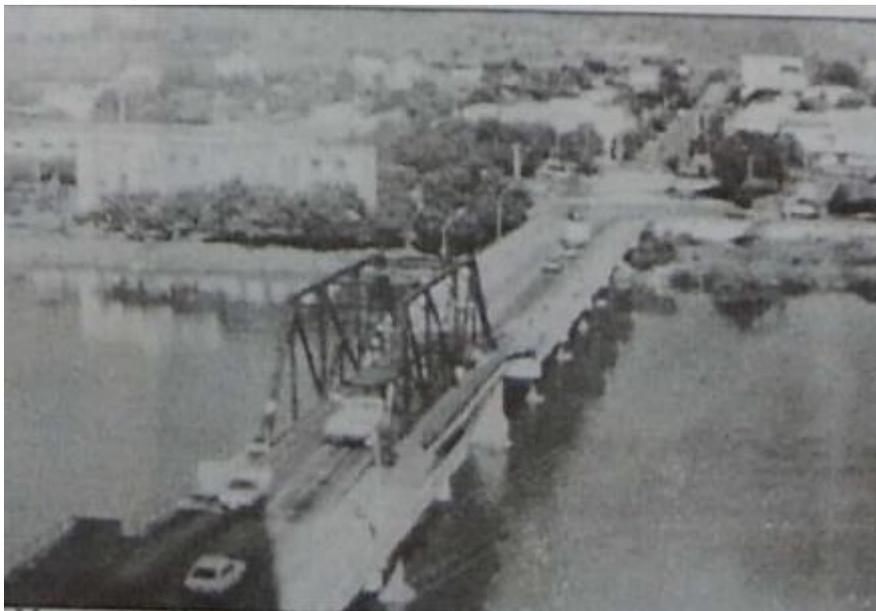
Figura 16: A dinamitação da ponte da Ilha dos Araújos. Após a enchente de 1985, os pilares da ponte da Ilha começaram a ceder, correndo-se o risco de se perderem, razão pela qual parte de sua estrutura foi dinamitada para posterior reconstrução.



Fonte: SANTOS, 2000, p. 18.

Quando a população sofria a ausência da ponte, o caminho possível para o continente se deu através de uma balsa instalada pela Prefeitura (SANTOS, 2000). Posteriormente, Parajara dos Santos (2000) destaca a atuação da Usimec, cuja contribuição foi fundamental para a instalação de uma treliça sobre o vão da ponte com o objetivo viabilizar o trânsito de veículos (Figura 17). Na Revista da Ilha (SANTOS, 2000) não encontramos nenhuma descrição detalhada a respeito da Usimec, mas tão somente a sua atuação na instalação da treliça.

Figura 17: Treliça instalada na parte dinamitada da ponte da Ilha dos Araújos. Para permitir o trânsito de veículos, foi realizada a instalação sobre o vão dinamitado da ponte de uma treliça de aço, de estrada de ferro, que, posteriormente, foi ampliada de modo a possibilitar o trânsito nos dois sentidos.



Fonte: SANTOS, 2000, p. 18.

O simbolismo da ponte é tão marcante, que Odilon de Magalhães Barbalho classificou o ato como um crime (SANTOS, 2000). A palavra “crime” é bem forte e emblemática, e a sua utilização por Odilon demonstra que muito além da dinamitação de um objeto de concreto, ocorreu uma grave violação à vida das pessoas que daquela ponte dependiam para vivenciar a cidade como um todo. Podemos perceber, mais uma vez, em sua narrativa, como a ponte se tornou uma representação simbólica para os moradores da Ilha, que não a viam como um mero objeto.

De certa maneira, o imaginário territorial que envolve esse processo de territorialização/urbanização da Ilha dos Araújos, já descritos em outras cenas, bem como o simbolismo da ponte, revelados na narrativa de Parajara dos Santos (2000), nos indicam como as apropriações socioculturais de determinados territórios, são capazes de projetar e promover as ações de desenvolvimento e transformação territorial (RÍOS, 2011). Apesar das enchentes e de todos os danos causados por ela, entre eles a dinamitação da ponte, a forte relação mantida entre os moradores com a Ilha dos Araújos, não deu causa a uma ruptura do seu desenvolvimento territorial. Pelo contrário, os agentes envolvidos nesta cena se empenharam para restabelecer o acesso à cidade e reconstruir a ponte, e quando as enchentes

“ocorrem a Ilha toda se refigura e deixa de ser o bairro urbanizado e próximo ao centro para se tornar uma grande comunidade onde todos se conhecem e são solidários. Há uma espécie de reafirmação de uma identidade territorial que se configura, refigura e transfigura a cada evento da enchente. Morar na Ilha exige destreza e conhecimento para lidar com o rio que deixa de ser paisagem e passa a ser natureza. (GENOVEZ, 2020, P. 25)

Com relação a ponte, enquanto uma estrutura de concreto, é importante ressaltarmos que o ideal é que uma construção desta envergadura passe por constante avaliações, reestruturação, justamente para redimensionar os problemas que a ação do tempo e das águas podem causar. No entanto, Parajara dos Santos (2000) não revela em sua narrativa que tais questões tenham sido motivo de preocupação ou que tenham sido negligenciadas pelo Poder Público ao longo dos anos, já que as enchentes eram recorrentes.

Diante do futuro de progresso e desenvolvimento imaginado para a Ilha dos Araújos, como narra Parajara dos Santos (2000), não é demonstrado, em nenhum momento, em tal narrativa, uma preocupação em se realizar estudos de impactos ambientais e potenciais danos causados pelo fato de se morar numa ilha. Como já mencionamos na análise da cena anterior, somente após a enchente de 1979, houve uma efetiva ação do Poder Público em mapear as áreas inundáveis e de risco para a população (GENOVEZ, 2020).

Como destaca a antropologia do território, é possível vislumbrar os conflitos entre o tempo do território vivido e da normatividade, tendo em vista que aquele antecede ao território normado (RÍOS, 2012). Em outras palavras, as limitações que atualmente encontramos na legislação ambiental, no direito urbanístico e a preocupação em se aprovar loteamentos em áreas que não estejam potencialmente expostas aos desastres naturais, integram o território normado, que, normalmente, é estruturado, planejado, com base nas experiências decorrentes do território vivido (RÍOS, 2012).

No caso da Ilha dos Araújos, como foi mencionado no capítulo anterior, o seu loteamento foi implementado numa época em que não havia uma legislação específica envolvendo questões como a função social da propriedade, o direito urbanístico, a dignidade da moradia ou o direito à cidade. O processo de territorialização do espaço urbano, entretanto, construiu uma nova imagem do território: a ilha-natureza tornou-se ilha-bairro. Nesta situação, temos o território

normado posterior ao tempo do meio ambiente construído e do território vivido, não sendo aquele suficiente para solucionar os problemas decorrentes das enchentes. Por isso, temos um conflito entre os territórios vivido e normado (RÍOS, 2012).

CENA 3 – Projeto Ilha das Flores

Ratio Pentádica: Propósito (transformar a Ilha dos Araújos num complexo turístico)/Agente (José Bonifácio Mourão)/Cena (apresentação do Projeto Ilha das Flores aos moradores da Ilha)

O prefeito José Bonifácio Mourão, no final do ano passado, compareceu a uma reunião da Associação dos Moradores e Amigos da Ilha (AMAI) para apresentar o Projeto “Ilha das Flores”. Grande número de moradores compareceu ao Garfo Clube. O prefeito Mourão³ estava acompanhado por todo o primeiro escalão administrativo. Liderando os moradores achava-se a presidenta da AMAI, Maria José Barbosa Santos (Zezé).

O projeto Ilha das Flores objetiva transformar a Ilha dos Araújos num complexo de caráter turístico, pela arborização, ajardinamento e implantação de equipamentos para esporte e lazer ao longo do Calçadão da Av. Rio Doce.

Foram anunciados o fim das obras de recuperação do Calçadão, a construção da Praça da Maçonaria e o capeamento asfáltico das ruas do bairro pavimentadas com pé-de-moleque. Sabe-se que o prefeito Mourão tem ainda dois projetos para a Ilha dos Araújos: a construção de uma adutora de água exclusiva; e a perfuração de um poço artesiano para água dos jardins e canteiros.

Na Ilha dos Araújos, as praças e trechos ajardinados do Calçadão são mantidos em parcerias entre a Prefeitura Municipal, empresas e moradores. (Santos, 2000, p. 21).

Após a cena traumática deixada pela enchente de 1985 que culminou na dinamitação de um trecho da ponte de concreto da Ilha dos Araújos, Parajara dos Santos (2000), narra um novo capítulo na história da ilha-bairro. Trata-se de um projeto idealizado pelo Poder Público Municipal visando tornar a Ilha um complexo turístico, que foi apresentado aos moradores da Ilha no fim do ano anterior à publicação da Revista, ou seja, no fim do ano de 1999 (SANTOS, 2000).

Antes, porém, de iniciarmos a análise da cena em questão, consideramos relevante tecer algumas considerações sobre o sentido da palavra projeto. Tal palavra é geralmente utilizada para designar um plano de ação para o futuro (SIQUEIRA;

³ José Bonifácio Mourão foi prefeito de Governador Valadares por dois mandatos, o primeiro deles nos anos de 1997 a 2000, e o segundo nos anos 2005 a 2008 (GOVERNADOR VALADARES, 2015).

GENOVEZ, 2018). A partir do referencial antropológico tempo, o termo projeto está relacionado ao futuro, contudo,

“o futuro pode ser compreendido como a busca de algo que se perdeu, partindo de uma perspectiva platônica, ou um salto em algo totalmente novo, incerto e sem garantias, na perspectiva de Kierkegaard e, na sua esteira, Heidegger (CAPUTO, 1986). No mais das vezes, o projeto de futuro não é outra coisa que o passado repetido (a célebre compulsão à repetição que bem conceitua a Psicanálise) ou um passado algo modificado com alguns elementos dos quais fala muito bem Hans Peter Duerr (Dreamtime), definido como tempo de sonhos (DUERR, 1985). Esse tempo busca superar os fracassos do passado ou, a partir dele e de suas experiências bem-sucedidas, buscar algo novo, mas não totalmente novo.” (SIQUEIRA; GENOVEZ, 2018, p. 257)

Nessa medida, o Projeto “Ilha das Flores” nos provoca uma reflexão no sentido de saber se, de fato, se buscava um novo olhar para a Ilha, para além do que existia à época, assim como fez Joaquim Alves de Araújo.

O agente desta cena, representando o Poder Público, é José Bonifácio Mourão, no exercício do seu primeiro mandato como prefeito de Governador Valadares. Ao que parece, o Projeto Ilha das Flores, amparado naquele imaginário territorial de encantamentos, presente no primeiro cenário, e, também, na relação identitária que a comunidade local construiu ao longo dos anos com a Ilha dos Araújo, buscou fomentar o turismo como uma atividade economicamente positiva não só para a ilha-bairro, mas para a cidade como um todo. Não se trata propriamente de um novo olhar sobre a Ilha, tendo em vista que o seu loteamento também teve um viés econômico, um sentido patrimonial. Mudou-se o empreendimento, de um loteamento para um complexo turístico, contudo, o sentido patrimonial não é algo totalmente inédito no processo de formação do território urbano da Ilha dos Araújo.

Por outro lado, ressaltamos que, todo o imaginário territorial que envolve a Ilha dos Araújo, já descrito em outras cenas, bem como as apropriações culturais e simbólicas da comunidade local com o seu território, contribuíram, ao seu modo, para as projeções que sobre ela recaíram, inclusive no sentido econômico (RÍOS, 2011). Nesse aspecto, podemos falar em termos de desenvolvimento territorial, e em como uma forte relação afetiva, cultural e simbólica com o território, que se mantém presente através da memória coletiva ao longo dos anos, é capaz de fomentar e impulsionar o desenvolvimento (RÍOS, 2011). Aliás, o Projeto Ilha das Flores foi idealizado quarenta

anos após o início do empreendimento de loteamento, reforçando esse entendimento sobre o desenvolvimento territorial que permanece em constante construção.

A importância do projeto retratado nesta cena, também é percebida em razão da presença do grande número de moradores e do primeiro escalão do Poder Público Municipal ao evento que marcou o seu lançamento (Figura 18), bem como na manutenção das praças e dos trechos do calçadão da Ilha em parceria com a Prefeitura e empresas (SANTOS, 2000). As dinâmicas decorrentes do envolvimento da comunidade local com determinado espaço, quando este é valorizado e apropriado, se funde com a própria identidade desta comunidade, que passa a construir ou a aderir a uma estratégia de desenvolvimento local, quando este reforça os valores da identidade territorial, ou seja, reforçam o sentimento de identificação com o espaço vivido (POLLICE, 2010), como é o caso do Projeto Ilha das Flores.

Figura 18: Lançamento do Projeto Ilha das Flores. No final do ano de 1999, o então prefeito de Governador Valadares, José Bonifácio Mourão participa de solenidade para apresentação do Projeto Ilha das Flores, com a presença de demais agentes do Poder Público e dos moradores da Ilha.



Fonte: SANTOS, 2000, p. 21.

5.2 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Neste último cenário revisitamos outras questões já pontuadas nos capítulos anteriores. Todavia, não se trata de mais do mesmo, tendo em vista que na dinâmica das relações territoriais, em cada tempo, em cada acontecimento, uma característica pode se sobressair, sem que isto signifique, necessariamente, o desaparecimento das demais dimensões materiais e imateriais que abarcam o processo de formação territorial. É a complexidade territorial sendo revelada mais uma vez sob a ótica da antropologia do território (RÍOS, 2012).

O estudo territorial não envolve a análise de elementos estáticos, mas de relações dinâmicas que envolvem o espaço, o tempo, a ação humana, o imaginário etc., que se desenrolam num processo complexo de criação e recriação do território (RÍOS, 2006). Seja Ronaldo Perin, Alberto Oscar Cuattrin, Usimec, José Bonifácio Mourão ou os próprios moradores da Ilha dos Araújos, cada agente deixou uma marca registrada no processo de territorialização da ilha-bairro neste último cenário. A investigação da narrativa de Parajara dos Santos (2000) a partir do Dramatismo Burkeano, nos mostrou como os referidos agentes tiveram atuações determinantes no processo de formação do espaço urbano da Ilha dos Araújos.

As cenas analisadas neste cenário nos indicam como a Ilha dos Araújos despertava um interesse que não se restringia aos seus moradores. A dinamitação da ponte chegou a ser classificada como um ato criminoso (SANTOS, 2000). A ponte aparece novamente na narrativa de Parajara dos Santos (2000), com forte carga simbólica para a comunidade local e chega a se fundir à identidade territorial (POLLICE, 2010). Aliás, a mobilização do Poder Público em garantir a continuidade da vida urbana na Ilha, bem como a adesão dos moradores com as ações propostas, nos faz refletir sobre o desenvolvimento e a identidade territoriais.

De acordo com Fábio Pollice,

“os sentimentos identitários determinam em nível local um apego afetivo aos valores paisagísticos e culturais do território que tende, por sua vez, a traduzir-se na adoção de comportamentos individuais e coletivos voltados à tutela e à valorização daqueles valores. Não são somente as qualidades tangíveis do território a ser preservadas, mas também aquelas intangíveis como os valores éticos e culturais e, mais em geral, todas as expressões da especificidade cultural do lugar. A presença de uma forte identidade territorial favorece a maturação de modelos de desenvolvimento sustentável, enquanto este se funda sobre a valorização da especificidade dos lugares; valorização que é

tanto mais eficaz quanto maior é o envolvimento ativo da comunidade local. Além disso, a “sustentabilidade” dos processos de desenvolvimento em escala local não é um objetivo mensurável somente em termos ambientais, mas também em termos econômicos e culturais; mais particularmente, os objetivos culturais nascem da exigência de imaginar formas de desenvolvimento econômico e produtivo que estejam em condição de preservar a cultura local e os valores da qual esta é portadora, adaptando-se às suas especificidades e às propensões do lugar (coerência territorial).” (POLLICE, 2010, p. 20)

Essa percepção de sentimento identitário, isto é, o sentimento de identificação dos moradores em relação à Ilha dos Araújos, é observada não só da narrativa de Parajara dos Santos (2000), mas em outros estudos, que, por sua vez, indicam como a enchente se trata de “um evento que altera o cotidiano, mas não é capaz de redimensionar a percepção dos moradores em relação ao seu habitat e ao seu modo de habitar” (GENOVEZ, 2020, p.20). Apesar de todos os danos e transtornos sofridos e daqueles que ainda possam advir das enchentes, a maioria moradores da ilha-bairro permanecem no local, passaram a adotar medidas que minimizem os impactos das inundações e não se imaginam morando em outro lugar (GENOVEZ, 2020).

De certo modo, os ensinamentos de Fábio Pollice (2010) se coadunam com a antropologia do território defendida por Francisco Ther Ríos (2012) e no presente trabalho, na medida em que para aquele o território é um espaço relacional, no qual a preponderância de um valor afetivo não significa a negativa do valor patrimonial (POLLICE, 2010). E, todos esses valores, devem ser levados em consideração na formação de uma determinada identidade territorial, que pode servir como elemento modelador do território (POLLICE, 2010).

Tal situação pode ser verificada no Projeto Ilha das Flores, que, ao mesmo tempo, carrega um interesse econômico, patrimonial, cultural e afetivo. São dimensões do território que coexistem em tal projeto para reforçar a identificação territorial da comunidade local com a Ilha dos Araújos e manter, na medida do possível, o imaginário territorial presente no início do seu processo de formação do espaço urbano. Constitui, ainda, um modo de despertar a memória coletiva, para gerar e/ou reforçar os laços de afetividade sobre o território, impulsionando o seu desenvolvimento, bem como um modelo de patrimonialização (RÍOS, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acessar os processos de significação de uma ilha requer mais do que uma perspectiva complexa e interdisciplinar, implica num exercício de interpretação da ação e dos códigos que foram perpassados por meio da comunicação humana. Nessa medida, os processos de significação podem ser estabelecidos a partir de incontáveis narrativas. No caso da presente pesquisa, a narrativa contida na Revista da Ilha, constituída por Parajara dos Santos (2000) nos revelou uma forte relação entre a comunidade local e a Ilha dos Araújo e como esta relação foi importante para orientar o processo de formação do território urbano.

Como mencionamos no decorrer da nossa pesquisa, os processos de significação envolvem o estudo do território enquanto um espaço relacional, no qual se cruzam uma infinidade de relações, sejam elas de ordem polícita, econômica, social, cultural, simbólica e etc (RÍOS, 2012). E, todas essas relações, contribuem, à sua maneira, para a construção do território, o que também ocorre pela ótica do tempo, tendo em vista que a atividade humana exercida em um dado espaço se desenvolve de forma dinâmica (RÍOS, 2012).

A perspectiva processual e dinâmica do Dramatismo Burkeano, adotada como instrumental de análise, fez emergir uma formação em fluxo, a partir de uma constelação de narrativas fundidas na Revista da Ilha, que nos fez conhecer a história da transformação da ilha-natureza em ilha-território.

A narrativa de Parajara dos Santos sobre a ilha, a partir da memória do neto de Joaquim, seu primeiro habitante, evoca uma dinâmica espaço-temporal imersa numa perspectiva “mística”. Neste âmbito, forja-se uma Geoantropologia ao mesmo tempo holística que se contrapõe a uma visão colonial, pautada meramente na exploração. Abarcar os processos de significação e o imaginário traz uma postura decolonial e dialógica envolvendo os habitantes locais e o modo como habitaram a ilha, a significaram, a transformaram e a respeitaram, mantendo até os dias atuais seus aspectos paisagísticos parcialmente originais.

As cinco cenas interpretadas no terceiro capítulo são conduzidas pelo espírito empreendedor de Joaquim Alves Araújo, o primeiro a vislumbrar uma ilha no meio do rio Doce como local de fincar raízes. Sua intuição e encantamento juvenil, o transfigurou de viandante imerso em um espaço-tempo nebuloso e sem cronologia

em uma espécie de proprietário da ilha, lugar que se torna território promissor e produtor, onde se casa com uma indígena, cria 12 filhos e acaba morrendo.

A ilha e Joaquim estabelecem uma relação dialógica de transformação mútua. Intrinsecamente relacionado à sua lugaridade, ele recria sua identidade de português andante, recria também o espaço e estabelece uma nova conexão com o tempo, instaurando uma memória plasmada num “território-ilha”. Essa memória se mantém materializada na paisagem e se refaz no empilhamento das vivências e das experiências que antigos moradores configuram sobre a Ilha dos Araújo, nome que mantém o legado de Joaquim. De certo modo, a delimitação criada por Joaquim, em seu “momentum” de pausa demarca seu mundo a partir da ilha, afirma sua identidade, mas não deixa de ser um mundo compartilhado por outros que os observa das margens do rio Doce.

Nesse torvelinho de ação e comunicação humana, capitaneado pelo jovem e encantado Joaquim, constitui-se um capital criador e transformador que impulsiona o processo de formação territorial da ilha. Essa formação, que deve ser pensada para além da sua materialidade, expressa um território enquanto tempo espacializado das atividades humanas, a partir das interações contextuais, exigindo tanto uma análise que contemple suas interações locais quanto aquelas que se estabelecem em nível global. Envolvem, portanto, os aspectos narrativos, memoriais, significativos e os imaginários, num cenário dinâmico e complexo.

No segundo cenário, contido no quarto capítulo, verificamos como a narrativa de Parajara dos Santos (2000) se manteve, a princípio, como uma continuidade da narrativa do primeiro cenário, com destaque para o empreendedorismo local na implementação do loteamento da Ilha e, também, para o imaginário territorial que a envolvia. As importantes atuações de Justino Carlos da Conceição Junior e da Construtora Carmo, foram fundamentais para uma nova etapa do processo de territorialização da Ilha, na qual esta deixou de ser fazenda para se tornar um bairro integrado à cidade de Governador Valadares.

A perspectiva mística nas ações de Joaquim Alves de Araújo, do primeiro cenário, se manteve, de certo modo, na visão de futuro de Justino Carlos da Conceição Júnior, que tinha o sonho de transformar a Ilha em cidade (SANTOS, 2000). Por outro lado, neste segundo cenário, foi sendo relevada uma outra dimensão do território, envolvendo questões econômicas, políticas e normativas, tendo em vista que, para tornar o loteamento da Ilha uma realidade e atrativo ao mercado imobiliário,

era imprescindível proceder a sua regularização de acordo com a legislação aplicável à época. A ponte também ganhou papel de destaque na narrativa da Revista da Ilha (2000), e aparece como forte carga simbólica no processo de territorialização. Aliás, o procedimento de loteamento, a construção da ponte e a regularização da propriedade perante a lei, redimensionou a ilha-natureza do primeiro cenário, tornando-a acessível aos demais habitantes da cidade.

Com efeito, a narrativa de Parajara dos Santos (2000), neste segundo cenário, não deixou de lado a dura realidade enfrentada pelos primeiros moradores da Ilha loteada. Ou seja, no segundo cenário restou evidenciado como um só espaço pode ser contendor de diversos territórios, sejam eles dos territórios vividos, do cotidiano, ou dos territórios normados, sendo cada um deles com seus próprios conflitos e temporalidades, o que reforça a complexidade territorial (RÍOS, 2012).

No terceiro cenário, verificamos com o Rio Doce deixou de representar apenas a paisagem, que integrava o imaginário de encantamento e beleza da Ilha dos Araújos, para se tornar natureza, com as enchentes que passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores da ilha-bairro. Neste cenário a ponte é novamente retratada, demonstrando, mais uma vez, como o seu simbolismo para a comunidade local chega a se fundir à identidade territorial (POLLICE, 2010).

Também verificamos no terceiro cenário, a atuação do Poder Público Municipal com o Projeto Ilha das Flores e a adesão significativa dos moradores locais a tal projeto, demonstrando como o processo cultural e social, capaz de criar forte relação afetiva com o espaço, é capaz de dar sentido patrimonial ao território e ser funcional ao desenvolvimento (RÍOS, 2011).

Como destaca a antropologia do território, quando a memória e os imaginários estão apoiados nos espaços, no território, eles podem permanecer por muitas gerações, mesmo quando tais espaços passam por transformações ao longo do tempo (RÍOS, 2011). No caso da Ilha dos Araújos, considerando os três cenários analisados a partir da narrativa de Parajara dos Santos (2000), verificamos que nem as transformações ocorridas com as enchentes, por exemplo, interromperam novas projeções de desenvolvimento e valorização territorial. Tal situação demonstra como o imaginário territorial pode resistir à ação do tempo, através da memória coletiva, e direcionar as ações de desenvolvimento local (RÍOS, 2011). O imaginário territorial presente na narrativa e materializado da Revista da Ilha (2000), tornou-se memória,

reforçando o imaginário local e os elementos de significação territorial que mantém a Ilha enquanto natureza selvagem, rodeada pelo rio Doce e lugar de fincar raízes.

De toda forma, a compressão do território enquanto dimensão cultural-simbólica, poderá contribuir na gestão integrada desse território, orientando ações ou políticas públicas para o desenvolvimento em escala local, de modo a preservar o sentimento de pertencimento da comunidade que nele vive, reforçar seus vínculos territoriais e promover o seu bem-estar.

Com efeito, a presente pesquisa reforçou a complexidade e a interdisciplinaridade dos estudos territoriais, citadas inicialmente, revelando uma interação entre diferentes áreas do conhecimento e uma trama que envolve o empreendedorismo, o urbanismo, o mercado imobiliário e regularização da propriedade, sob a lente do encantamento e do imaginário. Evidentemente, não se esgota aqui a narrativa territorial da Ilha dos Araújos, proposta por Parajara dos Santos, visto que a Revista da Ilha possui inúmeros outros elementos que podem ser explorados em outras pesquisas; assim como, entendemos que há inúmeras outras narrativas sobre a Ilha dos Araújos, expressas de diversos modos por seus moradores e admiradores.

REFERÊNCIAS

- ABELLA, Sandra Iris Sobrera; RAFFAELLI, Rafael. **“As Estruturas Antropológicas do Imaginário de Gilbert Durand em Cinco Pinturas de Arcimboldo”**. Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, 13(102): 2012, pp. 224-249.
- ABREU, M. **“Sobre a memória das cidades”**. Em A. F. Carlos; M. L. Souza & M. E. Sposito (Ed.) *A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2018, pp. 19-39.
- ANDRADE, Liza Maria Souza de. **“O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis”**. *Arquitextos*, 2003 (4).
- ANAZ, Sílvio Antonio Luiz; Graziella Aguiar; Lúcia Lemos; Norma Freire; e Edwaldo Costa. **“Noções do imaginário: perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin**. *Revista Nexi*, (3), 2014.
- BARRIE, J.M. **Peter Pan**. Tradução Cristiana Antunes. Editora Atentica: Belo Horizonte, 2017.
- BARROS, Sandra Augusta Leão. **A escala bairro e o conceito de lugar urbano: o caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife**. *Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP*, 2004, pp. 56-74.
- BERSANELLI, Marco; GARGANTINI, Mario. **Solo lo stupore conosce**. L'avventura della ricerca scientifica. Milano: Rizzoli, 2003.
- BERQUE, Augustin. **“Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural”**. Em Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendhl (Organizadores) *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, pp. 84-91.
- BORGES, E., & ARAÚJO, M. d. (s.d.). *All About Arts*. Disponível em All About Arts: <http://www.allaboutarts.com.br/default.aspx?PageCode=12&PageGrid=Articles&item=0206A6> [Acesso em 11 de setembro de 2020]
- BRASIL (1988). Constituição de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/constituicao/constituicao.htm> [Acesso em 24 de novembro de 2021].
- BURKE, Kenneth. **A Grammar of Motives**. Berkeley: University of California Press, 1969.
- BURKE, K. Dramatism. In: SILLS, David L. (Ed.). **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: Macmillan and Free Press, 1968.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CAMPAGNOLO, K. *et al.* **Área de Preservação Permanente de um rio e análise da legislação de proteção da vegetação nativa.** *Ciência Florestal*, Vol. 27(3), 2017, pp. 831(12).

CARVALHO, R.G.A. *et. al.* **Um estudo sobre as atividades turísticas em seis ilhas brasileiras.** *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 10(1), pp. 173-188, jan./abr. 2016.

CELLARD, André. A análise documental. In: Poupart, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Editora Vozes: Petrópolis, 2008.

CORREIA, R. L. **Espaço, um conceito-chave da Geografia.** Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DA (2008) Diário do Aço. **Cidade.** Parajara dos Santos sepultado em Valadares. 25/03/2008.

DEFOE, D. **Robson Crusóé.** (C. NEVES, & F. P. FIGUEREDO, Trads.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

DELEUZE, G. **A Ilha Deserta e outros textos.** (D. Lapoujade, Trad.) São Paulo: Iluminuras, 2004.

DRD (2000) Diário do Rio Doce. Ivo é homenageado. Página 5A. 09/02/2000.

DRD (2022) Diário do Rio Doce. **Terceira maior enchente da história: nível do Rio Doce pode chegar até 4,75 m ainda nesta terça-feira.** Disponível em: <https://drd.com.br/terceira-maior-enchente-da-historia-nivel-do-rio-doce-pode-chegar-ate-475-m-ainda-nesta-terca-feira/> [Acesso em 06 de agosto de 2022]

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ESPINDOLA, H. S. **A história de uma formação socio-econômica urbana: Governador Valadares.** *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, n° 19, Nov/1998, p.148-163.

ESPINDOLA, H. S. **O Sertão do rio Doce.** Bauru: Edusc, 2005.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. **Curso de Direito Civil: direitos reais.** Salvador: JusPoivim, 2017.

FARIAS, T. **Os 40 anos da Lei de Parcelamento do Solo.** Conjur: 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-dez-21/ambiente-juridico-40-anos-lei-parcelamento-solo> [Acesso em 24 de novembro de 2021]

FLORIANI, N.; RÍOS, F.T.; FLORIANI, D. **Territorialidades alternativas e hibridismos no mundo rural.** *Polis [Online]*, 34 | 2013, posto online no dia 22 julho

2013, consultado o 01 maio 2019. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/polis/8759>

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. **Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SFF**. Revista ACB, v. 21, n. 3, 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1194>

GENOVEZ, P.F; CAZAROTTO, J.L. **A cidade como texto**, *Cidades* [Online], 43 | 2021, posto online no dia 04 janeiro 2022. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/cidades/5022> [Acesso em 06 de agosto de 2022]

GENOVEZ, P. F. **Memórias e histórias de Governador Valadares (1910-2019): sua formação territorial e o Parque Municipal Figueira do Rio Doce**. Governador Valadares: Editora Univale, 2019.

GENOVEZ, P.F. **“Quando o rio Doce abraça a Ilha”**: a formação histórica e territorial do bairro Ilha dos Araújos (GV/MG) e a ocorrência das enchentes. Governador Valadares: 2020.

GENOVEZ, P. F.; CAZAROTTO, J. L. (s.d.). **O dramatismo de Kenneth Burke e sua dimensão hermenêutica para os Estudos Territoriais**. Governador Valadares: Editora Univale, [no prelo].

GOVERNADOR VALADARES. 1º Ofício do Registro de Imóveis de Governador Valadares. **Certidão**. Registro em: 4 jun. 2020.

GUERRA, A. T. **Novo Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GUSFIELD, J. R. Introduction. In: BURKE, K. **On Symbols and Society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Em AGB (Ed.) *Décimo encontro de geógrafos da America Latina*. pp. 6.774-6.792. São Paulo: AGB, 2005.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R.. Prefácio. IN: M. T. RIBEIRO, & C. R. MILANI, **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009.

HAESBAERT, R. **“Território e Multiterritorialidade: um Debate”**. *GEOgraphia*, 9(17): 2007, pp.19-46.

HOLZER, W. **“Sobre territórios e lugaridades”**. *Revista Cidades*, 10(17): 2013, pp. 18-29.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARANDOLA Jr., Eduardo et al. **Paisagem e imagem da cidade: a forma e a experiência urbana de Campinas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2012.

MAVRODES, George I. **"Mysticism"**. Em Honderich, Tom (Ed.). *The Oxford Companion to Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1995, pp. 899-900.

MINAS GERAIS, A. L. *Constituição do Estado de Minas Gerais de 1947*.

MIRANDA, M. P. **O Inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro**. *De Jure - Revista Jurídica do Ministério Público de Minas Gerais*, 2008, pp. 292-319.

NASCIMENTO, R. G., et al. **O modo de vida do idoso ribeirinho amazônico em imagens e linguajar cultural**. *Interface: Comunicação Saúde Educação*, Vol. 19(55), 2015, pp.1287(14).

NASCIMENTO, R. G., et al. **Rotinas de famílias de idosos ribeirinhos amazônicos e reestruturações de papéis na velhice**. *Ciências Psicológicas*, 2019, pp.164-170.

NUNES-GUTJAHR, A. L., & BRAGA, C. E. **Análise faunística de gafanhotos Acridoidea da Volta Grande do Rio Xingu, área de influência direta da Hidrelétrica Belo Monte, Para, Brasil**. *Ciência Rural*, Vol.45(7), 2015, pp. 1220(8).

PAGANI, E. A. **O direito de propriedade e o direito à moradia: um diálogo comparativo entre o direito de propriedade urbana imóvel e o direito à moradia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

PMGV. Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Institucional. Ex-Prefeitos, 2015. Disponível em: <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/ex-prefeitos/12079> [Acesso em 24 de novembro de 2021]

PMGV. Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Institucional. Aspectos Gerais, 2015. Disponível em: <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/-aspectos-gerais/12083> [Acesso em 24 de novembro de 2021].

PMGV. Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Institucional. Relação de bens inventariados de Governador Valadares, 2021. Disponível em: <https://www.valadares.mg.-gov.br/detalhe-da-materia/info/relacao-de-bens-inventariados-de-governador-valadares/74362> [Acesso em 22 de maio de 2021].

POLLICE, Fabio. **O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local**. Tradução de Andreia Galhardi de Oliveira, Renato Crioni e Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira. Espaço e cultura, UERJ, Rio de Janeiro, n. 27 p. 7-23, JAN/JUN de 2010.

PORTER ABBOTT, H. **The Cambridge Introduction to Narrative**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização**. Revista de investigaciones UNAD Bogotá - Colombia No. 14, julio-diciembre, 2015.

KÜMPELL, V. F.; FERRARI, C.M. **Tratado Notarial e Registral**. vol. 5. 1ª ed. São Paulo: YK Editora, 2020.

RAPPORT, Nigel; OVERING, J. **“Narrative”**. Em Nigel Rapport e Joanna Overing. Social and Cultural Anthropology: The key concepts. London: Routledge, 2000, pp. 283-290.

RIBEIRO, J. N., ANDRADE, T. S., & BRAGHINI, C. R. **Sabores, saberes e o desenvolvimento do ecoturismo na comunidade Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe**. Revista de turismo y patrimonio cultural, Vol.12(2), 2014, pp. 409-424.

Ricoeur, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

RÍOS, F. T. **Antropología del territorio**. Revista de la Universidad Bolivariana, 11, Agosto de 2012, pp. 493-510.

RÍOS, F. T. **“Complejidad territorial y sustentabilidad: notas para una epistemología de los estudios territoriales”**. Horizontes Antropológicos, 12: 2006, pp. 105-115.

RÍOS, F. T. **Configuraciones del Tiempo en el Mar Interior de Chiloé y su relación con la apropiación de los Territorios Marítimos**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 23, Editora UFPR, pp. 67-80, jan./jun. 2011.

SARAMAGO, J. **O Conto da Ilha Desconhecida**. Porto: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, Parajara dos. **Revista da Ilha**. Governador Valadares: Publicação da ILS Comunicação, 2000.

SCHWADE, T. M. **O território agrário ao longo dos rios no Amazonas**. Revista Cerrados, 17(2), 2019, pp. 96-125.

SILVA, S. H., & NODA, S. N.. **A Dinâmica entre as águas e terras na Amazônia e seus efeitos sobre as várzeas**. Revista Ambiente & Água, 11(2), 2016 (01 de Junho de 2016), pp. 377-386.

GENOVEZ, P.F.; SIQUEIRA, S. **Rumores de um coração nômade: circunstância ou projeto?** IN: SIQUEIRA, S. (Org.). Ligações Migratórias Contemporâneas. Brasil, Estados Unidos e Portugal. Governador Valadares (MG): Univale, 2018, cap. 11. Pp.254-282.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

TUAN, Y.-F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

VILARINO, M. T. B. **Hábitos culturais e cuidados com a saúde: resistências e mudanças**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

ANEXOS

Anexo I



CERTIDÃO

Certifico que a requerimento de parte interessada, que revendo em Cartório os livros de transcrições das transmissões, deles, no de n.º. 3-G, às fls. 73, consta a transcrição de teor seguinte: **ANO:** 1953. **N.º. DE ORDEM:** 8.005, anterior não há. **DATA:** 08.09.1953. **CIRCUNSCRIÇÃO:** “Distrito desta Cidade”. **DENOMINAÇÃO OU RUA E N.º.:** “Ilha dos Araújos” no Rio Doce. **CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES:** Uma sorte de terras legitimadas, contendo a área de trezentos e sessenta mil metros quadrados (360.000,00m²), situado no lugar denominado “Ilha dos Araújos”, no Rio Doce, distrito desta cidade, limitando-se: ao norte, com o braço menor do Rio Doce e Justino Carlos da Conceição Junior; a leste com este ultimo e braço maior do Rio Doce; ao sul, com Odilon de Magalhães Barbalho e José Fernandes Matos; e a oeste com o braço menor do Rio Doce. **ADQUIRENTE:** JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS. **TRANSMITENTE:** O Estado de Minas Gerais. **TÍTULO:** Compra e venda. **FORMA DO TÍTULO:** Título de venda de terras devolutas, expedido Estado de Minas Gerais por seu Governador em 27 de agosto de 1953. **VALOR:** Cinco mil oitocentos e trinta e dois cruzeiros (Cr\$5.832,00). **CONDIÇÕES DO CONTRATO:** Este terreno fica sujeito aos ônus constantes dos art.s 79 e 90 da lei n.º. 550, de 20 de dezembro de 1949, bem como aos do parágrafo 1º e 4º do art. 29 da lei numero 27 de 25 de junho de 1892. Pagou o imposto de transmissão “inter-vivos” num total de Cr\$646,80 conforme conhecimento n.º. 472.055. **AVERBAÇÕES:** TRANSFERIDO a Construtora Carmo S.A., Conforme registro 8.322 neste livro as fls. 147. **NADA MAIS.** O certificado é verdade e dou fé. Governador Valadares, quatro (04) de junho de dois mil e vinte (2020).

A oficiala,

Marcosne Caldeira Monteiro
Escrevente - X

Lídia Souza de Paula Mansur

gam

1º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE GOVERNADOR VALADARES-MG
Rua Arthur Bernardes, 684 - Centro - CEP: 35.010-020
Fone: (33) 3271-2282 - E-mail: registro.imoveisgv@yahoo.com.br

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Primeiro Registro de Imóveis - Governador Valadares - MG

SELO ELETRÔNICO: DSW94227
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9246.1931.8296.4969

Quantidade de atos praticados: 01
Ato(s) praticado(s) por: Guilherme Amaral Mello - Auxiliar

Emol.: R\$ 19,46 - TFJ: R\$ 6,87 -
Valor final: R\$ 27,26 - ISS: R\$ 0,92

Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tmg.jus.br>

OFICIALA: LÍDIA SOUZA DE PAULA MANSUR

RUA ARTHUR BERNARDES, N.º. 684, TERREO, CENTRO,
GOVERNADOR VALADARES/MG,
CEP.: 35010-020

(33) 3271-2282

REGISTRO.IMOVEISGV@YAHOO.COM.BR

ANEXO II



CERTIDÃO

Certifico que a requerimento de parte interessada que revendo em Cartório os livros de transcrições das transmissões, deles, no de nº. 3-G, às fls. 81, consta a transcrição de teor seguinte: **ANO:** 1953. **Nº. DE ORDEM:** 8.041, anterior não há. **DATA:** 24.09.1953. **CIRCUNSCRIÇÃO:** "Distrito Cidade". **DENOMINAÇÃO OU RUA E Nº.:** "Ilha dos Araújos". **CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES:** Uma sorte de terras legitimadas, contendo a área de trezentos e sessenta mil metros quadrados (360.000,00m²), situado no lugar denominado "Ilha dos Araújos", no Rio Doce, distrito desta cidade, limitando-se: ao norte, com José Pereira dos Santos; a leste e ao sul, com braço maior do Rio Doce; e a oeste com o braço menor do Rio Doce. **ADQUIRENTE: ODILON DE MAGALHÃES BARBALHO. TRANSMITENTE:** O Estado de Minas Gerais. **TÍTULO:** Compra e venda. **FORMA DO TÍTULO:** Título de venda de terras devolutas, expedido Estado de Minas Gerais por seu Governador em 28 de agosto de 1953. **VALOR:** Seis mil quatrocentos e oitenta cruzeiros (Cr\$6.480,00). **CONDIÇÕES DO CONTRATO:** Este terreno fica sujeito aos ônus constantes dos art.s 79 e 90 da lei nº. 550, de 20 de dezembro de 1949, bem como aos do parágrafo 1º e 4º do art. 29 da lei numero 27 de 25 de junho. Pagou o imposto de transmissão "inter-vivos" num total de Cr\$717,60 conf. conhecimento nº. 472.109. **AVERBAÇÕES:** Transf. O lote nº 22 do quart. Nº 32, pelo Reg. Nº 8.528 n/L fls. 195. Transferido o lote nº 28 do quart. Nº 32 ao Sr. Mayo Monteiro de Castro, conf. Reg. N. 9.109 L. 3-H fls. 128. Transferidos à Construtora Carmo S/A 311 lotes, conf. Reg. N. 9.173 no Lv. 3-H fls. 143. Transf ao Sr. Gabriel de Souza Lima os lotes nºs 8 e 10 do quart. Nº 3 pelo Reg. Nº 9.177 no Lv. 3-H fls. 144. Transf. O Lote nº 24 da quadra nº 32 Vide fls. 197-V e 198 do Livro 3-I. **NADA MAIS.** O certificado é verdade e dou fé. Governador Valadares, quatro (04) de junho de dois mil e vinte (2020).

A oficiala,

Marcos Caldeira Monteiro
Escrevente - X

Lídia Souza de Paula Mansur

1º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE GOVERNADOR VALADARES-MG
Rua Arthur Bernardes, 684 - Centro - CEP: 35.010-020
Fone: (33) 3271-2282 - E-mail: registro.imoveisgv@yahoo.com.br

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Primeiro Registro de Imóveis - Governador Valadares - MG

SELO ELETRÔNICO: DSW94226
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6718.0679.5606.3464

Quantidade de atos praticados: 01
Atos(s) praticado(s) por: Guilherme Amaral Mello - Auxiliar

Emol.: R\$ 19,46 - T.F.J.: R\$ 6,87 -
Valor final: R\$ 27,25 - ISS: R\$ 0,92

Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

gam

OFICIALA: LÍDIA SOUZA DE PAULA MANSUR



RUA ARTHUR BERNARDES, Nº. 684, TÉRREO, CENTRO,
GOVERNADOR VALADARES/MG,
CEP.: 35010-020



(33) 3271-2282



REGISTRO.IMOVEISGV@YAHOO.COM.BR

ANEXO III



CERTIDÃO

Certifico que a requerimento de parte interessada, que revendo em Cartório os Livros de transcrições das transmissões, deles, no de nº. 3-G, às fls. 102, consta a transcrição de teor seguinte: **ANO:** 1953. **Nº DE ORDEM:** 8.138. **DATA:** 24-10-1953. **CIRCUNSCRIÇÃO:** Dist. Cidade. **DENOMINAÇÃO OU RUA E Nº.:** “Ilha dos Araújos”. **CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES:** Uma sorte de terras legitimadas, contendo a área de trezentos e sessenta mil metros quadrados (360.000,00 m²) situada no lugar denominado “Ilha dos Araújos” distrito desta cidade, limitando-se: ao norte com braço menor do Rio Doce; a leste e sul com o braço maior do Rio Doce; e a oeste, com José Pereira dos Santos. **ADQUIRENTE:** **JUSTINO CARLOS DA CONCEIÇÃO JUNIOR**, agricultor, residente no distrito desta cidade. **TRANSMITENTE:** Estado de Minas Gerais. **TÍTULO:** Compra e venda. **FORMA DO TÍTULO:** Título de Venda de terras devolutas, expedido pelo Estado de Minas Gerais, por seu governador, em 22 de setembro de 1953. **VALOR DO CONTRATO:** cinco mil oitocentos e trinta e dois cruzeiros – Cr\$ 5.832,00. **CONDIÇÕES DO CONTRATO:** Este terreno fica sujeito aos ônus constantes dos artigos 79 e 90 da Lei 550 de 20 de dezembro de 1949, bem como aos dos parágrafos 1º e 4º do art. 29 da lei nº 27 de 25 de junho de 1892. Pagou o imposto de transmissão “inter-vivos” no total de Cr\$ 646,80 cf. Canhº 503.006. **AVERBAÇÕES:** Transferido pelo Reg. Nº 8.178 n/L à fls. 112, a Construtora Carmo S.A. **NADA MAIS.** O certificado é verdade e dou fé. Governador Valadares, quatro (04) de junho de dois mil e vinte (2020).

A oficiala,

Marcos
 Marccone Caldeira Monteiro
 Escrevente - X

Lidia Souza de Paula Mansur

gam

1º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE GOVERNADOR VALADARES
 Rua Arthur Bernardes, 684 - Centro - CEP: 35.010-020
 Fone: (33) 3271-2282 - E-mail: registro.imoiveisgv@yahoo.com.br

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 Primeiro Registro de Imóveis - Governador Valadares - MG

SELO ELETRÔNICO: DSW94226
 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0639.8461.3374.0796

Quantidade de atos praticados: 01
 At(s) praticado(s) por: Guilherme Amaral Mello - Auxiliar

Emol.: R\$ 19,46 - TFJ: R\$ 6,87 -
 Valor final: R\$ 27,25 - ISS: R\$ 0,92

Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

PRIMEIRO SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS
 GOVERNADOR VALADARES - MG

OFICIALA: LÍDIA SOUZA DE PAULA MANSUR

RUA ARTHUR BERNARDES, Nº. 684, TERREO, CENTRO,
 GOVERNADOR VALADARES/MG,
 CEP: 35010-020

(33) 3271-2282

REGISTRO.IMOVEISGV@YAHOO.COM.BR